

Avaliação Ex-ante e Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional Regional do Alentejo para o período de programação 2021-2027

RELATÓRIO FINAL DA AVALIAÇÃO EX-ANTE

12 de dezembro de 2022



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. OBJETO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO	8
2.1. Objeto	8
2.2. Objetivos	8
3. QUADRO METODOLÓGICO.....	9
3.1. Princípios gerais.....	9
3.2. O quadro lógico subjacente à intervenção do PR Alentejo 2030.....	9
3.2.1. Contexto.....	9
3.2.2. A Estratégia Regional.....	11
3.2.3. Da Estratégia Regional ao Programa	12
3.3. Quadro lógico do OP1.....	13
3.4. Quadro lógico do OP2.....	18
3.5. Quadro lógico do OP3.....	22
3.6. Quadro lógico das Prioridades 4A – Alentejo mais social e inclusivo e 4B - Alentejo mais Inovação Social (Ações sociais inovadoras).....	25
3.7. Quadro lógico do OP5.....	32
3.8. Quadro lógico do Fundo para uma Transição Justa	35
4. ABORDAGEM AOS TRÊS GRUPOS DE QUESTÕES DE AVALIAÇÃO.....	38
4.1. Estratégia do Programa	38
4.1.1. Âmbito e conteúdos	38
4.1.2. Sobre a fundamentação do diagnóstico das disparidades, necessidades e oportunidades de desenvolvimento	38
4.1.3. Sobre a capacidade do diagnóstico do PO acolher estratégias e políticas formuladas em documentos nacionais de referência.....	41
4.1.4. Coerência de objetivos, prioridades de investimento, realizações e resultados esperados	42
4.1.5. Respeito pelos princípios horizontais	57
4.1.6. Adequação e pertinência das medidas propostas	57
4.1.7. Flexibilidade do Programa face às necessidades emergentes	61
4.1.8. Mecanismos de articulação e coordenação das intervenções dos vários Fundos	62
4.1.9. Adequação e pertinência da abordagem integrada do desenvolvimento territorial.....	63
4.1.10. Adequação dos modelos de participação de <i>stakeholders</i> no processo de programação.....	63
4.1.11. Contributo dos grandes projetos.....	64
4.2. Indicadores, monitorização e avaliação	66
4.2.1. A complexidade e diversidade das questões de avaliação	66
4.2.2. Adequação dos indicadores propostos	66
4.2.3. Legibilidade de designação e rigor de definição	73
4.2.4. Forma de cálculo e metas estabelecidas	73
4.2.5. Qualidade dos indicadores de resultado	78
4.2.6. Fontes de alimentação de indicadores e de metas	78

4.2.9. Adequação de dispositivos de monitorização e avaliação	84
4.2.10. Dotação de recursos dos sistemas de monitorização e avaliação	85
4.2.11. Questões de simplificação administrativa	87
4.2.12. Propostas de avaliação de impactos	87
4.2.13. Informação de suporte necessária às avaliações de impacto	87
4.3. Consistência da alocação de recursos financeiros	89
4.3.1. Coerência dos recursos alocados com as necessidades e desafios do diagnóstico regional	89
4.3.2. Coerência dos recursos alocados com os objetivos e prioridades	90
4.3.3. Análise crítica das modalidades de apoio	99
5. SÍNTESE DA AAE	100
5.1. Elementos de base	100
5.2. Principais recomendações a seguir	101
5.3. Principais conclusões	108
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	109
6.1. Conclusões	109
8.2. Recomendações	117
7. BIBLIOGRAFIA	125
8. ANEXOS	127

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 — Quadro lógico da PRIORIDADE 1A (OP1)	15
Diagrama 2 — Quadro lógico da PRIORIDADE 1B (OP1)	16
Diagrama 3 — Quadro lógico do OP2, prioridade 2A	19
Diagrama 4 — Quadro lógico do OP2, prioridade 2B	20
Diagrama 5 — Indicadores de impacto do OP2	21
Diagrama 6 — Quadro lógico do OP3	23
Diagrama 7 — Indicadores de impacto do OP3	24
Diagrama 8 — Indicadores de impacto da Prioridade 4A, FSE+	27
Diagrama 9 — Quadro lógico da Prioridade 4A, FEDER	28
Diagrama 10 — Indicadores de impacto da Prioridade 4A, FEDER	29
Diagrama 11 — Quadro lógico da Prioridade 4B, FSE+	30
Diagrama 12 — Indicadores de impacto da Prioridade 4B, FSE+	31
Diagrama 13 — Quadro lógico do OP5	33
Diagrama 14 — Indicadores de impacto do OP5	34
Diagrama 15 — Quadro lógico do Fundo para uma Transição Justa	36
Diagrama 16 — Indicadores de impacto do FTJ	37

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 — Desafios estratégicos e fundamentação de diagnóstico	39
Tabela 2 — Matriz de articulação entre OP do PR Alentejo (coerência interna)	45
Tabela 3 — Matriz de coerência interna do PO Alentejo por Objetivos Específicos	46
Tabela 4 — Matriz de coerência externa do Programa Regional Alentejo 2030	50
Tabela 5 — Considerações críticas por OE	58
Tabela 6 — Indicadores PR Alentejo 2030	67
Tabela 7 — Análise crítica de indicadores de realização e de resultado	70
Tabela 8 — Formas de cálculo e fontes de informação dos indicadores e metas	74
Tabela 9 — Análise crítica das metas definidas pelo PR Alentejo 2030	79
Tabela 10 — Funções das unidades de monitorização	86

Tabela 11 – Estrutura da programação 2014-2020.....	97
Tabela 12 – QEAS e temáticas associadas	100
Tabela 13 – FCD e respetivos critérios de avaliação	100
Tabela 14 – RECOMENDAÇÕES DO FCD “Competitividade e sistema produtivo”	101
Tabela 15 – RECOMENDAÇÕES DO FCD “Desenvolvimento Social, Capacitação Humana e Inclusão Ativa”	102
Tabela 16 – RECOMENDAÇÕES DO FCD “ENERGIA”	103
Tabela 17 – RECOMENDAÇÕES DO FCD “QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL”	104
Tabela 18 – RECOMENDAÇÕES DO FCD “VALORES E RECURSOS NATURAIS, PATRIMONIAIS E PAISAGÍSTICOS”	105
Tabela 19 – RECOMENDAÇÕES DO FCD “RISCO, MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”	107

EQUIPA TÉCNICA

Elementos da Equipa Técnica	Funções e especialização técnica
António Manuel Figueiredo	Coordenação global do trabalho da AEA OP1
Artur Costa	OP2, OP3 e OP5
Carla Melo	Coordenação da AAE
Dinis Marques	OP2, OP3 e FTJ
Filipa Barreira	OP4
Maria Elisa Pérez Babo	OP4 e OP5
Mariana Rodrigues	OP4

LISTA DE ACRÓSTIMOS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AEA	Avaliação Ex-ante
AG	Autoridade de Gestão
AP	Acordo de Parceria
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE	Caderno de Encargos
CIM	Comunidade Intermunicipal
DUS	Desenvolvimento Urbano Sustentável
EA	Equipa de Avaliação
ENEI	Estratégia Nacional de Especialização Inteligente
ERT	Estratégia Regional de Turismo
ET	Especificações Técnicas
FEEI	Fundos Europeus Estruturais de Desenvolvimento
FTJ	Fundo para uma Transição Justa
I&D	Investigação e Desenvolvimento
ITI	Intervenção Territorial Integrada
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OE	Objetivo Específico
OP	Objetivo Estratégico
PO	Programa Operacional
PO ACS	Programa Operacional Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade
PO DQI	Programa Operacional Temático para a Demografia, Qualificações e Inclusão
PO ITD	Programa Operacional Temático para a Inovação e Transição Digital
POR	Programa Operacional Regional
PRR	Programa de Recuperação e Resiliência
PT	Programa Temático
PT 2020	Portugal 2020
PT 2030	Portugal 2030
QA	Questão de Avaliação
QEAS	Questões Estratégicas ao nível do Ambiente e Sustentabilidade
QP	Quaternaire Portugal
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RI	Relatório Inicial
RFP	Relatório Final Preliminar
RIS 3	Estratégia Regional de Especialização Inteligente
SRI	Sistema Regional de Inovação
TdP	Teoria da Programação

1. INTRODUÇÃO

1.O presente relatório corresponde ao **Relatório Final (RF) da Avaliação Ex-ante (AEA) do Programa Regional do Alentejo para o período de programação 2021-2027** (adiante designado por PR Alentejo 2021-2027), nos termos das especificações técnicas (ET) do caderno de encargos (CE) do concurso público para a sua realização e da proposta de trabalho oportunamente apresentada pela Quatenaire Portugal (QP) S.A.

2.**Este RF culmina a interação realizada entre a equipa de avaliação (EA) e a equipa da CCDR Alentejo que preparou e negociou o Programa**, incorporando as análises realizadas sobre sucessivas versões do PR e os comentários que a EA foi recebendo. Desses momentos de interação devem salientar-se (i) a reunião realizada em Évora nas instalações da CCDR Alentejo com a equipa do Programa em julho de 2022 para discussão do Relatório Inicial (RI) da AEA, (ii) uma nova reunião de trabalho, esta realizada em plataforma *on line*, no dia 30 de setembro de 2022 e (iii) uma última interação realizada para preparar a apresentação pública dos resultados da AEA e da AAE realizada em Beja a 23 de novembro de 2022. Foi ainda tido em conta o alcance da reunião realizada em 31 de agosto de 2022 do CRI do Alentejo com os conselheiros da inovação na Região, sobretudo pelo que ele representa do ponto de vista dos avanços de governação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente Alentejo (EREI) 2030, peça fulcral para enquadrar uma parte relevante da programação agora sob avaliação.

3.A base para este RF foi a última versão do PR submetida à Comissão Europeia. Foram também tidos em conta os resultados da consulta pública do Programa e dos trabalhos da AAE.

4.A estrutura do RF está organizada em função dos seguintes capítulos, para além desta introdução:

- O **capítulo 2** define o objeto da avaliação;
- O **capítulo 3** apresenta o quadro metodológico, no qual se reformulam os quadros lógicos de intervenção do Programa em função das suas grandes prioridades de investimento;
- O **capítulo 4** aborda as questões de avaliação colocadas, agrupadas em três grupos de questões nos termos que constam da proposta apresentada pela equipa da QP: (i) Estratégia do PR; (ii) Indicadores, monitorização e avaliação e (iii) Consistência da alocação dos recursos financeiros;
- O **capítulo 5** sistematiza as principais conclusões da AAE, com a qual a AEA continuou a interagir à medida que prosseguiam os processos de auscultação legalmente estabelecidos;
- O **capítulo 6** apresenta as conclusões e recomendações;
- O **capítulo 7** sistematiza algumas referências bibliográficas;
- O **capítulo 8** é um capítulo de anexos, onde se apresentam materiais analíticos que foi necessário desenvolver para concretizar a abordagem às QA, com destaque para a leitura de síntese da Estratégia Regional Alentejo 2030 que a equipa de avaliação (EA) preparou como suporte analítico dos trabalhos.

2. OBJETO E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

2.1. Objeto

5. Tal como decorre do CE, para além de integrar plenamente os resultados da AAE sobre o PO, a AEA está focada em três critérios básicos de avaliação: **a relevância/pertinência, coerência interna e coerência externa**. A EA interpretou esta opção como uma preocupação de elaboração de um estudo de AEA e de AAE que esteja fundamentalmente em linha com as características do Programa que se pretende fundamentar e melhorar, ajustando-se plenamente às suas características e à Visão e aos Desafios Estratégicos e Constrangimentos a que a programação 2021-2027 na região pretende alcançar.

6. A formulação das questões de avaliação (QA) é relativamente ampla e organizam-se em três grupos: **(i)** um grupo relativo à estratégia do PR; **(ii)** um grupo dedicado a questões de indicadores, monitorização e avaliação e **(iii)** um grupo focado na consistência da alocação dos recursos financeiros.

7. Dada a relevância das mais-valias ambientais para a Estratégia Alentejo 2030, como já o era na Estratégia Alentejo 2020, a forte incidência na Região das ameaças climáticas e o avanço alcançado na estratégia regional para a economia circular, a Região Alentejo é um caso fundamental para uma boa integração dos processos de AEA e de AAE, aliás tal como o CE o contempla, constituindo na perspetiva da equipa QP o principal traço distintivo do objeto deste trabalho. Assim, se a AAE pode ser entendida como um processo autónomo, que cumpre um requisito legal, o CE é claro nas exigências da sua integração com a AEA, não só coordenando os calendários de execução, mas determinando que as conclusões da AAE sejam consideradas pela AEA como um elemento de avaliação do que o PR Alentejo pretende para a Região. Assim, todos os materiais entretanto produzidos e submetidos a auscultação pública pela AAE foram considerados neste RF.

8. *Last but not the least*, independentemente do enquadramento nacional e comunitário determinado pelo Acordo de Parceria e orientações e regulamentação da CE permitir ou não a devida ponderação dos trabalhos de elaboração da Estratégia Regional Alentejo 2030, a AEA teve em conta esse processo altamente participado a nível regional.

2.2. Objetivos

9. As ET do CE são muito claras na definição dos objetivos centrais que a avaliação visa alcançar:

- “Melhorar a qualidade do PR, em especial para reforçar a sua relevância e pertinência face às necessidades e oportunidades identificadas no âmbito dos respetivos domínios de intervenção;
- Contribuir para a sua coerência interna e externa, bem como as condições de eficácia e eficiência que se propõe colocar em ação para assegurar a sua boa gestão, controlo e avaliação;
- Avaliar no contexto da AAE (quando aplicável), os efeitos do PR no ambiente, na circularidade da economia e na luta contra as alterações climáticas, defendendo a preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente, e uma utilização racional dos recursos naturais, acrescendo ainda que as exigências do domínio ambiental devem ser integradas na definição das políticas, com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável”.

10. Como ponto de partida e base de todo este processo, importa destacar a “análise aprofundada da lógica de intervenção proposta para o Programa, começando pela apreciação do diagnóstico da situação de partida”, em articulação com as “as prioridades propostas e a alocação dos recursos financeiros” e “os indicadores de realização e resultados a atingir”.

3. QUADRO METODOLÓGICO

3.1. Princípios gerais

11. O quadro metodológico global da AEA é elaborado combinando os seguintes princípios:

- **Incorporar plenamente** os princípios, condições e exigências colocados pelo CE;
- **Incorporar integradamente** os elementos considerados necessários para responder às questões de avaliação;
- **Combinar** os processos e métodos de recolha e tratamento de informação considerados pertinentes e adequados para proporcionar a evidência de fundamentação necessária a toda a AEA;
- **Conceber o percurso metodológico** de modo a articular a AEA com a evolução da AAE;
- **Garantir** a fluidez de articulação com a AAE, providenciando na organização da equipa de avaliação um “*pipeline*” para a fertilização cruzada permanente dos dois processos;
- **Operacionalizar** mecanismos de participação suficientemente consistentes para que a AEA possa refletir as interpretações de *stakeholders* mais diretamente ligados à conceção e negociação do PR em avaliação.

12. Estes princípios metodológicos devem ser cruzados o conteúdo das questões de avaliação. Ora, esta formulação optou por não integrar questões de Teoria da Programação (TdP) nas dimensões a abordar nas QA, pelo que a EA optou por uma visão simplificada da TdP trabalhando essencialmente o quadro lógico de intervenção do PR Alentejo, declinando a sua formulação por Prioridade de Investimento.

3.2. O quadro lógico subjacente à intervenção do PR Alentejo 2030

3.2.1. Contexto

13. Tal como se registou em relação a todas as estratégias de regiões NUTS II, a estratégia Alentejo 2030 (ver leitura de síntese realizada pela EA em anexo a este RF), foi elaborada e aprovada ainda sem o Acordo de Parceria (AP) PT 2030 ter sido apresentado, negociado e aprovado pela Comissão Europeia. Eram então conhecidas as agendas e os objetivos estratégicos comunitários para o período de programação com o horizonte 2030 e um esqueleto indicativo dos objetivos de programação que o Governo da República iria verter para o referido Acordo de Parceria. Assim, embora os contornos definitivos deste último não fossem conhecidos, não é precipitado admitir que a estratégia regional integrou devidamente as agendas europeias e os seus principais objetivos, para além de terem sido também elaboradas antecipando em certa medida os grandes objetivos da programação nacional nos quais deveriam integrar-se.

14. Acresce que, uma vez que a preparação do PRR nacional antecedeu a aprovação do AP PT 2020, foi possível ter em conta as orientações do então Ministério do Planeamento que, em linhas gerais, apontavam para que tudo que fosse intervenção de cariz mais inovador deveria ser alocado ao PRR e que a programação plurianual 2021-2027 deveria seguir em grande medida a programação 2014-2020, incorporando como é óbvio ensinamentos alcançados com a sua implementação.

15. Pode assim dizer-se que a Estratégia Regional Alentejo 2030 teve em devida conta as grandes orientações estratégicas de origem comunitária e nacional, acrescentando que a discussão do PRR permitiu aprofundar o conhecimento sobre a agenda europeia da transição climática e energética (o Green Deal) e o modo como o Governo português se organizava para ela contribuir com a programação dos Programas Temáticos (PT) e Programas Regionais (PR).

16. Neste contexto, pode perguntar-se o que é que o conhecimento do Acordo de Parceria trouxe de novo ao enquadramento para a elaboração do PR Alentejo 2021-2027?

17. A questão colocar é a de saber a importância destas considerações para aferir o quadro lógico de intervenção do PR Alentejo.

18. A elaboração do PR Alentejo subordinou-se obviamente às condições regulamentares comunitárias estabelecidas para este período de programação, bem como a própria arquitetura da programação decorrente do Acordo de Parceria. Outras dimensões de rigidez devem ser tidas em conta, com destaque para (i) as orientações relativas à afetação de recursos financeiros segundo a categoria da Região, (ii) as implicações decorrentes do “ringfencing” estabelecido pelo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e (iii) também à estrutura de prioridades constante do Anexo D do Country Report 2018 para Portugal e à própria estrutura da Secção Prioridades do *Template* formal do Programa.

19. Neste contexto, não ignorando estes fatores de predeterminação do PR, pode dizer-se que ele é concebido para responder a dois grupos distintos de orientações:

- O referencial da sua estratégia regional, amplamente participada do ponto de vista institucional, a qual já teve em conta a sua adaptação às agendas europeias e ao que se antevia poder ser a programação nacional de suporte;
- As condições de enquadramento determinadas pelo Acordo de Parceria PT 2030, o qual combina já opções nacionais e comunitárias e recomendações antecipadamente conhecidas com origem na Comissão Europeia, essencialmente as recomendações específicas no âmbito do chamado semestre europeu.

20. Esta interpretação é relevante para compreendermos o quadro lógico sobre o qual o PR é construído. Ao contrário de uma interpretação mais estrita que consideraria que existe uma estratégia regional e que o PR Alentejo deveria ser concebido como um programa para, no âmbito da intervenção dos FEEL, implementar na medida do possível essa estratégia regionalmente validada, temos um outro contexto de preparação do PR que atende a esse referencial de estratégia regional, mas que simultaneamente está condicionado por um conjunto diversificado de orientações de âmbito comunitário e nacional. Aliás, comparando os PR em elaboração para as regiões da convergência, compreende-se que eles são organizados segundo uma arquitetura que é relativamente comum. Trata-se de um menu único que é aplicado a cada PR com pequenas diferenças de semântica de objetivos específicos, mas cuja grande possibilidade de variação (e mesmo essa condicionada pela concentração temática de recursos) está na alocação dos recursos financeiros aos objetivos globais, específicos e às tipologias de intervenção. Para além disso, restará a dinâmica dos avisos e famílias de operações a apoiar para encontrar a tão solicitada adaptação às realidades de cada Região.

21. Temos assim uma árvore de grandes objetivos e impactos para os quais o PR deve contribuir, não só determinados pela estratégia regional, mas também pelos próprios objetivos estratégicos do AP PT 2030. Ou seja, a representação gráfica do quadro lógico de intervenção do PR Alentejo não pode ser construída apenas na relação PR – Estratégia Alentejo 2030. Ela deve representar também a ideia de que essa aplicação da estratégia regional não pode ser dissociada do facto do PR ser ele próprio um instrumento ao serviço das agendas e objetivos nacionais que se combinam no Acordo de Parceria assinado entre o Governo português e a Comissão Europeia.

22. Uma primeira conclusão da AEA pode, assim, ser formulada. Seguindo a trajetória da programação 2014-2020, os PR continuam a ser concebidos segundo uma arquitetura comum, na qual a “liberdade” regional consiste apenas em alocar menos, mais ou zero recursos a um dado Objetivo Específico (RSO ou ESO) e a uma dada tipologia de intervenção. Pode dizer-se, entretanto, que a programação de Intervenções Territoriais Integradas (ITI) para territórios específicos na Região e as próprias condições de

operacionalização da programação do PR poderão mitigar esse condicionamento. Mas as tipologias de intervenção de cada ITI não deixam elas próprias de ser condicionadas pelo cardápio disponível.

23. Os quadros lógicos do PR Alentejo 2030 são elaborados em função das Prioridades de Investimento contempladas na versão submetida a consulta pública.

3.2.2. A Estratégia Regional

24. A Visão Estratégica que enquadra a Estratégia Regional aparece agora em três dimensões, o que já reflete um propósito de adaptação ao quadro estratégico que diferencia o horizonte PT 2030: *“Uma (nova) década para construir a Região e desafiar o futuro, com foco na mudança demográfica, transição verde e digital”*. Releva-se como fator importante a avaliar se a programação do PR consegue integrar plenamente a referência explícita realizada à mudança demográfica, que representa muito provavelmente o ponto mais destacado na generalidade dos estudos realizados sobre a Região nos últimos tempos.

25. É importante notar que esta formulação da Visão, que consta da apresentação realizada pela CCDR Alentejo aos painéis de discussão, realizados na primeira semana de maio de 2022 é relativamente distinta da que é possível recolher do texto da Estratégia Regional Alentejo 2030, objeto de ampla participação e validação: *“Um território com capital simbólico e identidade distintivos, dotado de amenidades, de recursos naturais e produtivos, de conhecimento e competências, aberto para o mundo e capaz de se afirmar como espaço de referência para investir, trabalhar, viver e visitar.”*

26. Comparativamente, pode dizer-se que a primeira formulação, para além de dar mais destaque (e bem) à questão demográfica está mais orientada para as agendas da programação, ao passo que a formulação da Estratégia está mais focada no tipo de Região que o Alentejo aspira ser.

27. Na formulação da Estratégia Regional, pode ainda registar-se um enunciado explícito de **desafios estratégicos regionais**:

- Revitalização demográfica pela competitividade territorial no aceso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem-estar;
- Sustentabilidade Territorial e Valorização do Capital natural, no quadro das alterações climáticas;
- Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo;
- Valorização económica de recursos e ativos regionais, com alargamento da base territorial da competitividade;
- Reforço do sistema urbano regional e da sua (inter) conectividade na estrutura sustentável e eficiente do território;
- Reforço das condições de governação e ação coletiva, assumindo este reforço uma dimensão de impulso mais transversal.

28. Desta formulação de desafios estratégicos resulta um **quadro de objetivos estratégicos**:

- (1) Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada de investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família;
- (2) Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a economia circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água;
- (3) Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências;

- (4) Mobilizar, de modo intenso, integrado e alargado, recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial;
- (5) Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da região, fator de competitividade e de coesão;
- (6) Reforçar as condições de Governação e da Ação coletiva.

29. Finalmente, a Estratégia Regional surge acompanhada de um conjunto de **planos de ação**, concedendo-lhe, por essa via, um estatuto de guião operacional de investimentos a realizar:

- **PA1** — Provisão e Acessos a Serviços de Interesse Geral;
- **PA2** — Sustentabilidade Territorial, Património Natural e Ação climática;
- **PA3** — Conhecimento e Inovação;
- **PA4** — Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo
- **PA5** — Qualificação, Emprego e Inclusão Social;
- **PA6** — Cooperação territorial;
- **PA7** — Governança e Capacitação;
- **PA8** — Água.

3.2.3. Da Estratégia Regional ao Programa

30. Seguindo as linhas definidas a nível nacional para a organização da programação plurianual 2021-2027, o valioso capital estratégico da Estratégia Regional Alentejo 2030 teve de se adaptar ao figurino relativamente homogéneo que resultou de tais orientações, refletindo o empobrecimento potencial das opções de padronização seguidas a nível nacional.

31. Os **cinco grandes objetivos (OP)** que organizam o PR correspondem aos grandes objetivos nacionais:

- **OP1** — Portugal mais competitivo e inteligente;
- **OP2** — Portugal mais verde;
- **OP3** — Portugal mais conectado
- **OP4** — Portugal mais social e inclusivo
- **OP5** — Portugal territorialmente mais coeso.

32. Tal como nos restantes PR, este quadro de OP desdobra-se depois por um conjunto diversificado de **objetivos específicos (OE)** (RSO/ESO), que acomodam por sua vez tipologias de medidas de política, que correspondem à última dimensão para as quais existe programação financeira.

33. É neste quadro de orientações que devem ser entendidos os possíveis eixos do PR, que correspondem às **prioridades estratégicas de investimento**:

- **Prioridade 1A** — Alentejo mais Competitivo e Inteligente
- **Prioridade 1B** — Alentejo mais Digital
- **Prioridade 2A** — Alentejo mais Verde
- **Prioridade 2B** — Alentejo Centros Urbanos mais Verdes
- **Prioridade 3A** — Alentejo mais Conectado
- **Prioridade 4A** — Alentejo mais Social e Inclusivo
- **Prioridade 4B** — Alentejo mais Inovação Social
- **Prioridade 5A** — Alentejo Territorialmente mais Coeso
- **Prioridade 6A** — Fundo para uma Transição Justa
- **Prioridade 7A** — Assistência Técnica.

34. O PR tentou o mais possível aproximar-se das orientações da Estratégia Regional Alentejo 2030:

- A **prioridade 2B — Alentejo Centros Urbanos mais Verdes** para além de vincar a perspetiva do DUS em termos de concentração temática de recursos, sugere a importância do urbano para a Região;

- A **prioridade 4B – Alentejo mais Inovação Social** pode representar um dos fatores de maior novidade na programação, sugerindo que o PR Alentejo pretende assumir um forte protagonismo no novo ciclo de implementação da abordagem da inovação social neste período de programação limitada aos PR;
- Mesmo nesta formulação, as questões da mudança demográfica e do aspeto central das qualificações não têm legibilidade suficiente no quadro da arquitetura principal do PR, exigindo por isso que a operacionalização da programação dedique a estas matérias uma forte atenção e a alocação de recursos compatível com a sua relevância.

3.3. Quadro lógico do OP1¹

35.O OP 1 acolhe duas grandes prioridades na sua configuração de alinhamento com os objetivos nacionais e comunitários: **1A Alentejo mais competitivo e inteligente** e **1B Alentejo mais digital**. Entretanto, se nos reportarmos ao referencial da Estratégia Regional, compreende-se que o PR deveria servir um desígnio mais vasto, descrito nesse referencial por *“Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo”* (desafio estratégico) e por *“Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências”*. Esta formulação suscita questões relevantes do ponto de vista da formulação do quadro lógico. A questão mais relevante decorre da referência importante que é produzida à *“capacidade de formação de competências”* que a consolidação do SRI Alentejo implica, sobretudo num contexto demográfico adverso e particularmente exigente em termos de captação e fixação de talentos.

36.Ora, como já o referimos, nem o quadro de RSO do OP1 concede relevância à formação de competências, nem o OP4 concede à matéria a importância que exigiria. Aliás, insistimos na ideia de que a arquitetura da programação não atribui à formação de competências a relevância que os desafios de desenvolvimento da Região exigiriam que fosse acautelada. A impossibilidade de apoio à formação avançada decida pela CE complica esta questão, valendo a possibilidade do PRR ter alguma intervenção no que respeita à formação de jovens STEAM. Por isso, o quadro lógico do OP1 não pode deixar de anotar alguma inconsistência da programação, sobretudo do ponto de vista da geração de impactos (cuja definição é proposta pela EA) ao nível do que a Estratégia Regional antecipava. Restará sempre a hipótese de intervenção do Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão Social na Região, o que exigirá da CCDR Alentejo um acompanhamento rigoroso deste Programa.

37.No âmbito da configuração concreta que as duas PI deste OP1 apresentam, a formulação do Programa ensaia a integração do *“RSO 1.2. Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades”* na PI 1.A, remetendo o *“RSO 1.5 Reforçar a conectividade”* para a PI 1B Alentejo mais digital. Se bem que se compreenda esta opção por questões regulamentares, na formulação do quadro lógico da PI 1B incluímos também o RSO 1.2, já que nos parece que é mais coerente o desenho do Programa. Por isso, o OP1 é descrito por dois quadros lógicos.

38.A criação de complementaridades dinâmicas entre as duas PI do OP1 pode ser considerada uma matéria crítica da programação. Os RSO 1.2 e 1.5 estão concebidos como apoios essencialmente infraestruturais:

- No quadro do RSO 1.2, são referidos apoios em termos de soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública e são também previstas soluções desse tipo com efeitos de eficiência energética e redução de emissão de gases com efeito de estufa; no entanto, a digitalização das empresas não surge associada a este RSO no *template* em análise;

¹ Neste RFP, os quadros lógicos são concebidos para as diferentes prioridades estratégicas de investimento atrás mencionadas.

- No quadro do RSO 1.5, são referidas redes de banda larga de capacidade muito elevada (rede principal/intermédia), rede de banda larga de capacidade muito elevada (acesso/lacete local com desempenho equivalente ao de uma instalação de fibra ótica até ao ponto de distribuição no local do serviço no caso dos edifícios de habitação multifamiliar), rede de banda larga de capacidade muito elevada (acesso/lacete local com desempenho equivalente ao de uma instalação de fibra ótica até ao ponto de distribuição no local do serviço no caso das habitações individuais e das instalações empresariais) e rede de banda larga de capacidade muito elevada (acesso/lacete local com desempenho equivalente ao de uma instalação de fibra ótica até à estação de base no caso dos sistemas avançados de comunicação sem fios).

39. Quer isto significar que a complementaridade efetiva com os objetivos de dinamização da inovação empresarial e da transferência de conhecimento para as empresas dependerá muito do tipo de utilizações que vierem a ser realizadas destas condições infraestruturais e dos serviços digitais que elas vierem a potenciar.

Diagrama 1 — Quadro lógico da PRIORIDADE 1A (OP1)

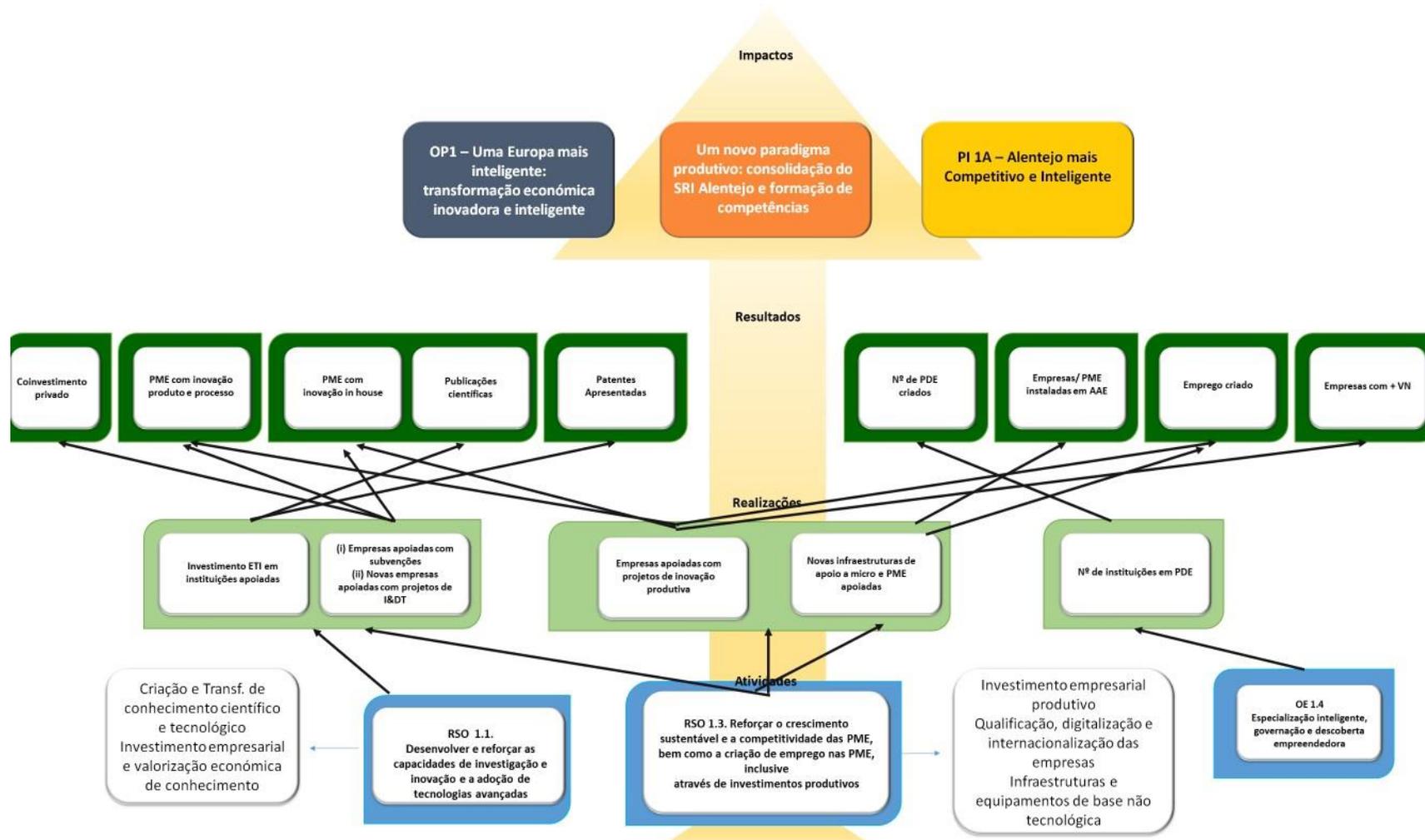


Diagrama 2 — Quadro lógico da PRIORIDADE 1B (OP1)

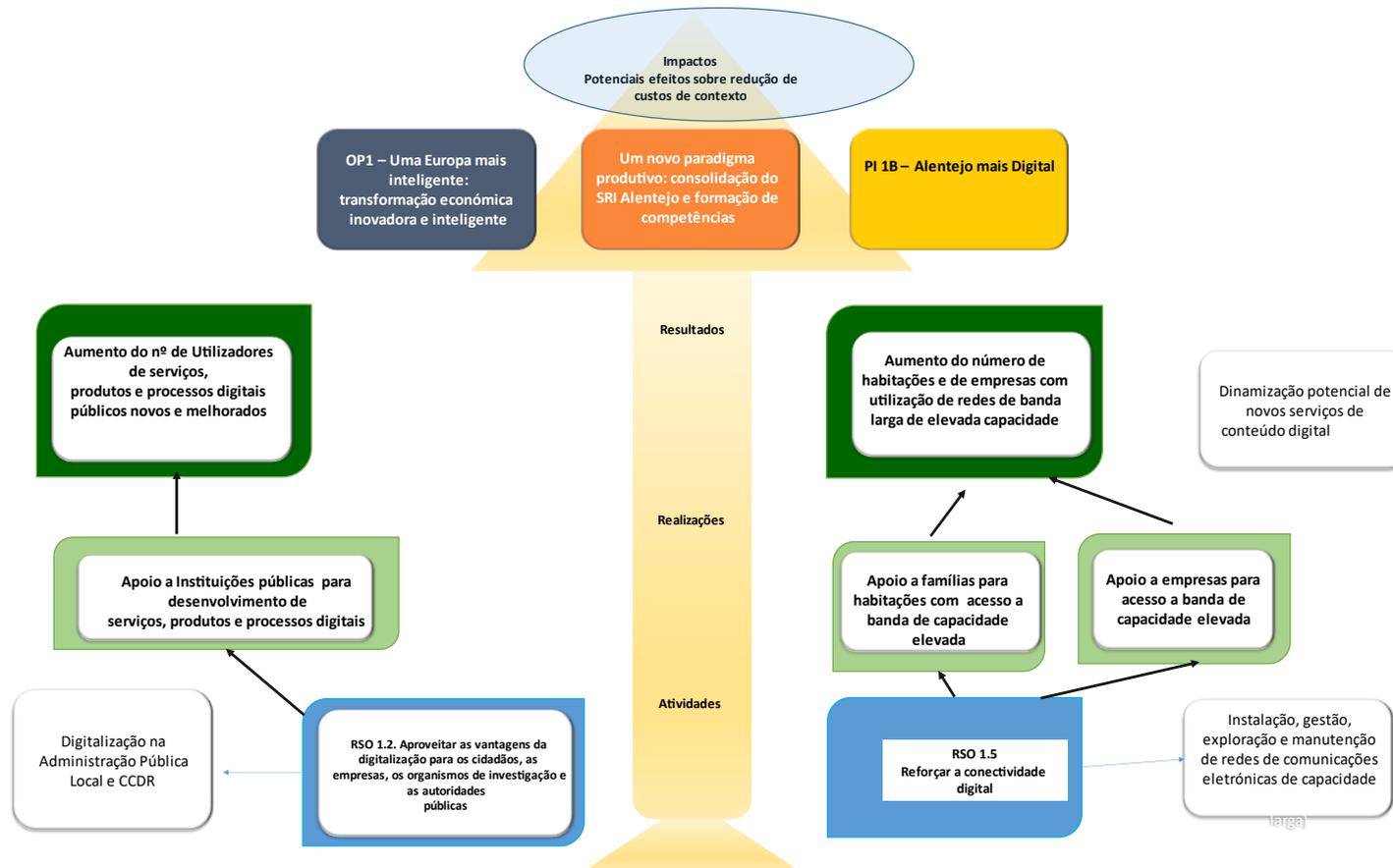


Diagrama 3 — Indicadores de impacto do OP1



NOTA:

Os indicadores a preto carregado pretendem representar os indicadores para os quais se antevê um contributo esperado mais significativo do PO

3.4. Quadro lógico do OP2

40.O OP2 do PR Alentejo é diferenciado pelo acolhimento de duas prioridades, uma das quais a 2B é dedicada à sua projeção nos centros urbanos da Região. Quer isto significar que, sem mudar os OE que a programação acolhe, o PR consegue associar (com toda a legitimidade e acuidade) o OP2 ao desenvolvimento urbano sustentável. Ou seja, as medidas de política associadas aos OE mobilizados para este OP servem dois objetivos, o do DUS e os da transição energética, climática e biodiversidade em geral.

41.As alterações introduzidas no Programa na sequência da necessidade de acomodar os 25 milhões de euros do FTJ na Região, com reflexos na dotação FEDER dos OP do Programa, acabaram por ter impacto na estrutura do OP2. A dotação de recursos para o RSO 2.6 Economia circular foi substancialmente reduzida penalizando seriamente o impulso de programação que o referido RSO daria a essa dimensão da estratégia regional, sobretudo à implementação da Agenda Regional para a valorização da Economia Circular em que a Região pioneiramente se distinguiu.

Diagrama 3 — Quadro lógico do OP2, prioridade 2A

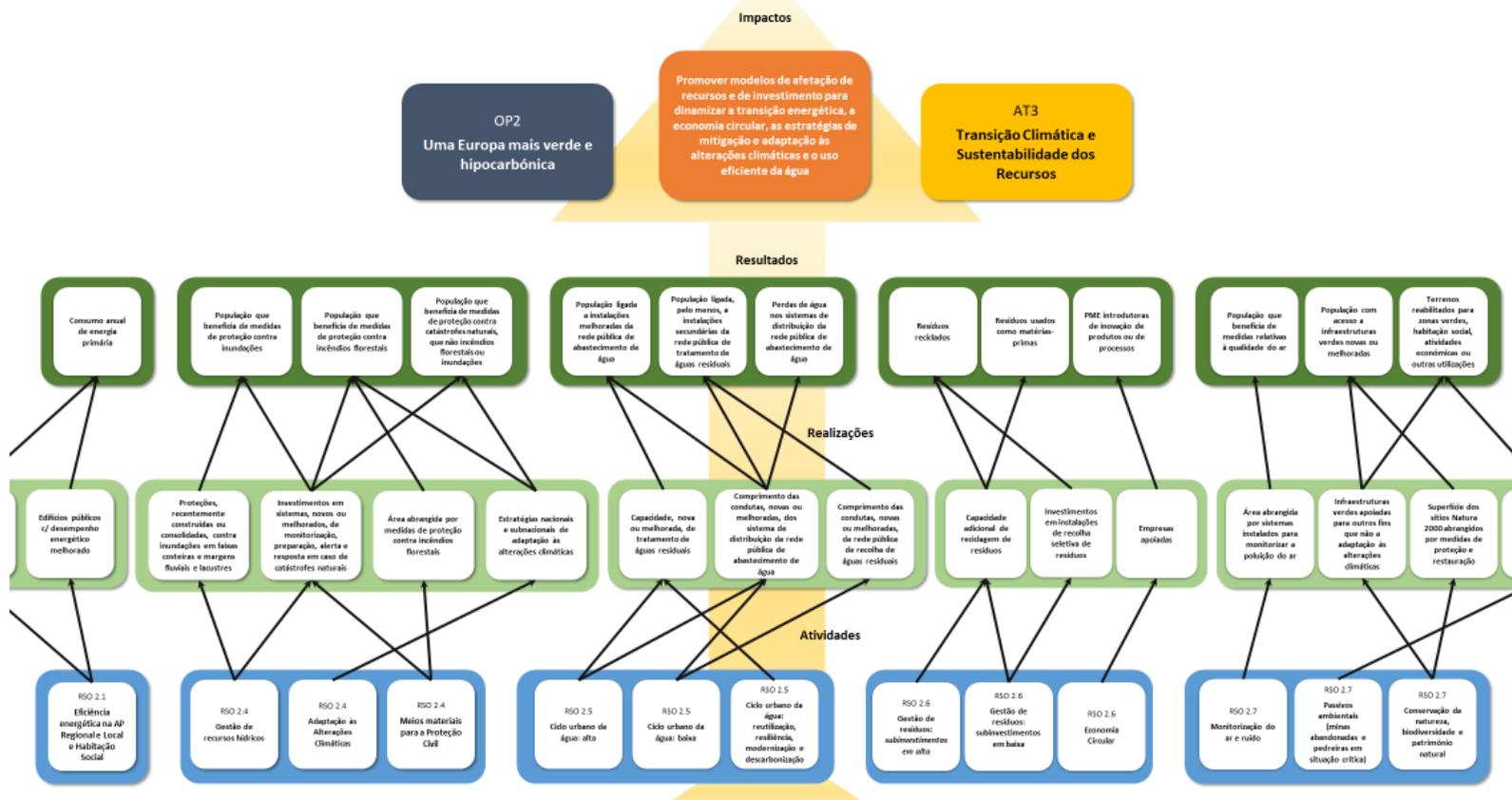


Diagrama 4 — Quadro lógico do OP2, prioridade 2B

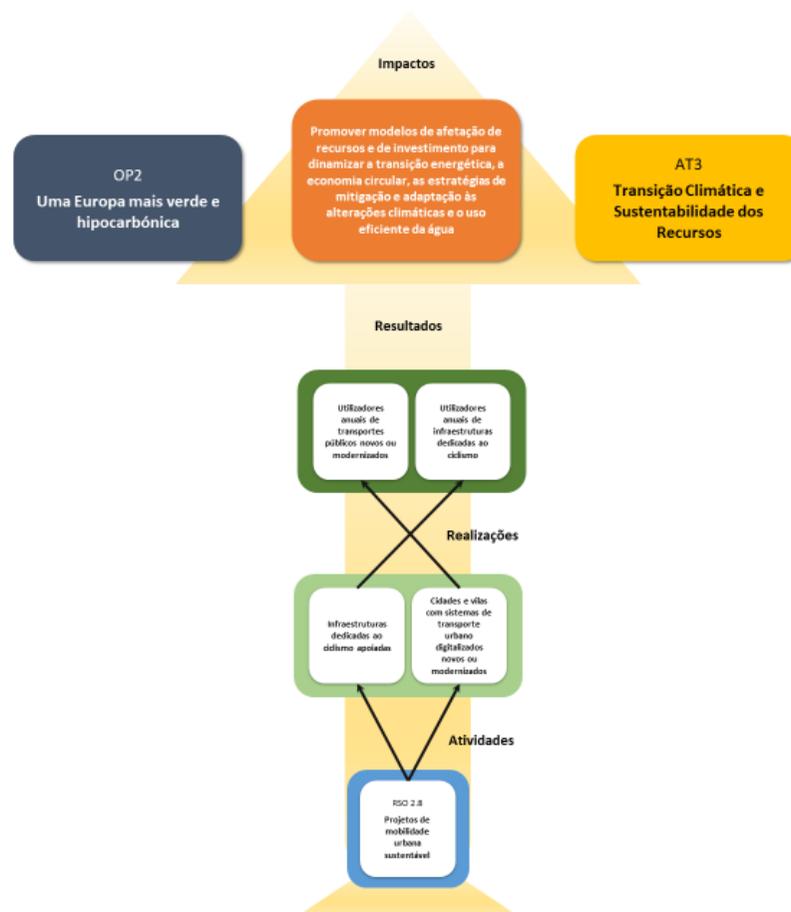


Diagrama 5 — Indicadores de impacto do OP2



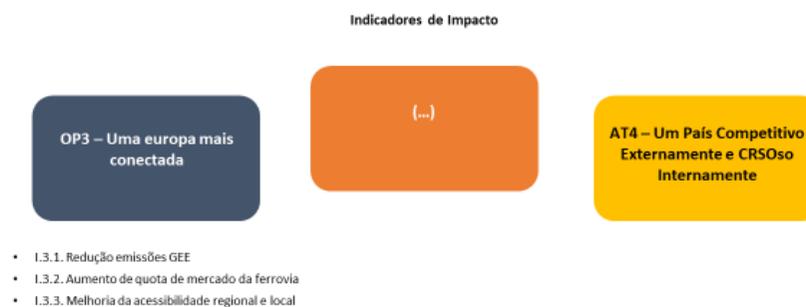
3.5. Quadro lógico do OP3

42.O quadro lógico está muito facilitado pela natureza deste OP e do objetivo específico e medidas que são mobilizadas. Estamos perante um caso em que a natureza dos projetos de investimentos ferroviários em questão se sobrepõe à localização do seu financiamento (PR ou Fundo de Coesão).

Diagrama 6 — Quadro lógico do OP3



Diagrama 7 — Indicadores de impacto do OP3



3.6. Quadro lógico das Prioridades 4A – Alentejo mais social e inclusivo e 4B - Alentejo mais Inovação Social (Ações sociais inovadoras)

43.A prioridade 4A – Alentejo mais social e inclusivo apresenta um quadro lógico de legibilidade mais difícil porque se trata, não só da Prioridade que integra FEDER e FSE+, mas também porque acolhe o RSO 4.6 (Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social), que embora praticamente residual em termos de peso na dotação total de Fundos do PO (0,14% no turismo e 0,23% na cultura) e de massa absoluta de recursos (4 M €), escapa à lógica dominante da prioridade 4A. Daí termos elaborado para o RSO 4.6 um quadro próprio, embora reconhecendo a sua dimensão financeira residual no conjunto global do PO.

44.Para além disso, a prioridade 4A não consegue dar à questão da melhoria das qualificações e da formação de competências a relevância e visibilidade que o tema mereceria. E esta é por si só uma conclusão importante da AEA.

45.A prioridade 4B é apenas dedicada a projetos piloto que visam ensaiar e experimentar iniciativas de inovação social, tratando-se de uma novidade programática ao nível dos programas regionais, alocada ao PO ISE no período de programação anterior.

Diagrama — Quadro lógico da Prioridade 4A, FSE+

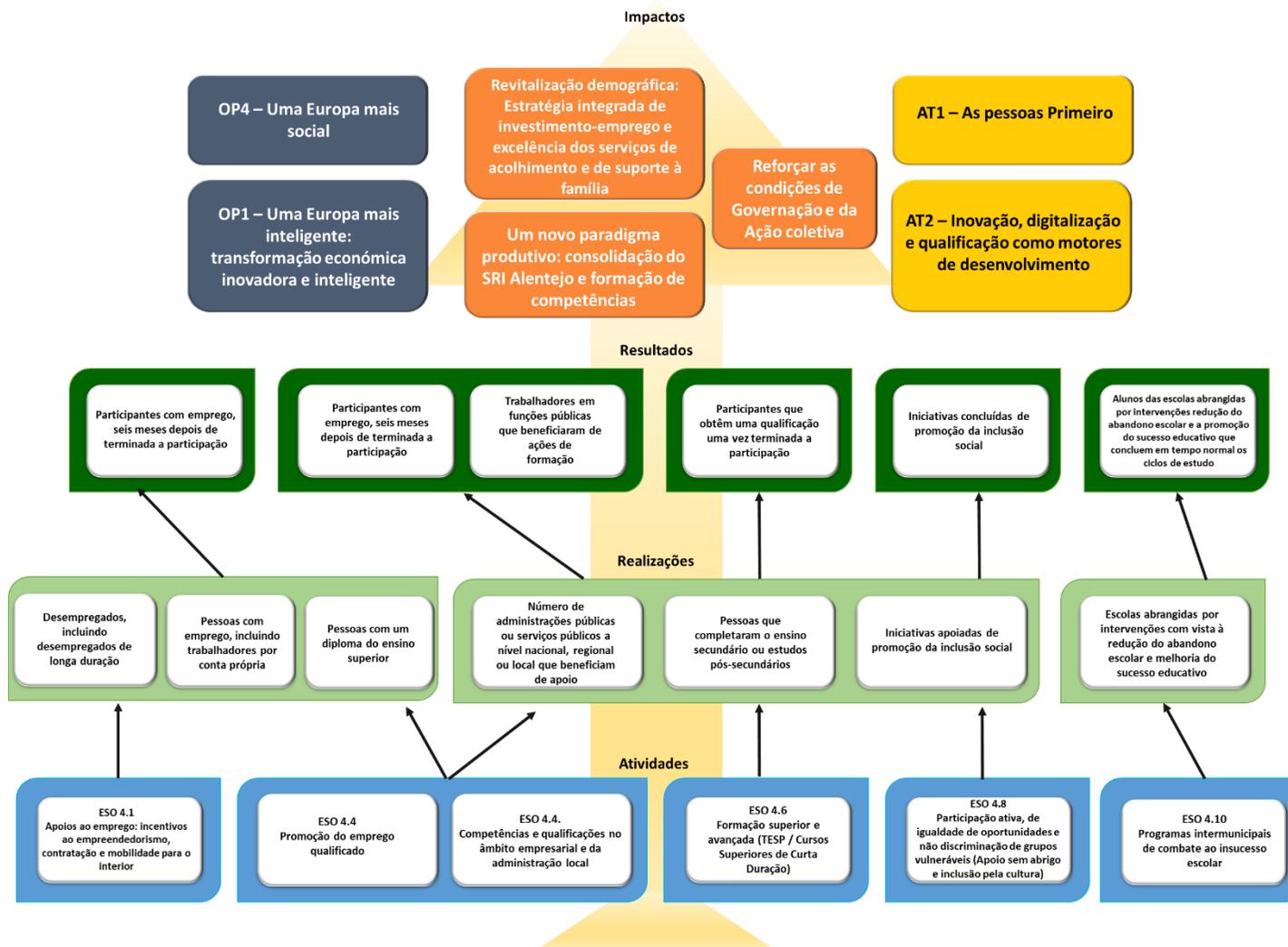


Diagrama 8 — Indicadores de impacto da Prioridade 4A, FSE+



- I.4.1. Aumento da taxa de emprego na população entre os 20 e os 64 anos
- I.4.2. Diminuição do volume de pessoas em situação de desemprego
- I.4.3. Redução da taxa de desemprego dos jovens dos 15 aos 24 anos de idade
- I.4.4. Redução da taxa de jovens NEET dos 15 aos 29 anos
- I.4.5. Aumento do rácio "Emprego c/qualificações superiores/Emprego total"
- I.4.6. Aumento da proporção de doutorados empregados no mercado de trabalho não académico
- I.4.7. Aumento da participação dos adultos em ações de educação e formação
- I.4.8. Aumento do peso de diplomados U. Évora e I.P. Santarém, Portalegre e Beja que encontram emprego na Região
- I.4.9. Redução da taxa de desemprego de longa duração
- I.4.10. Aumento da participação na formação e da taxa de emprego das pessoas com deficiência ou incapacidade
- I.4.11. Aumento da proporção de indivíduos com competências digitais básicas ou mais do que básicas
- I.4.12. Redução dos níveis de retenção e desistência desde o 1.º ciclo até ao ensino secundário e aumento da população com acesso ao ensino superior

NOTA:

Os indicadores a preto carregado pretendem representar os indicadores para os quais se antevê um contributo esperado mais significativo do PO

Diagrama 9 — Quadro lógico da Prioridade 4A, FEDER

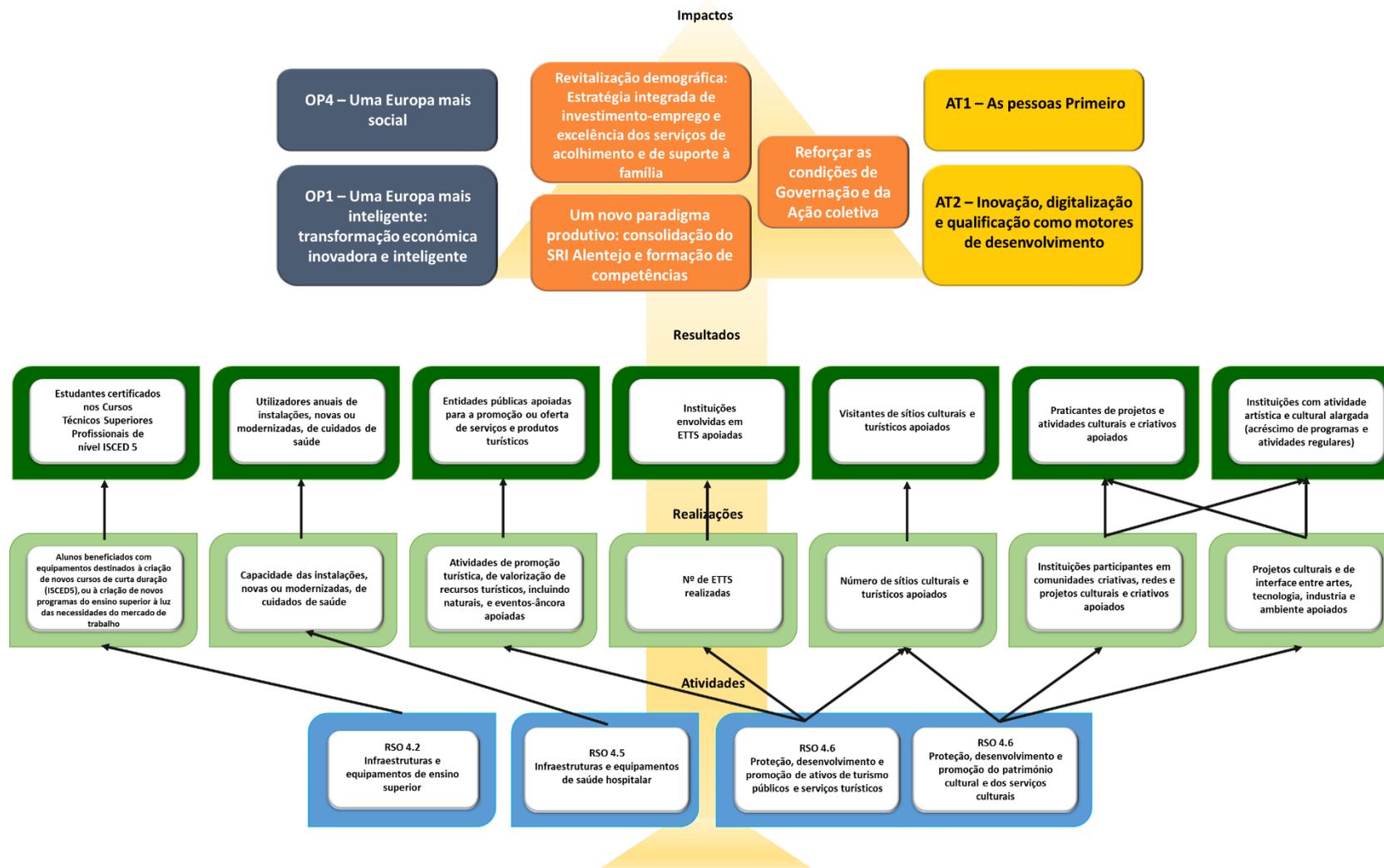


Diagrama 10 — Indicadores de impacto da Prioridade 4A, FEDER



- I.4.13. Garantia de acessibilidades físicas adequadas em todas as infraestruturas pedagógicas de ensino superior
- I.4.14. Aumento da taxa de diplomados no ensino superior da população 30-34
- I.4.15. Aumento da expectativa de número de anos de vida saudável aos 65 anos
- I.4.16. Aumento na estada média dos turistas no destino Alentejo e Ribatejo
- I.4.17. Aumento dos proveitos totais dos alojamentos turísticos
- I.4.18. Redução do índice de sazonalidade
- I.4.19. Aumento do número de artistas e profissionais da cultura residentes na região / Aumento do emprego cultural anual na região
- I.4.20. Aumento do volume de negócios das empresas das atividades culturais e criativas sedeadas na região
- I.4.21. Aumento da % dos residentes que nos últimos 12 meses assistiram a algum espetáculo ao vivo (por exemplo, de teatro, concertos de música, bailado ou dança)
- I.4.22. Aumento da despesa média por agregado familiar em serviços desportivos, recreativos e culturais

Diagrama 11 — Quadro lógico da Prioridade 4B, FSE+

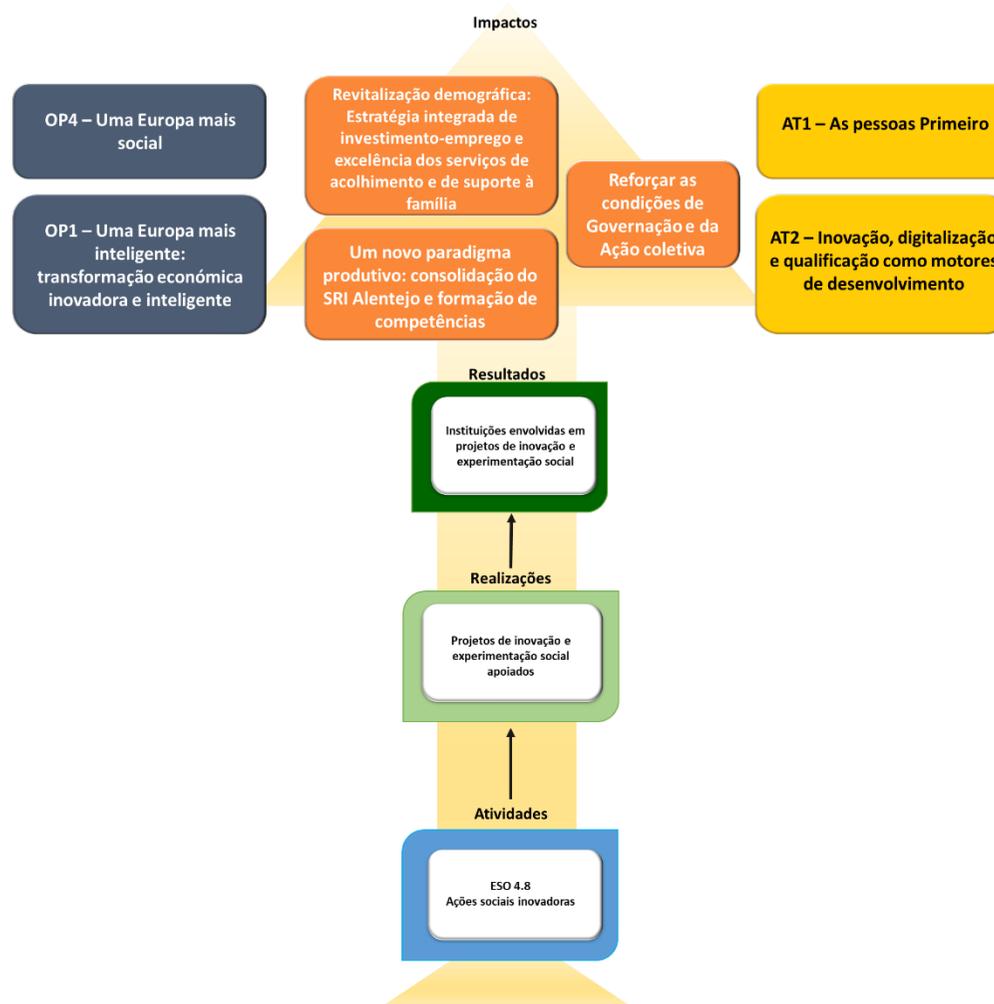


Diagrama 12 — Indicadores de impacto da Prioridade 4B, FSE+



- I.4.23. Aumento de iniciativas sociais acolhidas por políticas públicas
- I.4.24. Aumento de instituições envolvidas em iniciativas de inovação social

3.7. Quadro lógico do OP5

46.O OP5 com os seus dois RSO 5.1 e 5.2, destinados a dois tipos de operações integradas de desenvolvimento, não apresenta um quadro lógico de legibilidade simples, uma vez que, para além de contemplar uma dimensão financeira própria, mobiliza recursos de outros OP, com relevo para o OP2, em que aliás o PR destaca a prioridade do Alentejo com centros urbanos mais verdes, mas também o OP4.

47.A formulação dos dois RSO é praticamente comum, com fator urbano ou não urbano a fazer a diferença: RSO 5.1 e RSO 5.2 Fomentar o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património cultural, o turismo sustentável e a segurança em áreas urbanas e não urbanas.

Diagrama 13 — Quadro lógico do OP5

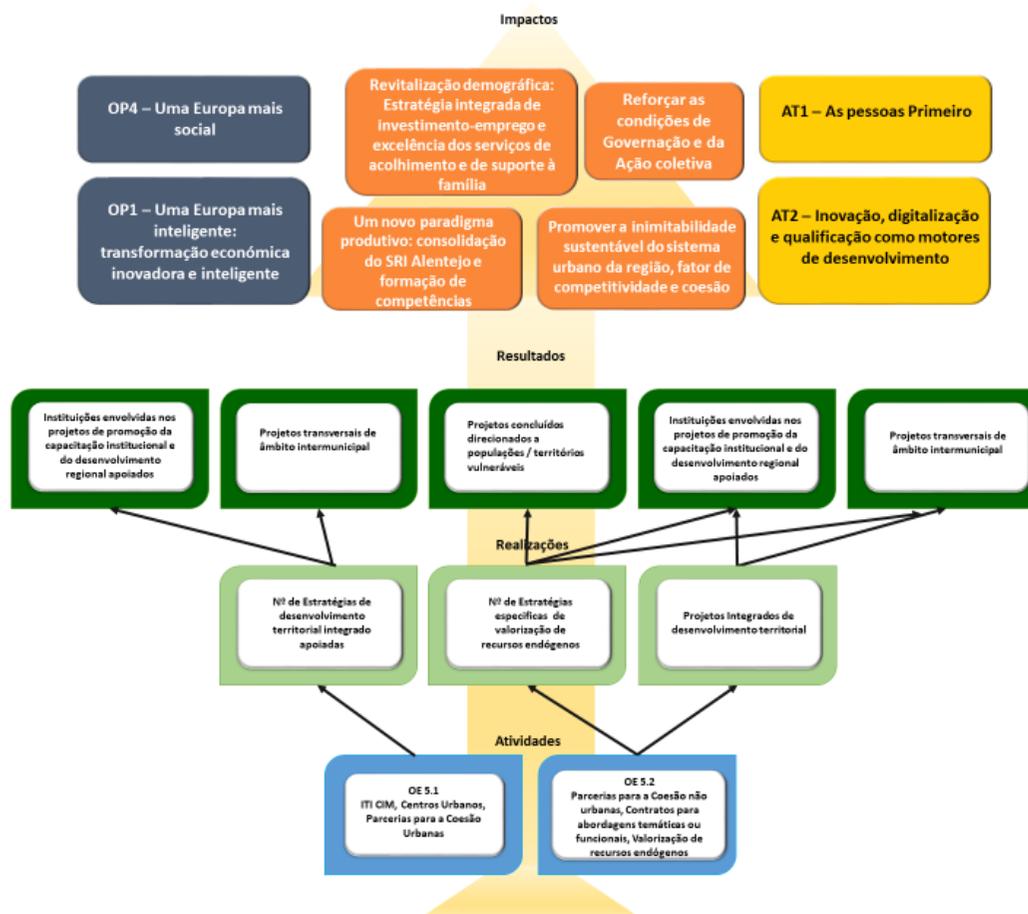
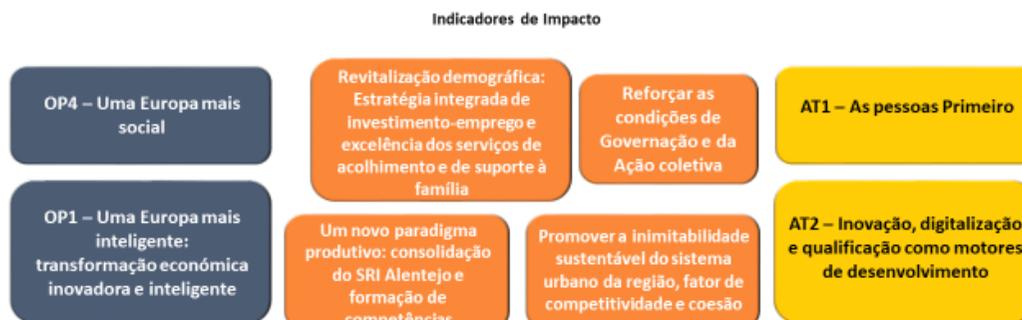


Diagrama 14 — Indicadores de impacto do OP5



- I.5.1. Aumento da taxa cobertura da população em matéria de cuidados de saúde primária
- I.5.2. Aumento da taxa de cobertura da população em matéria de serviços sociais
- I.5.3. Aumento das taxas de escolarização da população
- I.5.4. Acréscimo de visitantes / utentes de património cultural
- I.5.5. Reforço da governança multinível de base territorial e do processo de descentralização
- I.5.6. Aumento do número de residentes em cidades provenientes do exterior
- I.5.7. Aumento do emprego qualificado nos centros urbanos /Aumento do emprego em TIC nos centros urbanos
- I.5.8. Aumento do rendimento médio das famílias na baixa densidade
- I.5.9. Aumento da oferta de emprego na baixa densidade
- I.5.10. Aumento de novos residentes na baixa densidade
- I.5.11. Aumento do número de instituições (públicas e privadas) promotoras de projetos apoiados no âmbito de Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos /Projetos Integrados de desenvolvimento territorial

3.8. Quadro lógico do Fundo para uma Transição Justa

48. Embora deva ser considerado uma espécie de prolongamento da intervenção do OP2, o FTJ tem uma incidência relevante na Região (Alentejo Litoral), pelo que se justifica a elaboração do seu quadro lógico.

Diagrama 15 — Quadro lógico do Fundo para uma Transição Justa

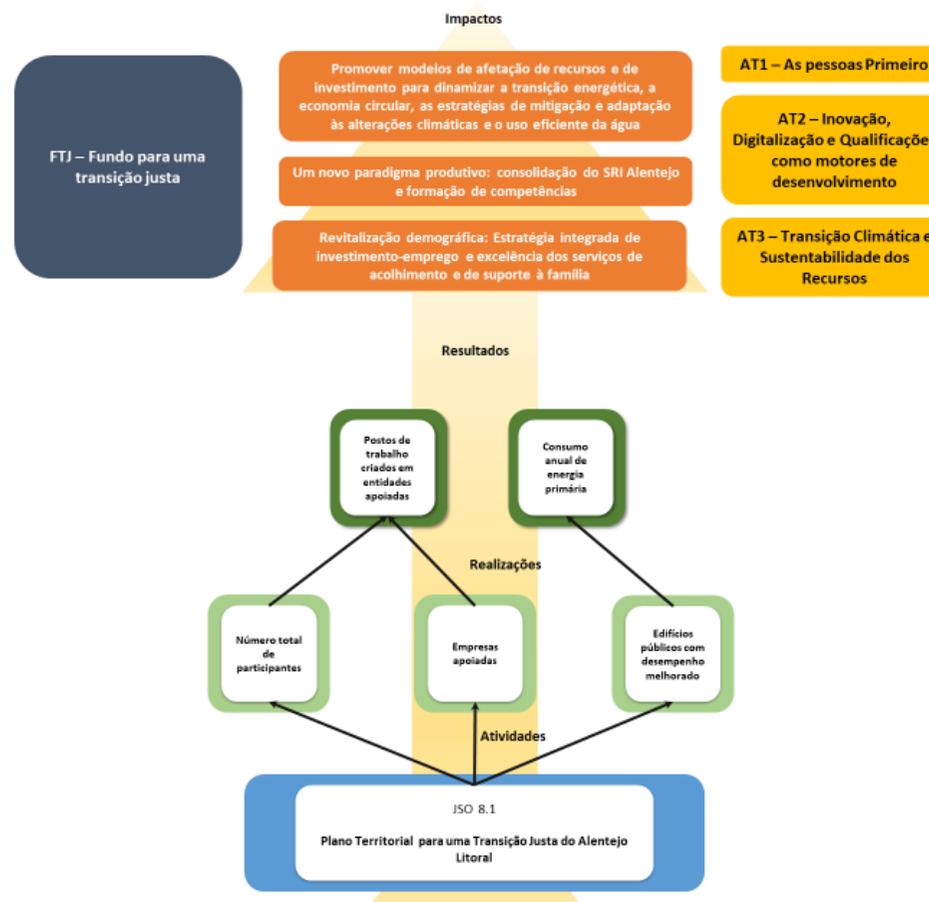


Diagrama 16 — Indicadores de impacto do FTJ



- FTJ I – Redução das emissões de GEE
- FTJ II – Aumento da taxa de empregabilidade
- FTJ III – Aumento da % de PME com atividade de inovação de processo e produto

4. ABORDAGEM AOS TRÊS GRUPOS DE QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

4.1. Estratégia do Programa

4.1.1. Âmbito e conteúdos

49.No âmbito alargado da dimensão estratégica do Programa acolhe-se um conjunto muito amplo e diversificado de questões com uma forte multiplicidade de dimensões de avaliação:

- O diagnóstico das disparidades, necessidades e oportunidades de desenvolvimento está devidamente fundamentado?
- O diagnóstico comporta as dimensões previstas no Programa Nacional de Reformas, no Programa Nacional de Investimentos, no Programa Nacional para a Coesão Territorial, no Programa de Valorização do Interior, no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no Pacto Ecológico Europeu e na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (objetivos e metas), Plano de ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e em outros documentos de orientação estratégica associados às áreas de intervenção do PO (incluindo os previstos no âmbito das condicionalidades *ex-ante*)?
- Os objetivos, as prioridades de investimento selecionadas e as realizações e resultados esperados são coerentes: (i) Com o diagnóstico? Entre si (coerência interna)? Com o disposto no Acordo de Parceria? Com outros instrumentos relevantes de âmbito comunitário, nacional ou regional de apoio ao investimento público (coerência externa)?
- As medidas planeadas são as adequadas para assegurar o respeito pelos princípios horizontais consagrados, designadamente, o princípio da parceria, o princípio da igualdade entre homens e mulheres, o da igualdade de oportunidades e da não discriminação e o do desenvolvimento sustentável?
- As medidas propostas são as mais adequadas para alcance dos objetivos delineados ou haveria outras medidas cujas realizações e resultados conduziram de forma mais eficaz ao alcance dos objetivos?
- O PO garante a flexibilidade necessária para responder às necessidades emergentes, designadamente em cenário de crise económica?
- Existem mecanismos de articulação e coordenação das intervenções dos vários Fundos e são estes os mais eficazes?
- A abordagem integrada do desenvolvimento territorial apoiado pelo PO é adequada, face aos seus objetivos e prioridades? É consistente com o quadro institucional existente?
- Em que medida a participação dos *stakeholders* fundamentais do PO no processo de programação (e respetivos resultados) é a mais adequada? As medidas que se preveem adotar para o seu envolvimento na respetiva implementação do programa (no respeito pelo princípio do parceria e governação multinível) são as mais adequadas?
- Quando aplicável, em que medida os Grandes Projetos previstos contribuem para o efetivo alcance dos objetivos?

4.1.2. Sobre a fundamentação do diagnóstico das disparidades, necessidades e oportunidades de desenvolvimento

50.A generalidade dos desafios estratégicos identificados pela Estratégia Regional Alentejo 2030 são retomados no texto do PR e correspondem a constrangimentos estruturais do desenvolvimento da região do Alentejo com largo consenso de identificação. A evolução combinada do contexto internacional,

nacional e regional, com destaque para a crise pandémica, fez emergir o agravamento de alguns desses constrangimentos. É o caso das disparidades intrarregionais (disparidades inter NUTS III), que se deve essencialmente à evolução contraditória dos extremos: aumento acentuado do PIB por habitante do Alentejo Litoral e enraizamento das fragilidades do desenvolvimento do Norte Alentejano. É, por isso compreensível, que esse largo consenso em torno dos constrangimentos estruturais da Região surja refletido nos diagnósticos de disparidades e necessidades, sintetizados nos desafios estratégicos colocados pela Estratégia Regional, com fundamentação adequada. Saliente-se ainda que a nova versão do PR sob avaliação fundamenta a baixa cobertura dos territórios de mais baixa densidade com valores concretos de indicadores de serviço e acesso às redes digitais relativamente à média nacional.

51. Outra questão bem distinta é a de saber se tais diagnósticos podem por si só ser considerados diagnósticos de ação consequente. Procurando interpretar de que modo a programação do Alentejo 2030 internaliza os desafios de resposta aos constrangimentos estruturais, a AEA considera que, tal como está apresentada, a programação não explicita as respostas mais pertinentes que irão ser exigidas a problemas como a adaptação dos sistemas produtivos mais tradicionais, casos da agricultura, dos sistemas agroflorestais e da agricultura mais intensiva que o investimento estrangeiro acelerou e dos mais modernos aos fenómenos de mudança climática, de transição energética, de declínio demográfico e de escassez de recursos humanos qualificados e avançados. Pode dizer-se, assim, que existe um vasto potencial em termos de implementação do Programa para apurar uma resposta ser mais concretizada e focada. Todas essas preocupações e exigências apontam para um maior foco na qualidade e características dos projetos estruturantes a apoiar pelo Programa.

52. Respondendo concretamente à sub-questão de avaliação atrás formulada, não existe propriamente um défice de fundamentação de diagnóstico de disparidades, necessidades e oportunidades de desenvolvimento na Região. A implementação do Programa tem de ser, entretanto, suportada por critérios que a orientem para o apoio a investimentos com elevado potencial de resposta a tais constrangimentos.

53. A tabela seguinte analisa a cobertura que a programação consagra aos desafios estratégicos regionais:

Tabela 1 — Desafios estratégicos e fundamentação de diagnóstico

Desafios Estratégicos	Elementos de diagnóstico
Revitalização demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem-estar	A questão demográfica está bem documentada na Estratégia Regional e no próprio PR em termos de diagnóstico, sublinhando que o número de casais jovens residentes na região não é suficiente para que, mesmo com alterações positivas na taxa de fertilidade, se inverta o ciclo de decréscimo natural. A abordagem proposta aponta para uma perspetiva integrada, que privilegia “a revitalização demográfica +pela competitividade territorial e no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades de bem-estar”. São sublinhadas também as condições fortemente concorrenciais a nível nacional e internacional em matéria de atração de investimento e de residentes novos. E as dinâmicas recentes de determinados setores económicos, designadamente o turismo, a agricultura intensiva e o agroalimentar têm optado por estratégias de atração de imigrantes em condições de forte precariedade que não favorece a fixação de novos residentes de modo sustentado. A cobertura do desafio estratégico tem, entretanto, de se traduzir em investimentos subordinados a essas características. Não há propriamente nem PI, nem RSO ou ESO que incorporem no seu enunciado a questão demográfica, pelo que será em sede de gestão da implementação que a resposta será avaliada.
Sustentabilidade Territorial e Valorização do Capital natural, no quadro das alterações climáticas	Os elementos de diagnóstico conhecidos sublinham: (i) a vulnerabilidade crescente da orla costeira; (ii) os níveis de desertificação física, com erosão de solos e perda de biodiversidade e situações de seca extrema; (iii) alteração das funções e fertilidade dos solos; (iv) efeitos nocivos no setor agrícola (impactos da subida de temperatura e diminuição da pluviosidade): piores colheitas, custos de produção crescentes, riscos de abandono da atividade

Desafios Estratégicos	Elementos de diagnóstico
	/problemas de viabilidade económica das explorações agrícolas; (iv) diminuição global da resiliência do sistema de Montado; (v) a conjugação das vertentes da demografia e da ruralidade permite identificar o risco das zonas rurais, que perdem muita população, terem de fazer face ao abandono de terras e a um maior risco de incêndios florestais. Estes elementos são particularmente exigentes em termos de tipos de investimento a apoiar designadamente na área agrícola, que acaba por não ser um domínio do Programa.
Consolidação do sistema Regional de inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo	Trata-se de uma área bem documentada no diagnóstico regional disponível, quer em termos de debilidades do sistema, quer em termos de novos ativos que a própria programação de FEEL tem vindo a apoiar. A questão da formação de competências e do papel do sistema de educação superior e avançada e de todo o sistema de educação e formação em colmatar essa insuficiência, paredes meias com a política de atração de residentes jovens qualificados, está bem documentada, embora depois não tenha na programação cobertura à altura. Integrando o diagnóstico, é dada especial atenção às atividades transformativas identificadas na revisão da RIS 3 Alentejo. Existe evidência de que o Conselho Regional de Inovação será dinamizado nesta lógica.
Valorização económica de recursos e ativos regionais, com alargamento da base territorial da competitividade	O diagnóstico identifica claramente os ativos de suporte à resposta a este desafio: (i) polos de ensino superior e politécnicos, (ii) atividades da petroquímica e derivados na envolvente de Sines, (iii) pedra natural e minério metálicos; (iv) aviação e fabrico de aeronaves nos polos do cluster da aeronáutica; (v) valências agro-florestais produtivas: cortiça, fileira carne e pecuária de raças autóctones, derivados de leite, vinho, azeite, frutos frescos, etc.; (vi) valorização integrada dos recursos turísticos do território, com reforço da integração da cadeia de valor de produtos e serviços turísticos e potencial no mercado internacional. É ainda referida a posição marcante da região em cadeias de valor globais atingida recentemente, que valorizam recursos naturais, condições de localização e iniciativa empresarial, com peso na atração de investimento exógeno de grupos económicos-empresariais com capacidade de investimento e de penetração nos mercados externos.
Reforço do sistema urbano regional e da sua (inter) conectividade na estrutura sustentável e eficiente do território	O diagnóstico disponível sublinha a trajetória demográfica de regressão prolongada e de fortes disparidades entre os 58 municípios da Região que coloca o sistema urbano regional perante um dilema: a região, no contexto de transição e desafio demográficos, não pode aspirar a desenvolver centros urbanos de maior dimensão que ponham em risco a coesão territorial, com a perda irreversível e desvitalização de determinados territórios. É feita também uma avaliação às operações PEDU e PARU do período de programação anterior e ao seu contributo pouco robusto para a qualificação urbana.
Reforço das condições de governação e Ação coletiva	O diagnóstico sublinha as permanentes dificuldades de articulação entre os níveis central, regional e local da Administração do Estado e entre os instrumentos das políticas setoriais e do território, que as operações mais recentes de descentralização não alteraram. Mencionam-se condicionantes administrativas e regulamentares, sobreposições de competências na gestão dos recursos estratégicos do território que limitam a eficácia e a eficiência da implementação de políticas e afetação de recursos. A heterogeneidade das atribuições e competências dos diversos níveis da Administração Pública, a par da diversidade de instrumentos de política e financiamento e da necessidade de estabelecer parcerias de iniciativa e de projeto, continuam a exigir soluções e mecanismos de articulação e de coordenação. Deve aliás referir-se que esta dimensão de diagnóstico da Estratégia Regional não tem respostas à altura na programação, com exceção na governação da EREI Alentejo 2030 (RSO 1.4 do OP1 e da PI 1A).

54. Resumindo, a AEA explicita orientações de seleção de projetos que sirvam estratégias de transição e mudança consequentes:

- **Abordagens de enfrentamento do declínio demográfico** com investimentos consequentes para adaptar a Região a um cenário que, por via do crescimento natural e do aumento da taxa de fertilidade total, demorará gerações a superar;

- **Estratégias de atração de novos residentes**, designadamente de jovens qualificados, mas também de ativos em busca de novos padrões de qualidade de vida, sobretudo do ponto de vista das implicações em termos de cooperação e concorrência entre municípios e da sua regulação necessária que essa atração tende a implicar²;
- **Trajetórias de crescimento consolidado do Sistema Regional de Inovação Alentejo**, aumentando o número de empresas regionais com intensidade de inovação mais elevada e progressiva capacidade de absorção de conhecimento-inovação, estimulando por essa via as práticas colaborativas com as infraestruturas de base tecnológica e os centros de investigação e transferência de conhecimento que a programação de FEEI tem vindo a apoiar com regularidade;
- **Modelos de provisão de serviços públicos de interesse geral (SIG)** que tenham em conta as condições demográficas e de distribuição da população no território, gerando por essa via um clima de confiança favorável à atração de novos residentes;
- **Processos de adaptação progressiva do sistema produtivo regional** às três transições do presente: energética, climática e digital.

55.A AEA saúda a autonomização da prioridade de investimento 4B – Alentejo mais Inovação Social, como exemplo de abertura a novas abordagens e famílias de projetos, embora com a contrapartida da exigência de lhe assegurar um corpo relevante de projetos a apoiar.

4.1.3. Sobre a capacidade do diagnóstico do PO acolher estratégias e políticas formuladas em documentos nacionais de referência

56.A questão colocada não pode limitar-se a avaliar se o PR acolhe ou não as estratégias e políticas formuladas por esses referentes de política. Importa também aferir se esses referentes de política podem ou não contribuir para a concretização das prioridades da Estratégia Regional e do próprio PR. De facto, na medida em que esses referentes de política nacional e setorial não podem deixar de ser territorializados, levanta-se a questão de saber se o território do Alentejo é beneficiado coerentemente com as suas necessidades e desafios.

57.Da avaliação realizada ressalta a maior importância do Plano Nacional de Investimentos 2030 e do PRR (com fortes reflexos na coerência externa do PR), com a particularidade do próprio diagnóstico que suporta o PR Alentejo lhe conceder a devida relevância:

- “Investimentos na qualificação de equipamentos das unidades locais de saúde (reforço de respostas, com efeito na melhoria da cobertura e atratividade territoriais), contribuindo para colmatar disparidades territoriais de acesso a cuidados de saúde primários e continuados;
- Investimentos na promoção do acesso à habitação (carências estruturais permanentes ou temporárias), permitindo concretizar intervenções programadas nas estratégias de habitação de base municipal;
- Nova geração de equipamentos e respostas sociais, reforçando a rede de serviços de proteção social, nomeadamente no interface urbano-rural;
- Transição digital nos serviços de administração pública;
- Gestão hídrica - com uma relevante componente de infraestruturas de regadio e abastecimento (Alto Alentejo);

² No âmbito da entretanto extinta Rede Urbana para a Competitividade, Corredor Azul, foram realizados praticamente em simultâneo dois estudos, um sobre Atração de Residentes, outro sobre Atração de Investimento que traçaram estratégias com potencial de articulação entre si. Talvez devido ao facto da referida rede urbana não representar o modelo de governação mais pertinente para este tipo de estratégias, não são conhecidas consequências práticas concretas desses processos. Curiosamente, no primeiro estudo, estrategicamente foi considerada na atração de novos residentes uma dimensão que está presente na bem-sucedida candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura (a dimensão inigualável do tempo no Alentejo).

- Intervenções em áreas de acolhimento empresarial e respetivas envolventes territoriais;
- Intervenções na transformação da paisagem e na gestão e prevenção de riscos;
- Investimentos orientados para a inovação, diversificação e especialização da estrutura produtiva;
- Prioridades em domínios de intervenção alinhados com a EREI Alentejo 2030, nomeadamente, bioeconomia sustentável, hidrogénio e energias renováveis, e mobilidade sustentável.”

58. Para além disso, o OP3 do PR dedicado à ferrovia não faz mais do que consagrar investimentos do PNI – componente ferroviária que já deveriam ter sido realizados há muito tempo, através de verbas que, em bom rigor, poderiam ser canalizadas através de um programa nacional com a devida territorialização para o Alentejo, tão prementes eram as necessidades a que tais investimentos procuram agora dar resposta. A Região assumiu essa cedência de “espaço de financiamento” admitindo que isso tenderá a acelerar a execução da ligação entre Évora e Beja.

59. Há um forte alinhamento do PR com o Acordo de Parceria assegura indiretamente o alinhamento do PR Alentejo 2030 com referenciais como o Programa Nacional para a Coesão territorial, o Pacto Ecológico Europeu, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (objetivos e metas) e o Plano de ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

4.1.4. Coerência de objetivos, prioridades de investimento, realizações e resultados esperados

Com o diagnóstico

60. Segundo uma análise geral da estrutura do PR, em termos de objetivos, prioridades de investimento, realizações e resultados esperados, percebe-se que ela foi concebida em função de um modelo concebido para todos os PR, cabendo às entidades que prepararam os programas ajustar a dotação financeira de FEDER e de FSE+ que lhe foi atribuída ao menu de PI e de objetivos específicos disponíveis, de modo a fazer corresponder o melhor possível esse corpo de instrumentos às necessidades e desafios diagnosticados.

61. Apesar dessa rigidez de enquadramento e conseqüentes dificuldades de integração da Estratégia Regional Alentejo 2030, a estrutura de objetivos, PI, realizações e resultados esperados cobre uma significativa parte das necessidades e desafios identificados para este período de programação, do ponto de vista das suas tipologias e não necessariamente do ponto de vista dos recursos financeiros alocados. Subsiste, entretanto, um vasto potencial de colmatação de necessidades em sede de estratégia de implementação do Programa. É o caso particular da mudança demográfica, a qual tem um papel central na nova formulação da Visão Estratégica que o PR assumiu relativamente à formulação da Estratégia Regional. A arquitetura do PR e a sua declinação por OP, RSO/ESO e medidas de política não fornece qualquer legibilidade sobre como essa dimensão transversal da mudança demográfica vai ser intervençionada. Como é óbvio, para lá da centralidade de ação do OP5 nesta matéria, haverá OP e objetivos específicos, como por exemplo OP1 e RSO 1.3 e os diferentes RSO do OP2 que terão um papel fulcral na abordagem a essa dimensão transversal. É assim fundamental que a operacionalização da programação dê cobertura plena a essa dimensão, sob pena do Programa ser inconsequente relativamente à importância e importância de tal desafio.

62. A mais recente alteração introduzida no Programa, reduzindo a dotação do RSO 2.6 Economia Circular, suscita alguns problemas de coerência com o diagnóstico regional, sobretudo na medida em que a implementação da Agenda Regional para a Economia Circular surge assim fortemente diminuída. Resta a possibilidade de no âmbito do RSO 1.3 se poder dedicar alguma alocação específica de recursos a investimentos empresariais de valorização de soluções empresariais de economia circular.

63. Outra dimensão que carece de atenção em sede de operacionalização é a das respostas necessárias à deterioração agravada dos solos e também ao problema generalizado na Região em matéria de água.

64. Assim, relativamente ao desafio da "sustentabilidade territorial e valorização do capital natural, no quadro das alterações climáticas", apesar da diversidade de respostas da programação no quadro dos objetivos inseridos no OP2 e do ITI do Algarve e Alentejo associado principalmente ao tema da água (OP5), os temas da erosão costeira e do agravamento do estado e de desertificação dos solos ficam aquém do esperado face à sua relevância. O mesmo pode dizer-se em relação à valorização e preservação da biodiversidade.

65. Noutro plano, já ao nível da própria estrutura de objetivos do PR, a dimensão "melhoria de qualificações e atração de recursos humanos qualificados" de necessidades e desafios da Região não apresenta na arquitetura da programação aprovada para os PR a legibilidade adequada. Existe margem para uma maior legibilidade da articulação do PR Alentejo com o Programa Temático "Demografia, Qualificações, Inclusão (PT DQI)". O recuo do FSE+ no PR relativamente a outros períodos de programação pode sugerir essa possibilidade, mas dependerá do modo como estiver a ser equacionada a procura de um maior equilíbrio entre apoios à qualificação inicial de jovens e à formação contínua de ativos empregados.

66. Seguindo ensinamentos de avaliações de períodos de programação anteriores, são conhecidas as dificuldades de articulação das dimensões FEDER e FSE+ do OP4 (infraestruturas versus dimensões mais imateriais) e sabe-se também da indisponibilidade da Comissão Europeia para financiar a formação avançada nos PR. Esta questão é estrategicamente relevante para o PR Alentejo, pois os resultados e impactos a que a intervenção do OP1 deverá conduzir integram a dimensão da formação de competências como componente essencial. Ora o PR não dá resposta cabal ao modo como esse desafio é colocado, não sendo legível o modo como os dois tipos de apoios irão ser articulados.

67. Concluindo, ao nível da arquitetura conhecida da programação do PR e com alocação de recursos financeiros já definida, existe ampla margem de manobra para melhorar a coerência da estrutura do PR em matéria de melhoria de qualificações e da formação de competências. No entendimento da AEA, essa questão deriva mais de opções assumidas a nível nacional na conceção do modelo de programação dos PR do que propriamente de uma má abordagem da equipa que preparou o PR. Mas trata-se indiscutivelmente de uma incoerência.

68. Das restantes dimensões de necessidades e desafios talvez possa dizer-se que o desafio "Reforço das condições de governação e Ação coletiva" apresenta uma cobertura insuficiente na programação, com a exceção da consolidação do SRI Alentejo, a qual dependerá fortemente da articulação PR Alentejo – Ação do PRR na Região. A CE introduziu novas dificuldades ao financiamento de ações de capacitação e isso penaliza a abordagem aquele desafio regional.

Coerência interna

69. A questão da coerência interna do PR Alentejo tanto pode ser conduzida limitando-nos à sua estrutura por OP globais ou optando por concretizar um nível adicional de profundidade, integrando os objetivos específicos e as medidas de política ou tipologias de intervenção que estão previstas com alocação de recursos financeiros para corporizar tais objetivos específicos.

70. Ao nível dos OP globais, com a exceção da anteriormente analisada questão da melhoria das qualificações e formação de competências, o PR está legível e coerentemente estruturado:

- O OP1 concentra todas as intervenções destinadas à transferência de conhecimento, inovação, competitividade e transformação digital;
- O OP2, conjugado com os apoios do FTJ, acolhe as intervenções sobre a transição energética e climática e a valorização da biodiversidade, segundo um conjunto vasto de Objetivos Específicos;

- O OP3 concentra-se em projetos de ferrovia não RET para a Região, assumindo assim uma clara prioridade em termos de dimensões de conectividade e acessibilidade, em clara complementaridade com outros investimentos do Fundo de Coesão;
- O OP4 combina a abordagem FEDER e FSE + às questões da qualificação e da inclusão;
- O OP5 abre caminho às diferentes formas de contratualização, NUTS III, urbano-regional e outras parcerias temáticas e funcionais.

71. Neste plano de análise, podem colocar-se os seguintes problemas de coerência interna, a exigir monitorização adequada:

- Os apoios à produção e transferência de conhecimento e à inovação e competitividade empresarial tendem normalmente a processar-se por sistemas de incentivos diferenciados, sem integração à partida assegurada;
- Os apoios à transformação digital (RSO 1.2.e RSO 1.5) deveriam coerentemente estar alinhadas com as oportunidades de investimento associadas à inovação digital dos modelos de negócio; no caso do 1.5, considerando que se trata de resolver as falhas de mercado e de assegurar rede e serviços na baixa densidade, há um alinhamento essencial com a transição digital na provisão de serviços de interesse geral (SIG);
- Os OP1 e OP2 devem estar coerentemente alinhados pelo menos no tipo de investigação científica e tecnológica a montante da transição energética e climática e também da valorização da economia circular;
- A decisão de incluir no OP 2 a prioridade “Alentejo Centros Urbanos mais Verdes” é relevante, porque assinala que esse OP terá dois tipos de intervenção, a regional em geral e dos centros urbanos no âmbito da concentração de recursos exigida para o Desenvolvimento Urbano Sustentável (DUS);
- Ao não incluir no OP1 a dimensão da procura apoiada de recursos humanos qualificados³, o PR enfrenta um problema de coerência com os apoios do OP4, sobretudo os que são contemplados nos ESO 4.4 e 4.6;
- O OP4, sobretudo na dimensão da inclusão social e da cultura, apoia dimensões que devem manter coerência com os processos de contratualização do OP5, sobretudo no âmbito do RSO 5.1;
- A integração no OP4 do setor do turismo, numa associação mais estreita com as dimensões da inclusão social e da cultura, exige coerência em termos de alinhamentos quer com o OP1, tendo em conta a sua relevância em termos da EREI Alentejo, quer com o OP2, em matéria de sustentabilidade ambiental e da paisagem; dada a importância do turismo para a estratégia de desenvolvimento da Região, a integração deste tipo de investimento num domínio de programação que contém a intervenção social pode gerar problemas de legibilidade das opções regionais nesta matéria;
- Os OP1 e OP2 apoiam dimensões que exigem igualmente coerência com as abordagens territoriais integradas e os processos de contratualização do OP5.

³ O *template* analisado do PR Alentejo refere que “as intervenções integradas no Programa Inovação e Transição Digital, dirigidas à qualificação dos ativos empresariais são subsidiárias de uma lógica de desenvolvimento empresarial, na qual as competências dos recursos humanos são parte relevante da competitividade e da estratégia de crescimento das empresas”. Refira-se ainda que a formação de adultos está remetida para o PT Demografia, Qualificação e Inclusão (DQI).

72.O modelo de representação em tabela das correspondências de coerência interna do PR ao nível dos OP, apresenta numa escala de 0 a 4 a intensidade dos pontos quentes de coerência a suscitar monitorização adequada:

Tabela 2 – Matriz de articulação entre OP do PR Alentejo (coerência interna)

OP do PR	OP1	OP2	OP3	OP4	OP5
OP1	4	2	0	3	2
OP2	2	1	1	1	4
OP3	0	1	1	0	2
OP4	3	1	0	2	4
OP5	2	4	2	4	3

Nota: (1) As pontuações de 0 a 4 representam níveis de intensidade crescente (cores mais quentes) de necessidade de monitorização de articulações e convergência de efeitos; (2) As relações entre OP são biunívocas, não interessa a origem ou destino, interessa apenas a relação; (3) As pontuações da diagonal sinalizam a intensidade dos esforços de convergência necessária entre diferentes OE de cada OP.

73.A tabela seguinte ensaia a análise de coerência interna em termos de correspondência de Objetivos Específicos. A notação deve ser entendida refletindo a identificação de pontos quentes de monitorização de articulações realizada ao nível dos OP. Quanto mais elevada a notação, mais intensa é a necessidade de monitorização de coerência interna entre os apoios concedidos ao abrigo de cada objetivo específico (RSO ou ESO).

Tabela 3 — Matriz de coerência interna do PO Alentejo por Objetivos Específicos

OE E FTJ	OBJETIVOS ESPECÍFICOS RSO/ESO																								
	RSO 1.1	RSO 1.2	RS O 1.3	RSO 1.4	RSO 1.5	RSO 2.1	RSO 2.2	RSO 2.4	RSO 2.5	RSO 2.6	RSO 2.7	RS O 2.8	RS O 3.2	ES O 4.1	ESO 4.4	ES O 4.6	ESO 4.8	ESO 4.11	RS O 4.2	RSO 4.5	RS O 4.6	RSO 5.1	RSO 5.2	FTJ art 3º	FTJ art 4º
RSO 1.1.		0	3	4	2	0	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	3	3
RSO 1.2	0		1	0	0	0	0	2	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2	0	4	0	0	0
RSO 1.3	3	1		2	3	0	0	0	0	3	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	2	1	3	2	2
RSO 1.4	4	0	2		2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	2	2	1
RSO 1.5	2	0	3	2		0	0	1	0	0	1	0	0	2	2	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0
RSO 2.1	0	0	0	0	0		2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	4	0	0	0
RSO 2.2	0	0	0	0	0	2		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	2	2
RSO 2.4	1	2	0	0	1	0	0		0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
RSO 2.5	0	3	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
RSO 2.6	4	0	3	3	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	2
RSO 2.7	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	1	2	2
RSO 2.8	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0
RSO 3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0
ESO 4.1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0
ESO 4.4	0	0	3	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	2	2	3	3
ESO 4.6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	3	0	0	0	1	0	0
ESO 4.8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		3	0	0	0	3	3	0	0

OE E FTJ	OBJETIVOS ESPECÍFICOS RSO/ESO																								
	RSO 1.1	RSO 1.2.	RS O 1.3	RSO 1.4	RSO 1.5	RSO 2.1	RSO 2.2	RSO 2.4	RSO 2.5	RSO 2.6	RSO 2.7	RS O 2.8	RS O 3.2	ES O 4.1	ESO 4.4	ES O 4.6	ESO 4.8	ESO 4.11	RS O 4.2	RSO 4.5	RS O 4.6	RSO 5.1	RSO 5.2	FTJ art 3º	FTJ art 4º
ESO 4.11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3		0	0	0	3	0	0	0
RSO 4.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0		0	1	0	0	0	0
RSO 4.5	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	2	0	0	0	0
RSO 4.6	2	0	3	2	2		2	0	0	0	0	0	3	1	1	0	2	0	2	0	1	0		4	4
RSO 5.1	0	4	1	1	2	4	4	2	3	2	2	4	1	1	2	0	3	3	0	2	4		3	0	0
RSO 5.2	0	0	3	2	2	0	0	0	0	0	1	0	1	2	2	1	3	0	0	0	4	3		0	4
FTJ art 3º	3	0	2	2	0	0	2	0	0	2	2	0	0	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0		0
FTJ art 4º	3	0	2	1	0	0	2	0	0	2	2	0	0	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Com o Acordo de Parceria

74. Integrando os elementos de avaliação anteriormente apresentados, pode concluir-se que a coerência do PO, na sua combinação de objetivos, prioridades de investimento, realizações e impactos esperados está em coerência absoluta com o Acordo de Parceria (AP).

75. Várias razões fundamentam esta conclusão:

- Os grandes OP do PR coincidem exatamente com os grandes objetivos do AP;
- O PR mobiliza as prioridades de investimento de acordo com as orientações apresentadas pelo AP;
- Responde às exigências de concentrações temáticas de recursos para as diferentes componentes FEDER e FSE + abrangidas por essa condição regulamentar;
- Respeita também as orientações constantes do AP em matéria de biodiversidade.

76. No que respeita ao relevo que o tema da mudança demográfica assume no AP, o PR Alentejo, embora no âmbito do OP5 contenha uma dimensão relevante de intervenções que poderão focar-se nessa temática, requer em termos de estratégia de implementação uma presença mais transversal de resposta a esse constrangimento.

Coerência externa (com outros instrumentos relevantes de âmbito comunitário, nacional ou regional de apoio ao investimento público)

77. Para além da delimitação da intervenção do PR Alentejo face ao PRR e aos Programas Temáticos que o texto do *template* do PR sob avaliação refere ao nível de cada RSO/ESO, o referido texto contempla a indicação explícita de sinergias de financiamento que será necessário acautelar para se compreender de que modo os resultados esperados poderão contribuir para os impactos nos quadros lógicos de intervenção do PR oportunamente já apresentados, o que representa no entender da AEA uma importante melhoria observada no Programa:

- *“Investimentos integrados no Programa Nacional de Regadios - FEADER - PDR 2020 (melhoria da eficiência de regadios existentes) e BEI/BCE para empreitadas de novos regadios, parte dos quais de fins múltiplos (abastecimento público e industrial, com plano de água que permitirão a produção de energia fotovoltaica, a utilização no combate a incêndios florestais, a criação de faixas de renaturalização e atividades de lazer);*
- *Investimentos em investigação, inovação e atração de talentos, através do Programa Horizonte Europa em ligação com a EREI Alentejo 2030 em domínios como a Saúde, a Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva, a Indústria Digital e Espaço, o Clima, Energia e Mobilidade, e a Alimentação, Bioeconomia, Recursos Naturais, Agricultura e Ambiente.*
- *As dinâmicas de trabalho de investigação em rede, com participação das entidades do sistema regional de inovação (unidades de I&D das instituições de ensino superior, centros de excelência, CoLab e grupos operacionais temáticos), como base para o funcionamento das plataformas de especialização da EREI e que carecem de sinergias entre PO Temáticos nacionais e instrumentos comunitários dirigidos à ciência (destacando-se, nota da EA, os apoios do PRR no âmbito da Missão Interface que podem contribuir decisivamente para a consolidação do SRI Alentejo).*
- *Investimentos produtivos e de qualificação do território a enquadrar no âmbito do PE PAC (FEADER) e PO Mar (FEAMPA), nos domínios de especialização da Bioeconomia (Agroalimentar, recursos marinhos/economia azul) e da circularidade, dinamizando ações transformativas desenhadas pela EREI e intervenções de desenvolvimento local, rural e costeira.”*

78. Pode inferir-se daqui que a elaboração do PR teve em devida conta as sinergias de coerência externa, aliás reforçadas na sua explicitação antecipada nesta versão do PR, o que constitui uma vantagem em termos de monitorização. Importa assinalar que no que respeita às intervenções do OP1 e de parte do OP2 (transição energética e economia circular), a articulação RIS Alentejo com a implementação da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) constituirá o espaço preferencial de gestão das sinergias do PR Alentejo com o PT Inovação e Transição Digital e também com o Horizonte Europa. Acresce que dada a relevância das dimensões de abordagem à questão demográfica e da atração de população qualificada à Região, a articulação com o PT DQI deve ser destacada, tanto mais que o Alentejo é uma Região de incidência desse PT.

79. Nas páginas seguintes, desenvolve-se a matriz de coerência externa do PO Alentejo por OE com os principais instrumentos com os quais manterá sinergias de financiamento.

80. Quanto às perspetivas de cooperação internacional, a maioria das referências que o PR apresenta respeitam a projetos de cooperação do último período de programação, que devem ser entendidos como aproximações e orientações para a cooperação futura.

81. Como é óbvio, da articulação potencial entre programas à existência de informação regular e atempada da implementação de tais programas na Região pode existir uma enorme distância. A coerência externa é algo que deve estar integrada em processos de monitorização, a qual só é possível se existir uma prática regular de informação sobre o modo como tais programas acabam por ser concretizados na Região. Esse é o ponto fundamental que deve ser assegurado. De facto, a matriz das páginas seguintes mostra que não é difícil compreender as possíveis complementaridades externas do PR. Mas assegurar que essa legibilidade irá necessariamente traduzir-se em existência de informação atempadamente disponibilizada para viabilizar o acompanhamento de tais complementaridades já não releva da mesma facilidade.

Tabela 4 — Matriz de coerência externa do Programa Regional Alentejo 2030

Objetivos Específicos RSO e ESO	Programas Temáticos ITD, DQI e ACS	PE PAC (FEADER) e PO MAR (FEAMPA)	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
RSO 1.1.	A articulação com o PT ITD é muito forte considerando-se que a articulação ENEI-EREI Alentejo é fator essencial. O apoio pelo PT ITD a empresas estruturantes da Região é também essencial. A clarificação de quem apoio o empreendedorismo de base tecnológica é outra matéria de sinergia.	O PR Alentejo menciona os Investimentos produtivos e de qualificação do território a enquadrar no âmbito do PE PAC (FEADER) e PO Mar (FEAMPA), nos domínios de especialização da Bioeconomia (agroalimentar, recursos marinhos/economia azul) e da circularidade, dinamizando ações transformativas desenhadas pela EREI e intervenções de desenvolvimento local, rural e costeira.	Forte complementaridade com as medidas previstas na Componente C5 do PRR. A Missão Interface está direcionada para o novo modelo de financiamento das instituições de interface e para o reforço e capacitação da rede de instituições de intermediação tecnológica. As medidas do Portugal 2030, apresentam-se como complementares por via de tipologias de investimento e promotores distintos (PRR apoia apenas CIT e COLab). O apoio do PRR ao financiamento das instituições de interface e à rede de instituições de transferência de conhecimento é crucial, sobretudo do ponto de vista do que pode representar em termos de consolidação do SRI. O modo como o Alentejo estiver representado nas Agendas Mobilizadoras apoiadas pelo PRR é crucial.	É já tradicional articulação que muitos dos stakeholders regionais estabelecem entre financiamentos nacionais e europeus, com destaque para o Horizonte Europa e Europa Digital, este último essencial no quadro da opção de desenvolvimento de tecnologias digitais em Portugal. Investimentos em investigação, inovação e atração de talentos, através do Programa Horizonte Europa em ligação com a EREI Alentejo 2030 em domínios como a Saúde, a Cultura, Criatividade e Sociedade Inclusiva, a Indústria Digital e Espaço, o Clima, Energia e Mobilidade, e a Alimentação, Bioeconomia, Recursos Naturais, Agricultura e Ambiente.	Estratégia Atlântica e, nesse âmbito, o Plano de Ação para o Atlântico 2.0 (2020) incorpora pilares de intervenção com interesse para o Alentejo: I. Os Portos do Atlântico, enquanto portas de entrada e placas giratórias da Economia Azul; II. Competências azuis do futuro e Literacia Oceânica; III. Energias Renováveis Marinhas; e IV. Um Oceano Saudável e Zonas Costeiras Resilientes. A sinergia com projetos IN-TERREG não pode ser também ignorada.	Dada a exigência de foco na transferência de conhecimento, a política científica propriamente dita não pode deixar de ser articulada com o financiamento do PO.
RSO 1.2			Muito forte articulação com o apoio à digitalização das empresas, com resposta a necessidades não cobertas pelo PRR.	Horizonte Europa, Europa Digital e Programa Espacial da EU.	Para além do Plano de Ação Atlântico 2, o PO não refere projetos de cooperação em concreto. É ainda realizada uma referência ao Alentejo Digital Innovation HUB, como modelo integrado (plataforma digital regional) para potenciar a inovação e novos	Estando a modernização administrativa na dependência do Primeiro-Ministro a articulação com a política pública de digitalização da Administração deve ser relevada.

Objetivos Específicos RSO e ESO	Programas Temáticos ITD, DQI e ACS	PE PAC (FEADER) e PO MAR (FEAMPA)	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
					processos em setores tradicionais, bem como em setores emergentes estruturais,	
RSO 1.3	A sinergia com o apoio do PT ITD às empresas de maior dimensão da Região deve ser salientada.	Os apoios à modernização agrícola devem ser equacionados. Questões de compatibilização de modelos agrícolas com opções regionais de adaptação à transição climática.	O PRR intervém em todas as medidas de política, com destaque para componente 5 dedicada aos projetos (agendas e alianças) mobilizadores colaborativos que cobrem todo o ciclo de inovação.	Dependente do que poderá ser a ação do INVEST EU (BEI).	Interessará aferir de que modo o PO poderá apoiar a participação de empresas regionais em redes internacionais de participação em programas europeus.	Não há propriamente uma política pública industrial a considerar autónoma dos FEEI e PRR.
RSO 1.4	A articulação com a ENEI deve ser destacada			Grande relevância da participação da Temáticas da RIS 3 (S3P)	Grande relevância da participação da Região nas Plataformas Temáticas da RIS 3 (S3P).	Uma grande interrogação: como vai ser implementado a nível nacional o novo ciclo de RIS 3
RSO 1.5	Só o POR Alentejo intervém.	A relação da chamada “smart agriculture” com as tecnologias digitais deve ser realçada.	Sem intervenção.	Relevância do financiamento através do Mecanismo Interligar a Europa.	Projeto AURORAL Horizonte 2020.	
RSO 2.1.	O Programa Temático não intervém.		A articulação faz-se pelo tipo de entidades financiadas, no caso do PRR as entidades da administração pública central, edifícios residenciais e de serviços.		Programas INTERREG com ações conjuntas para a eficiência energética e descarbonização.	Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública 2030 (ECO.AP 2030).
RSO 2.2.	O Programa Temático não intervém.		Complementaridade com as componentes C13 — Eficiência Energética em Edifícios e C14 — Hidrogénio e Renováveis, do PRR., que não intervém nos edifícios públicos.		Comissão Arco Atlântico com projetos na área das renováveis marítimas.	PNEC 2030, RNC 2050, Decreto-Lei nº 162/2019, de 25 de outubro, que consagra o autoconsumo coletivo e as comunidades de energia renovável.
RSO 2.4	O PO Temático não intervém.	Será relevante acompanhar o modo como o PEPAC integrará nos seus apoios a questão das mudanças climáticas	Complementaridades com o PRR em matéria de apoio à aquisição de viaturas e equipamentos de proteção individual para bombeiros e serviços municipalizados de proteção civil e ao programa de Sapadores Florestais.		O projeto INTERREG POCTEP “Centro Ibérico de Investigação e Combate aos Incêndios Florestais” CILIFO (0753- _CILIFO_5_E), constituiu-se como um Centro permanente para o desenvolvimento e promo-	Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006), Programa Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), Planos de Gestão da Rede Hidrográfica (PGRH) e Planos de Gestão dos Riscos de Inundação (PGRI).

Objetivos Específicos RSO e ESO	Programas Temáticos ITD, DQI e ACS	PE PAC (FEADER) e PO MAR (FEAMPA)	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
					ção da formação, sensibilização, investigação e cooperação no combate aos incêndios florestais. Base possível para outras iniciativas de cooperação territorial identificadas no âmbito de outros Programas Europeus tais como o Horizonte Europa, mais concretamente no” Pilar II - Global Challenges and European Industrial Competitiveness.	
RSO 2.5	O PT ACS não tem intervenção neste OE.		O PRR não tem intervenção.		Programas INTERREG Atlantic Area (EERES4WATER — Promoting energy-water nexus resource efficiency through renewable energy and energy efficiency), INTERREG SUDOE (TWIST — Transnational Water Innovation Strategy) e INTERREG POCTEP (Projeto Albufeira, Programa de avaliação conjunta das massas de água nas bacias hidrográficas hispano-lusas.	Plano estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).
RSO 2.6	Área dos resíduos apoiada pelo PT ACS, com o PT ITD a poiar projetos multi-região.		C12 — Bioeconomia sustentável.		Grande relevância do Fórum para a Economia Circular do Alentejo como elemento de dinamização: (i) INTERREG MED (Prominent MED - Public procurement of innovation boosting green growth in the Mediterranean área), (ii) INTERRG EUROPE (LCA4Regions - Improved Environment and Resource Efficiency through use of Life	

Objetivos Específicos RSO e ESO	Programas Temáticos ITD, DQI e ACS	PE PAC (FEADER) e PO MAR (FEAMPA)	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
					Cycle Instruments for implementation of regional policies of the European Union; CircPro - Smart Circular Procurement), (iii) INTERREG POCTEP (Reinova – AgroFood Innovation, (iv) LOCALCIR - promoção do empreendedorismo e inovação das empresas na economia circular, (v) ECO2CIR - Cooperação transfronteiriça para a introdução da economia ecológica e circular mediante a prevenção, melhoria da reciclagem, a gestão e valorização de resíduos nas regiões do Centro, Extremadura e Alentejo).	
RSO 2.7	O PT ACS não tem intervenção neste OP.	Forte sinergia com PE PAC (FEADER) e MAR (FEAMPA).	Não existem componentes do PRR referentes a este OP.	Projeto MIREU Horizonte 2020.	Programas INTERREG MED e SUDOE.	
RSO 2.8	O PT ACS prevê a continuidade à implementação dos planos de expansão e aumento de capacidade das redes de transporte pesado de passageiros (ferrovia, metropolitano e BRT) e apoio à aquisição de material circulante para as redes de transporte.		Complementaridade com a componente C15 — mobilidade sustentável: os POR são responsáveis pela melhoria global do serviço prestado pelos sistemas de transporte público nas cidades portuguesas.	Projeto AURORAL – Horizonte 2020.	Euro-Região Alentejo-Centro-Extremadura. O POR aloca recursos para apoio a agentes regionais que têm projetos selecionados para financiamento.	
RSO 3.2	A complementaridade com as intervenções do Programa Temático ACS em matéria rodoviária é fundamental do ponto de vista da melhoria da rede regional.					Grande relevância das opções nacionais do Plano Ferroviário nacional inscritas no PNI
ESO 4.1	PT DQI sem intervenção.	Sinergias com apoio ao empreendedorismo agrícola.	Sem intervenção.		Cooperação transfronteiriça para jovens transfronteiriços.	

Objetivos Específicos RSO e ESO	Programas Temáticos ITD, DQI e ACS	PE PAC (FEADER) e PO MAR (FEAMPA)	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
ESO 4.4	Na componente de formação de adaptação, este é um dos raros domínios em que a formação de competências pode ser considerada – articulação com PT ITD. Forte relação com a valorização de estruturas de interface.		PRR sem intervenção na capacitação da administração local, mas apoiando a formação de RHAQ nas instituições de interface CTI e COLAB.			
ESO 4.6	Diplomados de TeSP e de CSCD constituem qualificações intermédias que podem interessar aos projetos a apoiar pelo PT ITD.		Articulação com a Iniciativa Jovens STEAM.			
ESO 4.8	PT DQI sem intervenção.		Sem intervenção.			
ESO 4.11	PT DQI sem intervenção.		Sem intervenção.	Perspetivas de alinhamento com orientações europeias do FSE + para a Inovação Social.		
RSO 4.2	PT DQI sem intervenção.		Os apoios do PRR à componente C6 de infraestruturas com oferta de formação para os jovens STEAM deve ser realçado.			
RSO 4.5	PT sem intervenção.		Sem intervenção.		Instituto Internacional de Investigação e Inovação do Envelhecimento – INTREG POC-TEP.	
RSO 4.6	Complementaridade com PT ITD para empresas na área do turismo e das indústrias criativas Pode assinalar-se alguma complementaridade com o PT DQI nas relações entre Educação e Cultura e Cultura e Inclusão Social.	Sinergias possíveis com a ação desenvolvida pelos GAL – FEADER.	Embora na componente de produtos turísticos regionais o PRR não tenha intervenção, existe complementaridade a ponderar na área da cultura: Componentes C4 – Cultura, de redes culturais e transição digital e de património cultural.	Complementaridades com os Programas Europeus da Europa Criativa 2021-2027 e com a iniciativa New European Bauhaus.	Protocolos de Cooperação entre os Governos daquelas Comunidades Autónomas e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo; Comunidades de Trabalho EUROACE – Alentejo-Centro-Extremadura e EUOAAA – Alentejo-Algarve-Andaluzia. Estratégia Comum	Complementaridade com a Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e Ribatejo 2021-27 e com a Estratégia Turismo 2027, Estratégia Nacional de Promoção da Acessibilidade e Inclusão dos Museus, Monumentos e Palácios 2021-2025 (EPAl), Estratégia Naci-

Objetivos Específicos RSO e ESO	Programas Temáticos ITD, DQI e ACS	PE PAC (FEADER) e PO MAR (FEAMPA)	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
					de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT) entre Portugal e Espanha (Cimeira Luso-Espanhola 2020).	onal para a Educação e Cultura, Programas Nacionais de apoio às Artes (DG Artes), ao Cinema e audiovisual (IC), entre outros, incluindo o Fundo de Fomento Cultural, Programas de apoio e Incentivos do Turismo de Portugal.
RSO 5.1	Articulação com o PT ACS no que respeita à mobilidade urbana e à biodiversidade.		Complementaridade principalmente com as componentes do PRR: C1 — Serviço Nacional de Saúde (Cuidados saúde primários), C2 — Habitação (Programa de Apoio ao Acesso à habitação), C4 — Cultura (Redes Culturais e transição digital), C7 — Infraestruturas (Áreas de Acolhimento Empresarial, Missing links e aumento da capacidade da Rede, Ligações transfronteiriças, Áreas de Acolhimento Empresarial - Acessibilidades Rodoviárias), C19 — Administração Pública: Capacitação, Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança.	Grande relevância de alinhamento com políticas e programas europeus: Smart Cities/HE; Green Deal, Agenda Urbana Europeia, New European Bauhaus, Comunidades Inteligentes do Alentejo.	Incentivo à participação em redes europeias de cooperação associadas a essas iniciativas europeias, designadamente redes urbanas: UR-BACT IV, Urban Development Network, European Urban Initiatives, Eurocities, European Green Cities Network, WHO European Healthy Cities Network, Organic Cities Network, etc. Projeto AUORAL – Horizonte 2020.	Complementaridades com o Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território e como Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo. Forte articulação com as Estratégias sub-regionais (EIDT /CIM).
RSO 5.2	Complementaridades com o PT ITD no quadro dos ITI temáticos e funcionais. Alguma articulação com o PT ACS em matéria de biodiversidade e património natural.	Forte articulação com FEADER e FEAMPA no que diz respeito às DLBC.	Complementaridade principalmente com as componentes do PRR: C5 — Capitalização & Inovação Empresarial, C8 — Florestas, C10 — Mar, C11 — Descarbonização da indústria, C16 — Empresas 4.0.	Complementaridade com Programa Life, Green Deal, New European Bauhaus e Pacto Ecológico Europeu		Articulações com a EREI (especialmente ITI Temáticos), a Estratégia Turismo 2027, Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030, Programa de Transformação da Paisagem, Estratégia nacional para Adaptação às Alterações Cli-

Objetivos Específicos RSO e ESO	Programas Temáticos ITD, DQI e ACS	PE PAC (FEADER) e PO MAR (FEAMPA)	PRR	Outras fontes de financiamento europeias	Cooperação internacional	Estratégias e Políticas Públicas Relevantes
						<p>máticas 2020-2025, Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve.</p> <p>Complementaridades com o Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território e como Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Alentejo</p>
FTJ art 3º			<p>Complementaridade com as componentes do PRR: C5 — Capitalização e inovação, C11 — Descarbonização da indústria, C12 — Bioeconomia sustentável, C14 — Hidrogénio e renováveis, C16 — Empresas 4.0.</p>			<p>Complementaridade com programas nacionais e regionais de formação e qualificação, apoio ao emprego e ao empreendedorismo, sistemas de incentivos às empresas. Outros fundos e instrumentos de política pública como o IEFP, IAPMEI, AICEP, Fundo Ambiental.</p>
FTJ art 4º			<p>Complementaridade com as componentes do PRR: C5 — Capitalização e inovação, C11 — Descarbonização da indústria, C12 — Bioeconomia sustentável, C14 — Hidrogénio e renováveis, C16 — Empresas 4.0.</p>			<p>Complementaridade com programas nacionais e regionais de formação e qualificação, apoio ao emprego e ao empreendedorismo, sistemas de incentivos às empresas. Outros fundos e instrumentos de política pública como o IEFP, IAPMEI, AICEP, Fundo Ambiental.</p>

4.1.5. Respeito pelos princípios horizontais

82. Nesta sub-questão de avaliação estão essencialmente em questão princípios consagrados na programação comunitária como o princípio da parceria, o princípio da igualdade entre homens e mulheres, o da igualdade de oportunidades e da não discriminação e o do desenvolvimento sustentável. A grande diferença que a AEA encontrou nesta matéria diz respeito ao modo como tais princípios são objeto de intervenção direta em medidas de política do PR ou se, pelo contrário, são abordadas pela aplicação de critérios na apresentação de candidaturas.

83. Aplicando este critério, é inegável que os princípios do desenvolvimento sustentável são aqueles cujo respeito estará mais assegurado, não apenas porque a dimensão ambiental desses princípios está representada num OP com oito RSO que respondem a duas Prioridades, mas também porque as dimensões social e económica desses princípios são também objeto, sobretudo a social, de medidas de apoio direto. Para além disso, os projetos apoiados pelo PR estarão também sujeitos ao cumprimento do princípio do DNSH, o que reforça o cumprimento dos princípios do DS.

84. O princípio da parceria terá também no PR uma aplicação transversal, identificando a AEA os seguintes exemplos:

- No âmbito do OP1, RSO 1.1. dedicará especial atenção ao aprofundamento de práticas colaborativas (parcerias) entre empresas e instituições de investigação e de interface, para além da possibilidade dos *clusters* com mais forte representação na Região serem também apoiados em medidas específicas; do mesmo modo, as ações coletivas também o poderão fazer; no âmbito do RSO 1.3;
- No âmbito do OP2, seja diretamente por via do RSO 2.2. (comunidades de energia), seja pela possibilidade dos ITI CIM e ITI Redes Urbanas poderem mobilizar apoios deste OP, estamos em presença de manifestações do princípio da parceria;
- No âmbito do OP 4, a integração no PR com alguma relevância da abordagem da inovação social irá dar origem ao incremento significativo de novas parcerias envolvendo OES, municípios, investidores sociais, Fundações e outras entidades;
- Finalmente, o OP5 constituirá um veículo privilegiado de formação e dinamização de parcerias.

85. Relativamente aos princípios da igualdade entre homens e mulheres, da igualdade de oportunidades e não discriminação eles serão essencialmente promovidos por via de condições transversais a que as candidaturas deverão responder, com alguns exemplos pontuais de medidas que apontem diretamente para a sua valorização e promoção nas operações a apoiar pelo PR Alentejo. É esse o caso dos seguintes OE do OP4: ESO 4.6 (Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e formação inclusiva e de qualidade), ESO 4.8 (Igualdade de acesso a serviços de qualidade e em tempo útil; proteção social; sistemas de saúde e cuidados prolongados) e RSO 4.5 (Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde). Neste caso, só o conhecimento das condições concretas em que estes princípios terão de ser respondidos pelos promotores dos projetos e sobretudo como o deverão demonstrar permitirá avaliar se o PR Alentejo poderá ter um contributo relevante para a sua aplicação.

86. Destaca-se, entretanto, a densidade de RSO e ESO que representam oportunidades diretas de valorização destes princípios consagrados na programação comunitária com destaque para o desenvolvimento sustentável e princípio da parceria.

4.1.6. Adequação e pertinência das medidas propostas

87. A sub-questão de avaliação solicita ao avaliador que se pronuncie sobre a adequação das medidas propostas pelo PR.

88. Em termos gerais, percebe-se que, em termos de medidas, a programação foi relativamente moderada em inovação, com a exceção da novidade da inovação social (ESO 4.8 e Prioridade 4.B) e das comunidades de energia (RSO 2.2.). Também aqui as orientações superiores terão sido determinantes.

89. Em sentido contrário, continua a não ser totalmente perceptível por que razão o apoio à formação contínua no âmbito da adaptação de trabalhadores não é mais fortemente territorializada em função das necessidades de novas competências ditadas pela evolução dos processos produtivos regionais (digitalização, qualificação e internacionalização das PME).

90. Para proporcionar uma análise mais sistemática desta sub-questão, a tabela seguinte sistematiza por OE algumas considerações críticas, subordinadas ao espírito da sub-questão:

Tabela 5 — Considerações críticas por OE

RSO /ESO	Análise crítica de medidas
RSO 1.1.	<p>O PR contempla 4 tipos de medidas: criação de conhecimento científico e tecnologia; transferência de conhecimento e tecnologia, ações coletivas de transferência de tecnologia e infraestruturas de apoio à competitividade e desdobra-se por 21 domínios de intervenção, o que diz bem da sua complexidade.</p> <p>A criação de conhecimento tem na RIS 3 revista um quadro de <i>policy-mix</i> que pode ser utilizado e pela descrição do <i>template</i> trata-se de medidas para as quais existe maturação de experiência com a exceção possível do apoio às provas de conceito.</p> <p>Quanto à transferência de tecnologia, saúda-se a flexibilidade revelada de apoiar redes que transcendem o território da Região e o apoio a ações de demonstração.</p> <p>Consultando a distribuição indicativa por tipos de intervenção, o I&DT (atividades de investigação e inovação em PME) surge referenciado com 30% da alocação de recursos (total de 60 M€), mesmo assim inferior aos 25 M€ alocados às mesmas atividades em instituições públicas. Em matéria de transferência de conhecimento e de tecnologia de natureza colaborativa, as alocações são mais baixas, totalizando 10 M€ para três códigos de intervenção, um deles dedicado à economia circular.</p>
RSO 1.2	<p>Embora o <i>template</i> do PR se reivindique do seu papel para cobrir desafios colocados pelo Plano de Ação para a Transição Digital, que tem como é conhecido 3 componentes, de inclusão digital das pessoas, transformação digital do tecido empresarial e digitalização do Estado, a ação deste OE e das suas medidas é bastante limitado, porque se circunscreve à administração pública local e à CCDR Alentejo. Nada garante que as melhorias de infraestruturação digital apoiadas venham a abrir caminho a novos serviços digitais. De qualquer modo, é relevante que os investimentos apoiados sejam no PR considerados um elemento fulcral da atração de novos residentes aos territórios de mais baixa densidade. Podemos invocar a dimensão da redução de custos de contexto decorrente da digitalização da administração pública local, mas esperar-se-ia que, dada a premência da transformação digital como adaptação necessária, o PR fosse mais além e avançasse mais globalmente sobre a transformação digital regional. Também aqui predominou algum conservadorismo da programação.</p>
RSO 1.3	<p>Este RSO é bem menos complexo do que o RSO 1.1, abrangendo apenas 5 domínios de intervenção. A inovação nas PME abrange quase 50% da totalidade dos recursos (133.400.000 €) o que é perfeitamente justificado pelos desafios empresariais enfrentados pela Região, aos quais devem adicionar-se os cerca de 25,5 M€ para a internacionalização e os 8,5 M€ para serviços avançados de apoio a PME. A alocação de recursos parece robusta em matéria de medidas, embora ainda 35 M€ envolvendo apoios a infraestruturas. Dos 133.400.000 € consagrados a este RSO, 8M de € respeitam a instrumentos financeiros, que se integram numa transição ainda que lenta para uma maior generalização deste tipo de apoios. Quanto às infraestruturas não tecnológicas de apoio à competitividade, receia-se que seja mais uma edição de apoios a áreas de acolhimento empresarial, sem exigências de modernização de “<i>facilities</i>” das mesmas, perdendo claramente para o PRR que apoiará projetos piloto focados na inovação do acesso a energia e a redes digitais. Trata-se, tudo indica, de uma medida que não acrescentará nada a programações anteriores. Pode completar algumas lacunas, mas tão só isso. No âmbito dos apoios ao investimento empresarial produtivo, referem-se “Apoios a projetos de formação de ativos empregados associado aos projetos de investimento, na lógica de <i>cross-funding</i>”, cuja integração neste RSO deveria ser melhor explicada, dada a sua relevância.</p>
RSO 1.4	<p>Trata-se de uma inovação na programação e visa finalmente criar condições para que as RIS 3 tenham condições efetivas de dinamização de processos de descoberta empreendedora. No Alentejo, pode representar um excelente veículo de consolidação do SRI Alentejo e da própria EREI. Es-</p>

RSO /ESO	Análise crítica de medidas
	pera-se que os recursos sejam programados sejam aplicados de modo seletivo, discriminando positivamente as oportunidades transformativas de maior alcance. A evidência disponível mostra que o Conselho Regional de Inovação está sensibilizado para dar corpo a esta novidade da programação.
RSO 1.5	As medidas deste RSO visam inovadoramente melhorar as condições de conectividade digital das zonas de mais baixa densidade, entendendo isso como uma condição essencial para a atração de pessoas, empresas e investidores a esses territórios. Representam um investimento na infraestrutura digital, mas não asseguram por si só que serviços tecnológicos e às empresas possam emergir nesse novo contexto, suprimindo uma falha de mercado que os operadores privados de telecomunicações têm manifestado dificuldade em colmatar. A contratualização com as CIM tenderá a assegurar o ajustamento com as suas estratégias ITI. Mas a questão dos serviços deverá representar o principal elemento de valorização futura dessa dotação infraestrutural.
RSO 2.1	Presume-se que a não utilização de instrumentos financeiros seja a razão para a continuidade de um instrumento de política cuja formação de procura se revelou difícil na programação anterior. São conhecidas também as dificuldades do último período de programação em estabilizar os critérios técnicos de suporte aos apoios. Sem esses pormenores de operacionalização, a AEA não está em condições de emitir juízo crítico sobre a medida, cujo principal objetivo é reduzir o consumo público de energia primária.
RSO 2.2	O principal elemento crítico da medida consiste em saber com que instrumentos de política ela estará articulada. Antecipa-se que uma boa articulação com as Estratégias Locais de Habitação poderia representar uma excelente via de garantia de resultados.
RSO 2.4	Este RSO é um pouco ilusório, porque está praticamente concentrado nos apoios a meios da proteção civil e à gestão de recursos hídricos, atribuindo à adaptação às mudanças climáticas uma intervenção residual, embora tais temas possam ter uma ligação forte com as alterações climáticas. Nessa medida, os comentários críticos são nulos, já que os promotores públicos de proteção civil e de gestão de recursos hídricos têm conhecimento e experiência suficiente para não desperdiçar recursos.
RSO 2.5	Independentemente dos investimentos infraestruturais de modernização de rede que as medidas do ciclo urbano da água vão implicar, a inclusão deste RSO num OP com as características do OP2 exigiriam que os temas da racionalização do consumo de água e dos níveis de eficiência com que ela é distribuída, com redução de perdas, constituíssem vetores de grande prioridade na implementação das medidas, designadamente com incorporação da dimensão digital na supervisão de consumos.
RSO 2.6	Gestão de resíduos em alta e em baixa e apoio à economia circular são os RSO que acolherão as medidas do PR. Seria no apoio à economia circular que o PR teria a sua grande margem de inovação, sobretudo pela possibilidade de construção de um sistema de incentivos autónomo para projetos empresariais de economia circular, que nos parecem conter as dimensões mais importantes: consórcios de I&D, reorientação de cadeias logísticas, inovação de modelos de negócio e comércio eletrónico. A forte diminuição da dotação financeira para este RSO na sequência da necessidade de acomodar a alteração no FTJ reduz substancialmente este potencial de inovação.
RSO 2.7	A importância das medidas acolhidas por este OE deriva da importância da biodiversidade no âmbito da estratégia global de mitigação das mudanças climáticas, por vezes esquecida quando cotejada com a descarbonização e a transição energética. A inclusão da monitorização do ar e do ruído introduz alguma heterogeneidade desnecessária na abordagem à biodiversidade, ao passo que os passivos ambientais também o fazem, penalizando a centralidade deste OE. Para mais, a biodiversidade propriamente dita surge apenas referenciada com 7 M€ em 19,5 M€. Neste contexto, estima-se que seria vantajoso para a coerência deste OE, serem apoiadas algumas áreas na Região de valia da biodiversidade, convidando conjuntos de <i>stakeholders</i> a propor planos concretos de valorização dessa biodiversidade, inscrevendo-as em operações concretas de fruição regulada por parte das populações locais e de sensibilização das populações para este valor de capital natural.
RSO 2.8	As medidas deste RSO respondem a uma das duas prioridades que o OP 2 tem de satisfazer, focando-se em projetos de descarbonização da mobilidade urbana, na linha dos Planos de Mobilidade Sustentável a nível sub-regional. Quase 50% da alocação de recursos ainda se prende com infraestruturas para bicicletas (9,5 M€ em 20 M€).
RSO 3.2	Finalmente, a ferrovia entra na programação regional estima-se que na sequência de opções nacionais de distribuição de financiamentos do Plano Ferroviário por diferentes fontes, PR e Fundo de Coesão. A medida proposta de apoio de modernização do troço Casa Branca-Beja, permitira criar condições para que a ligação Lisboa-Évora-Beja adquira finalmente a sua existência real, que potenciará melhorias de toda a ligação. Pode argumentar-se que são recursos que poderiam ser alocados a outras áreas de intervenção desde que outras fontes comunitárias de financiamento assumissem

RSO /ESO	Análise crítica de medidas
	o seu papel, mas a importância do investimento justifica esta cedência de recursos que a Região oferece.
ESO 4.1	Este ESO cobre matérias bem salientadas no Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com foco especial nos jovens, e cobrindo matérias como o desemprego juvenil e a procura do primeiro emprego, a abordagem ao fenómeno NEET. De acordo com a AEA, a medida principal de apoio à criação do próprio emprego e apoio ao empreendedorismo deve ser promovida com apoio e intermediação de entidades a nível local com capacidade e experiência de trabalho com este tipo de públicos, suscitando um empreendedorismo responsável e atento às suas próprias dificuldades em contextos territoriais como os do Alentejo. Existe alguma confusão de âmbito neste ESO, pois ele apoia também ações de apoio à mobilidade de trabalhadores para o interior, incluindo o apoio a estruturas locais de acolhimento. No entender da AEA, a manter-se esta heterogeneidade, seria vantajoso focar este ESO em estruturas locais de intermediação e de animação económica local suscetíveis de simultaneamente apoiar ações de emprego jovem e atração de trabalhadores do que atomizar a sua intervenção em operações não articuladas entre si.
ESO 4.4	Este ESO está um pouco perdido na estrutura global do PR e não o deveria estar, pois esta é praticamente a única possibilidade de exercer alguma influência no apoio a ações de formação contínua e de atualização/reciclagem/transferência de atividade, que é tão referenciada na Estratégia Regional como formação de competências. Adicionalmente, o ESO integra também o apoio a formação na administração local, o que mais perturba o seu foco. Deveria ser num instrumento com estas características que deveria estar concentrada a capacidade da Região para gerir a formação como instrumento de atração de investimento. Para além do reforço de verba, a analisar na questão de avaliação relativa à alocação de recursos financeiros do PR, este OE deveria estar mais focado na formação de ativos empregados, designadamente para aqui tratar as implicações da transição digital nas empresas e proporcionar bolsas de formação a mobilizar em processos de atração de novo investimento à Região. É um facto que a formação de adaptação é contemplada com 17 M€ para um total de 22 M€, mas a sua relevância exigiria uma maior ambição de recursos.
ESO 4.6	O foco deste ESO é claro, apoiar TeSP e Cursos Superiores de Curta Duração como oportunidade de formação de qualificações intermédias/superiores profissionalizantes, em linha com as oportunidades transformativas da RIS 3 Alentejo. Nada a comentar de especial relativamente a esta medida.
ESO 4.8	Este ESO serve duas prioridades, o que não abona a favor da sua legibilidade. O quadro temático global aponta para a inclusão ativa, mas ele acolhe também a promissora abordagem da inovação social.
ESO 4.11	Este ESO cobre essencialmente medidas de aprofundamento e continuidade de abordagem ao insucesso escolar, em que o fundamental será o reforço das parcerias de proximidade a promover, e a provisão de Serviços de Interesse Geral, em que a medida dos balcões da inclusão em territórios de baixa densidade é a mais emblemática, que tudo indica poderá ter um forte impacto nas condições de vida de povoados mais envelhecidos e esvaziados demograficamente.
RSO 4.2	As medidas estão totalmente concentradas em intervenções infraestruturais em estabelecimentos de ensino com oferta de TeSP e de Cursos Superiores de Curta Duração; esta medida será tanto mais importante a nível regional quanto mais a oferta destes cursos estiver em linha com prioridades regionais de formação de competências; tradicionalmente estas medidas FEDER não contemplam essas exigências e isso deverá constituir fator de preocupação. Não é de infraestruturas apenas que a Região necessita, mas antes de competências e neste caso de qualificações intermédias e profissionalizantes.
RSO 4.5.	Não é líquido saber se as medidas deste RSO cobrirão áreas complementares da instalação do novo Hospital Central do Alentejo ou se, pelo contrário, financiarão ainda dimensões em falta naquele grande projeto.
RSO 4.6	A EA tem uma visão crítica deste RSO e da sua localização no OP4, não só pelo seu carácter algo residual, mas também pelo facto de continuar a combinar turismo e cultura com penalização para ambas as atividades: não permite que o turismo assuma declaradamente a sua função de atividade económica e trunca o alcance da ação cultural, esta sim associada às dimensões de qualificação e de coesão social. A medida de turismo estaria melhor acomodada pelo OP5, concedendo ao turismo de maior expressão o seu lugar exclusivo no RSO 1.3 do OP1.
RSO 5.1	Estão aqui em causa as medidas para a implementação das abordagens integradas e multidimensionais em áreas urbanas, envolvendo os Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (ITI CIM) com provisão de serviços territoriais de interesse geral e a valorização de recursos e economia do território e os Contratos para os Centros Urbanos Regionais e suas articulações interurbanas (ITI Centros Urbanos) envolvendo questões de descarbonização (Alentejo centros Urbanos mais Verdes) e competitividade urbana e internacionalização. A estrutura dos ITI foi entretanto clarificada

RSO /ESO	Análise crítica de medidas
	<p>com três eixos de intervenção: Eixo 1 – Provisão funcional de SIG que alarga a mobilização de outros RSO e ESO do PR; Eixo 2 – Reforço do sistema urbano para os nós do sistema urbano e Eixo 3 – Dinamização de ativos territoriais envolvendo os sistemas de incentivos às empresas de base territorial, dimensão que pode, em função do modo como for implementada, uma relevante inovação no PR. Nesta base, o cardápio de medidas que pode ser mobilizado é vasto e diversificado, pois abrange recursos não só do OP 5, mas também do OP1, OP2 e OP4. A adaptação às EIDT revistas constituirá o grande desafio. Na nova versão do PR em avaliação, o texto identifica as principais linhas de orientação das estratégias sub-regionais: qualidade de vida e bem-estar; capital humano e empregabilidade, inclusão social e SIG, valorização económica do potencial endógeno; atratividade e repovoamento do território com educação, formação e qualificação e desenvolvimento económico; requalificação territorial e coesão social e alterações climáticas e descarbonização.</p>
RSO 5.2.	<p>Este RSO do OP5 cobre intervenções territoriais integradas para as zonas não urbanas, envolvendo a reedição dos PROVERE, Parcerias para a Coesão não Urbanas em linha com uma visão de longo prazo para as zonas rurais e dois ITI específicos que o PR Alentejo acolherá, o ITI Algarve-Alentejo (centrado nos temas da água, ecossistemas de paisagem, biodiversidade e demografia) e a Intervenção Integrada de Base Territorial para o Oeste e Vale do Tejo, focado em cinco agendas estratégicas que estão em linha com as características destes territórios, agricolamente competitivos e aspirando a novas fontes de competitividade. Destas medidas, a que suscita mais expectativa pela inovação que pode representar é a das Parcerias para a Coesão não Urbanas, pelo que podem representar de exploração de novas dinâmicas colaborativas nos territórios de mais baixa densidade. Dada a sua inovação, resta aferir que quadros estratégicos de desenvolvimento, elaborados ascendentemente a partir do território, estarão disponíveis ou virão a ser elaborados para enquadrar estas intervenções. Quanto aos PROVERE, espera-se que mais do que uma lógica de “mais do mesmo”, as operações a apoiar consagrem aprofundamentos na construção de inimitabilidades competitivas para os territórios a envolver.</p>
FTJ Art. 3º	<p>O Plano para a Transição Justa do Alentejo Litoral estrutura este RSO, com medidas de descarbonização e eficiência energética de processos produtivos, de capacitação tecnológica de entidades do SCTN para apoiar a transição climática, operações de I&D, fixação de RH qualificados e qualificação de trabalhadores. A tônica comum é assim a da modernização e capacitação para a transição climática baseadas em conhecimento.</p>
FTJ Art. 4º	<p>No quadro do mesmo Plano, este RSO abrange essencialmente operações de reconversão produtiva, designadamente investimentos para reabsorção de trabalhadores, investimentos de reconversão de atividade, I&D para a energia renovável, reintegração no mercado de trabalho de trabalhadores, empreendedorismo de base local, integração de RH qualificados em empresas. Poderá registar-se alguma dificuldade de distinção entre as medidas do artigo 3º e 4º, mas do ponto de vista da sua conformidade não há nada a assinalar.</p>

4.1.7. Flexibilidade do Programa face às necessidades emergentes

91. Nesta sub-questão de avaliação, o avaliador é solicitado a pronunciar-se se, tal como está concebido, o PR “garante a flexibilidade necessária para responder às necessidades emergentes, designadamente em cenário de crise económica”.

92. O que os ensinamentos das programações anteriores em que se observaram problemas de adaptação a contextos diferentes dos que estavam definidos no momento de conceção da programação nos dizem é que a principal questão não é a da flexibilidade da programação (que tem sempre de envolver decisões concomitantes das autoridades comunitárias), que essa tem sido alcançada, mas antes a de ser possível assegurar essa flexibilidade sem comprometer a seletividade e as opções estratégicas da programação. Essa é a verdadeira questão e as avaliações disponíveis sobre essas situações mostram que a situação não tem sido bem resolvida. A utilização da programação dos FEEI e das políticas de coesão em geral como instrumento anti cíclico conduz regra geral a perdas de seletividade e a um desvirtuamento estratégico dos programas. Ora, tudo indica que a programação 2030 arrancará com um contexto de agravamento de situação macroeconómica.

93. Na programação do PR Alentejo 2021-2027, os apoios do RSO 1.3 são obviamente os que podem acolher alguma flexibilidade face a uma possível crise económica, mas importaria assegurar que a sua utilização mais flexível não desvirtuasse o que são as necessidades de focagem de apoios em matérias de inovação, digitalização e internacionalização.

94. Mais problemática é a também usual utilização dos instrumentos de formação, de apoio ao desemprego e de apoios sociais em geral para fazer face ao agravamento das condições de mercado de trabalho, sociais e de pobreza que a crise económica tende a determinar. A dotação de FSE +, designadamente para as questões da formação contínua, já nos parece demasiado baixa para preencher a sua função num contexto de não crise, penalizando assim a sua flexibilização possível para fazer face a uma mudança de contexto de crise macroeconómica.

95. Não esquecer que esta programação vai começar a ser implementada num contexto de pressão de preços, de escassez de mão de obra, de forte pressão sobre as atividades da construção civil e genericamente de disrupção de cadeias de valor à escala global, com fortes perturbações para as empresas mais internacionalizadas na captação de mercados externos e mais dependentes de consumos intermédios importados. Assim sendo, **a AE entende que mais do que adaptar o PR a uma eventual incidência de crise económica, será antes necessário preparar a sua implementação para enfrentar um longo período inicial de perturbações que podem afetar o nível de execução da primeira metade do período de programação.**

4.1.8. Mecanismos de articulação e coordenação das intervenções dos vários Fundos

96. Questiona-se neste tópico se existem, no PR Alentejo ou na sua articulação com outros instrumentos do PT2030, mecanismos de articulação e coordenação das intervenções dos vários Fundos e se estes são os mais eficazes.

97. No plano interno do PR, a articulação FEDER e FSE + no OP4 e entre as ações plurifundo deste OP com ações do OP1 e OP5 é crítica. Não existe evidência de que estejam a ser pensados mecanismos particulares de articulação e coordenação nestas matérias. No entender da EA, existem dois pontos críticos que deveriam merecer atenção específica e soluções internas ao PR para os superar. O primeiro ponto é o da formação de competências que a modernização e digitalização produtivas irão exigir, ponto já analisado nesta questão de avaliação e para a qual a resposta da programação é muito débil, não sendo também visível de que modo o PT DQI o irá poder compensar. O segundo ponto prende-se com as necessidades de articulação e coordenação que as intervenções integradas irão exigir, seja no âmbito da intervenção das CIM, seja dos municípios que irão protagonizar as intervenções nos nós do sistema urbano. São pontos críticos de coordenação e articulação que não parecem estar acautelados.

98. Perspetivas mais positivas existem quanto aos problemas de articulação e coordenação suscitados pela aplicação da RIS 3 Alentejo revista, já que no âmbito da sua revisão as questões da governança foram equacionadas e, finalmente, o PR consagra recursos financeiros (RSO 1.4) a essa matéria de dinamização de um quadro institucional e de parcerias colaborativas e o Conselho Regional de Inovação parece sensibilizado para uma intervenção ativa.

99. Mas a situação mais grave e penalizadora acontece no exterior da intervenção do PR em matéria de articulação e coordenação consideradas necessárias para assegurar condições favoráveis de convergência de efeitos.

100. A desarticulação potencial que existe com a ação do PE PAC (FEADER) em matérias como a adaptação dos sistemas produtivos agrícolas e florestais à transição climática é de tal modo gritante que ensombra, no entender da AEA, toda a programação do PT2030, abatendo-se penalizadamente sobre a coerência das intervenções do PR Alentejo. Em termos de alerta muito positivo, o *template* do PR Alentejo explicita claramente este problema.

101. As necessidades de monitorização conjunta da possível convergência de efeitos entre o PR Alentejo e os três PT ITD, DQI e ACS são dimensões que podem ser acauteladas não só no âmbito da coordenação mais global do PT2030, mas também por iniciativas autónomas da própria Autoridade de Gestão do PR Alentejo e da CCDR Alentejo, que devem tentar promover e solicitar dos três PT a territorialização rigorosa e atempada da sua intervenção na Região.

4.1.9. Adequação e pertinência da abordagem integrada do desenvolvimento territorial

102. Nesta sub-questão de avaliação, questiona-se se a abordagem integrada do desenvolvimento territorial apoiado pelo PR é adequada, face aos seus objetivos e prioridades e se é consistente com o quadro institucional existente.

103. O PR segue de perto as orientações nesta matéria do Acordo de Parceria, transportando para o OP5 e RSO 5.1 e 5.2 a filosofia de desenvolvimento territorial integrado que é proposta naquele documento com as figuras dos ITI CIM e das ITI Redes Urbanas, mas também de figuras complementares como os ITI temáticos, os PROVERE e as Parcerias para a Coesão não urbanas.

104. A adequação e pertinência da abordagem integrada dos ITI CIM são favorecidas com o facto das CIM terem promovido atempadamente as revisões das suas EIDT. Embora essa revisão tenha sido operada ainda sem o conhecimento pleno do cardápio de recursos e medidas que poderiam ser mobilizadas para a sua implementação, caso particular dos recursos para o ciclo urbano da água que apresenta no PR uma dimensão financeira que nenhuma das EIDT revistas antecipou devidamente, o ajustamento das EIDT ao novo quadro de recursos do PR não se afigura difícil de ser concretizado. A nova configuração dos ITI CIM em três eixos de intervenção bem delimitados favorece essa abordagem.

105. A figura dos ITI Redes Urbanas parece retomar a inspiração das RUCI (Redes Urbanas para a Competitividade e Internacionalização), ensaiadas com algumas limitações em período de programação anterior. A lógica preconizada é a da articulação entre diferentes centros urbanos (regionais e outros) e apela à formação de redes temáticas estratégicas. Espera-se que a experiência anterior não seja ignorada e que as redes possam ser baseadas em objetivos estratégicos bem fundamentados. Apela-se indicativamente ao foco nas dimensões da competitividade, das alterações climáticas e descarbonização e das estratégias de digitalização. Ao contrário das ITI CIM que dispõem de exercícios de planeamento estratégico para as fundamentar, neste caso essa fundamentação tem de ser elaborada.

106. As Parcerias para a Coesão não urbanas geram uma nova expectativa de integração de instrumentos, sendo necessário aferir se a experiência das DLBC rurais pode ser capitalizada neste novo instrumento ou se, pelo contrário, abrirão novas parcerias colaborativas. Sublinhe-se a que variedade de instrumentos com possível incidência nos territórios de baixa densidade exige intermediação de instituições e parcerias locais para convergência e escalamento de efeitos. Não poderá também ignorar-se que algumas ITI CIM, pela natureza do território a que respeitam, não poderão deixar de se articular com estas Parcerias para a Coesão não urbanas, tendo em conta que na programação anterior a articulação entre os Pactos CIM e as estratégias das DLBC não foi perfeita, longe disso, senão inexistente em muitas situações.

107. Quanto aos PROVERE, o que se espera do instrumento é a qualificação das parcerias e das abordagens integradas no sentido de se aprofundar o contributo deste instrumento para a valorização económica da inimitabilidade de alguns recursos endógenos do Alentejo.

108. Finalmente, um ponto a melhorar na formulação do PR é o contributo possível de todas estas abordagens integradas (ou que se pretende que o sejam) para a abordagem ao declínio demográfico e às mudanças que ele implica. Conforme já foi referido, não é totalmente legível na programação do PR o modo como este desígnio alcandorado à Visão Estratégica da tripla mudança (demográfica, climática e digital) é abordado pelo Programa. Cremos que, em sede de operacionalização da programação, será possível aprofundar este tema, dando sequência à maneira como o tema é tratado no Acordo de Parceria.

4.1.10. Adequação dos modelos de participação de stakeholders no processo de programação

109. A sub-questão de avaliação solicita à avaliação que se pronuncie sobre a adequação do modelo de participação dos stakeholders fundamentais do PR no processo de programação (e respetivos resultados) é a mais adequada. E explicita ainda mais essa interrogação, questionando se as medidas “que se

preveem adotar para o seu envolvimento na respetiva implementação do programa (no respeito pelo princípio do parceria e governação multinível) são as mais adequadas”.

110. Esta matéria é relativamente opaca no Programa.

111. A exceção mais visível, e positiva, é a do modelo de governação da EREI Alentejo, em que a existência de um RSO 1.4 expressamente integrado na programação para dinamizar a formação de processos de descoberta empreendedora constitui uma modalidade de envolvimento de *stakeholders* muito justa a essa dimensão de programação.

112. No entender da AEA existem domínios com uma margem significativa de operacionalização em termos de participação organizada de *stakeholders*:

- O PR ganharia em afinamento de operações a apoiar com um Fórum para a Formação Contínua de Ativos destinado a sinalizar necessidades de formação explicitadas pelas empresas, designadamente no âmbito de processos de atração de investimento que possam necessitar de processos de formação em grande escala, não esquecendo aqui as necessidades de formação associadas à reconversão apoiada no âmbito das ações do FTJ;
- Outro espaço de participação institucional organizada de *stakeholders* que seria importante instituir como elemento de suporte à gestão do PR Alentejo deveria ser formado a partir do sistema de atores que anima e protagoniza as diferentes abordagens territoriais integradas do OP5, sobretudo para clarificar questões de governação multinível que irão naturalmente colocar-se; esse espaço será também útil para clarificar articulações no terreno entre os níveis regional, sub-regional e local e também inter-regiões NUTS II, dada a ITI Alentejo-Algarve, discutindo a adaptabilidade dos instrumentos do PR para dar sequência às diferentes dinâmicas aí criadas;
- Em coerência com o que iremos concluir na abordagem das questões de avaliação relacionadas com a monitorização do PR, justifica-se a criação de um espaço institucional de participação destinado a apoiar a sua monitorização estratégica, e que deverá velar pela medida e acompanhamento do contributo do PR para os impactos esperados (definidos pela EA em se de quadro lógico dos diferentes OP);
- *Last but not the least*, justifica-se que a AG do PR organize um espaço de participação destinado a acompanhar a evolução da procura de apoios que a experiência de programações anteriores identifique como críticas em termos de fluidez de formação e capacitação de procura.

113. Por todos estes motivos pode concluir-se que a gestão e implementação do PR será significativamente favorecida pela organização destes espaços de participação de *stakeholders*, não esquecendo que é condição necessária para a dinamização desses processos a criação na estrutura técnica de recursos humanos e técnicos especializados na sua animação, o que pressupõe a organização atempada de informação pertinente a fornecer aos *stakeholders*.

4.1.11. Contributo dos grandes projetos

114. Por fim, esta sub-questão questiona, acaso seja aplicável, se o PR apresenta Grandes Projetos e se estes contribuem para os seus objetivos.

115. Pela leitura do *template* do PR, aparentemente só o investimento na ferrovia constante do RSO 3.2. poderá ser entendido como um grande projeto. E quanto a este o seu contributo para os objetivos regionais é claro e manifesto. A ligação ferroviária Casa Branca-Beja é um elemento estrutural para que o sistema ferroviário do Alentejo possa ganhar coerência, se tivermos em conta sobretudo os investimentos RTE-T que outras fontes de financiamento irão possibilitar como a ligação Sines-Badajoz para transporte de mercadorias, com a decisão política assumida de incluir o transporte de passageiros na futura ligação de Évora a Elvas e a futura ligação em alta velocidade Lisboa-Madrid que passará por Évora. A

integração de Beja é também um elemento de forte coesão territorial, compensando apenas parcialmente a marginalização que tem atingido Beja em termos rodoviários e dará à ligação Lisboa-Évora com utilização de Alfas pendulares um outro alcance, esperando-se que seja o primeiro passo para uma modernização mais ambiciosa do serviço público prestado.

116.Quanto ao RSO 4.5, não pode deixar de referir-se a forte oposição da CCDR Alentejo a que Novo Hospital Regional possa ser financiado pelo PR, optando-se que esse OE financie a rede de cuidados de saúde primários, obviamente em articulação com este novo e valioso equipamento regional.

117.O estádio da programação não permite igualmente saber se algum dos investimentos previstos para o RSO 2.5 (ciclo urbano da água) poderão revestir a natureza de Grande Projeto, mas tudo indica que não.

4.2. Indicadores, monitorização e avaliação

4.2.1. A complexidade e diversidade das questões de avaliação

118.O enunciado do caderno de encargos é vasto e exigente:

- Os indicadores de realização e resultado previstos para o PO cobrem de forma adequada e suficiente os seus principais objetivos e prioridades temáticas, permitindo medir bem o seu desempenho global?
- Esses indicadores apresentam uma designação inequívoca e uma definição clara proporcionando uma interpretação normativa?
- Está devidamente enunciada a sua forma de cálculo?
- Os indicadores de resultado, embora em número limitado, permitem aferir os progressos na concretização dos objetivos (para o grupo, território, setor ou outra finalidade)?
- Os valores de partida (*baselines*) e os valores das metas estão devidamente calculados, sendo clara e explícita a sua forma de cálculo?
- As fontes de dados para o estabelecimento dos pontos de partida e para os valores das metas são conhecidas?
- Está garantida a robustez - fiabilidade das fontes de dados, representatividade das amostras, para o caso dos indicadores de resultado FSE? São suficientemente próximos das intervenções apoiadas, de modo a não serem demasiado afetados por fatores externos à intervenção, permitindo assim avaliar em que medida cobrem as principais mudanças atribuíveis ao PO?
- A situação de referência (*baseline*) definida para os indicadores do PO (incluindo os indicadores comuns europeus previstos na proposta de regulamento e que se aplicam ao mesmo, face às ações que prevê apoiar), quando possível/aplicável, está devidamente fundamentada?
- As metas propostas no âmbito do quadro de performance, incluindo as metas ou objetivos intermédios (*milestones*), são realistas e adequadas face aos objetivos e prioridades do PO?
- Os dispositivos previstos para assegurar a monitorização e a avaliação do PO levam em consideração a experiência de anteriores períodos de programação e o contexto institucional do país (em particular no que respeita à coordenação entre fundos, sistema de informação de suporte e de avaliação, capacitação institucional e simplificação administrativa)?
- Os recursos previstos para esse efeito são adequados (em quantidade e qualidade), no quadro das restrições existentes?
- Os dispositivos previstos têm em conta os objetivos de simplificação para os beneficiários e também para os serviços responsáveis pela gestão e monitorização do PO?
- Que avaliações devem ser promovidas para aferir, designadamente, os impactos do PO face aos objetivos e prioridades definidas?
- Que requisitos devem ser assegurados em matéria de informação de suporte, para permitir ou facilitar a realização dessas avaliações?

4.2.2. Adequação dos indicadores propostos

119.Seguindo orientações nacionais, o quadro de indicadores de realização e resultado assumidos pelo Alentejo 2030 decorre da mobilização de indicadores comuns FEDER e FSE +, consoante formulação dos regulamentos dos FEEI. Neste contexto, as observações críticas que serão produzidas não podem ignorar essa opção.

120.A tabela seguinte sistematiza a bateria de indicadores que consta do PR:

Tabela 6 – Indicadores PR Alentejo 2030

RSO/ESO	Indicadores de realização	Metas (2029)	Indicadores de resultado	Metas (2029)
1.1.	RCO01. Empresas apoiadas (PME)	38	RCR02 Investimentos privados em paralelo ao apoio público (nomeadamente: subvenções, instrumentos financeiros) (Euros)	11.000.000,00
	RCO02. Empresas apoiadas através de subvenções	38	RCR03 PME introdutoras de inovação de produtos ou de processos (Nº)	11
	RCO05. Novas empresas apoiadas (Nº)	11		
	RCO06. Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas (ETI)	214	RCR06 Pedidos de patente apresentados	50
	RCO10. Empresas em cooperação com organizações de investigação	11	RCR08 Publicações resultantes de projetos apoiados	100
1.2	RCO14. Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais (Nº)	16	RCR11 Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados (Nº)	238.368,00
1.3	RCO01. Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes) (Nº)	315	RCR01. Postos de trabalho criados em entidades apoiadas	157
			RCR03. Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	266
	RCO02. Empresas apoiadas através de subvenções	315	RCR19. Empresas com maior volume de negócios	103
	RCO03. Empresas apoiadas através de instrumentos financeiros	40	RSR02. Empresas/PME instaladas na AAE	140
RSO16. Área infraestruturada para acolhimento de empresas – m2	1.400.000			
1.4	RCO16. Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora (Nº)	32	RSR03. Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora (Nº)	42
1.5	RCO42 Acréscimo de empresas com acesso a redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada (Nº)	5.261,00	RCR54. Empresas com assinaturas de banda larga em redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada (Nº)	663,00
	RCO41 Acréscimo de habitações com acesso a redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada (Nº)	68.680,00	RCR53. Habitações com assinaturas de banda larga em redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada (Nº)	43.224,00
2.1	RCO18 Habitações com desempenho energético melhorado (n.º)	85	RCR26 Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros) (MWh/ano)	26.824,00
	RCO19 Edifícios públicos com desempenho energético melhorado (m2)	132.000		

RSO/ESO	Indicadores de realização	Metas (2029)	Indicadores de resultado	Metas (2029)
2.2	RCO97. Comunidades de energia renovável apoiadas (n.º)	15	RCR31. Total da energia renovável produzida (nomeadamente: elétrica, térmica) (MWh/ano)	12.048,00
2.4	RCO24 Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais (Euros)	2.900.000,00	RCR35 População que beneficia de medidas de proteção contra inundações (n.º pessoas)	35.235,00
	RCO25 Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres (km)	55	RCR36 População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais (n.º pessoas)	70.470,00
	RCO27 Estratégias nacionais e subnacionais de adaptação às alterações climáticas (n.º)	5	RCR37 População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais) (n.º pessoas)	14.094,00
	RCO28 Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais (ha)	1.426.722,00		
2.5	RCO30 Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água (km)	552,00	RCR41 População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água (n.º pessoas)	352.354,00
	RCO31 Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais (km)	210,00	RCR42 População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais (n.º pessoas)	156.013,00
	RCO32 Capacidade, nova ou melhorada, de tratamento de águas residuais (equivalente de população)	156.013,00	RCR43 Perdas de água nos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água (m3/ano)	46,00
2.6	RCO01 Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias, grandes) (n.º empresas)	4,00	RCR03 Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos (n.º empresas)	4,00
	RCO34 Capacidade adicional de reciclagem de resíduos (toneladas/ano)	42.695,00	RCR47 Resíduos reciclados (toneladas/ano)	88.235,00
	RCO107 Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos (euros)	56.000.000,00	RCR48 Resíduos usados como matérias-primas (toneladas/ano)	26.470,00
2.7	RCO36 Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas (ha)	10,00	RCR50 População que beneficia de medidas relativas à qualidade do ar (n.º pessoas)	96.485,00
	RCO37 Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração (ha)	536.650,00	RCR52 Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas ou outras utilizações (ha)	125,00
	RCO38 Área de terreno reabilitado apoiada (ha)	125,00		
	RCO39 Área abrangida por sistemas instalados para monitorizar a poluição do ar (zonas de qualidade do ar)	2,00	RCR95 População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas (n.º pessoas)	96.485,00

RSO/ESO	Indicadores de realização	Metas (2029)	Indicadores de resultado	Metas (2029)
2.8	RCO58 Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas (km)	86,00	RCR62. Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados (utilizadores/ano)	62.405,00
	RCO60 Cidades e vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados novos ou modernizados (n.º cidades e vilas)	26,00	RCR64. Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo (utilizadores/ano)	21.141,00
3.2	RCO50. Extensão de vias ferroviárias reconstruídas ou modernizadas — não RTE-T (km)	63,50	RCR58. Utilizadores anuais de vias ferroviárias recém-construídas, melhoradas, reconstruídas ou modernizadas (passageiros-km/ano)	5.646.635,00
4.1.	EEO02. Desempregados, incluindo desempregados de longa duração (Nº)	463,00	EEO05. Participantes com emprego, seis meses depois de terminada a participação (Nº)	60,00
4.4	EEO11. Pessoas com um diploma do ensino superior	195	EEO30 Participantes (nos RHAQ) com ensino superior empregados 6 meses depois de terminada a participação (%)	80,00
			EEO03 Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação (%)	75,00
4.6	EEO10. Pessoas que completaram o ensino secundário ou estudos pós-secundários	1.880,00	EEO03. Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação (Nº)	74
4.8	EEO18. Iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social	43	EEO23. Iniciativas concluídas de promoção da inclusão social (%)	90
	EEO11 Projetos de inovação e experimentação social apoiados (Nº)	40	EEO14. Instituições envolvidas em projetos de inovação e experimentação social (Nº)	30
4.11	EEO07 Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo (Nº)	21	EEO17. Alunos das escolas abrangidas por intervenções redução do abandono escolar e a promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudo (%)	70
	EEO30 Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (Nº)	9.900,00		
4.2	RSO03. Alunos beneficiados com equipamentos destinados à criação de novos cursos de curta duração (CITE5), ou à criação de novos programas do ensino superior à luz das necessidades do mercado de trabalho	1.850,00	RSO01 Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível CITE 5 (Nº)	1.295,00
4.5	RCO69. Capacidade das instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde (pessoas)	204.469,00	RCR73. Nº de Utilizadores anuais de instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	281.883,00

RSO/ESO	Indicadores de realização	Metas (2029)	Indicadores de resultado	Metas (2029)
4.6	RCO77. Número de sítios culturais e turísticos apoiados	8	RCR77. Nº de Visitantes/ano de sítios culturais e turísticos apoiados	546.228,00
5.1	RCO74 População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	704.707,00	RSR10. Projetos transversais de âmbito intermunicipal (Nº)	40
	RCO75. Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas (Nº)	10	RSR11. Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados (Nº)	6
5.2	RCO74 População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	350.781,00	RSR10. Projetos transversais de âmbito intermunicipal (Nº)	6
	RCO75. Estratégias específicas de valorização de recursos endógenos (Nº)	10	RSR11. Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados (Nº)	5
JSO8.1	EECO01 Número total de participantes (pessoas)	134,00	RCR01 Postos de trabalho criados em entidades apoiadas (ETI anuais)	140,00
	RCO01 Empresas apoiadas (das quais: micro, pequenas, médias, grandes) (empresas)	70,00		
	RCO02 Empresas apoiadas através de subvenções (empresas)	70,00	RCR03 Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos (empresas)	140,00
	RCO57 Capacidade do material circulante respeitador do ambiente para transporte público coletivo (passageiros)	7.750,00		

121. A análise crítica de relevância e de adequação dos indicadores de realização e resultado consta da tabela seguinte.

Tabela 7 – Análise crítica de indicadores de realização e de resultado

RSO/ESO	Análise crítica dos indicadores de realização	Análise crítica dos indicadores de resultado
RSO 1.1.	<p>A versão do PR submetida à CE iguala o nº de empresas apoiadas e apoiadas com subvenções, corrigindo a versão anterior.</p> <p>O RCO05 assume definitivamente que se trata de novas empresas apoiadas.</p> <p>É proposto um indicador de realização para empresas com cooperação com instituições de investigação.</p> <p>Continua a não existir nenhum indicador focado no nº de ações coletivas apoiadas em matéria de transferência de conhecimento e de empresas envolvidas nessas AC</p>	<p>Propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reformulação do IRS2 para “Variação do nº de PME com inovações processo e produto”. <p>Propõe-se ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Inclusão do indicador: % de projetos de prova de conceito apoiados; - Inclusão do indicador: “Emprego científico criado com apoios do PO”.
RSO 1.2	Nada a opor ao indicador proposto	Quanto ao RCR11 ele deve ser completado com algum indicador relativo ao tipo de novos serviços e produtos que foram induzidos pelos apoios à infraestrutura

RSO/ESO	Análise crítica dos indicadores de realização	Análise crítica dos indicadores de resultado
RSO 1.3	<p>Do ponto de vista geral, este OE tem uma composição de indicadores muito frágil e até enganosa no seu alcance. Assim, por exemplo, o relevo que é dado às infraestruturas de apoio é desproporcionado face à dimensão financeira dessa medida de política.</p> <p>Por outro lado, o maior bolo de recursos deste OE, relativo aos projetos de qualificação, digitalização e internacionalização não tem qualquer indicador, o que nos parece ser uma significativa incoerência.</p> <p>Assim, propomos uma reformulação deste OE em termos de indicadores, devendo por exemplo a “% de empresas apoiadas com projetos de transformação digital” um indicador a considerar. E também se justifica um indicador relativo à FBCF apoiada. Do mesmo modo, propomos um indicador sobre ações coletivas apoiadas e nº de empresas nelas envolvidas.</p>	<p>O corpo de indicadores de resultado é pobre e não reflete, em nosso entender, a estrutura de medidas anunciada para o objetivo.</p> <p>Propomos nova formulação para o RCR19: % de Empresas apoiadas que aumentaram o volume de negócios total e de exportações após a conclusão da operação;</p>
RSO 1.4	<p>Propomos que o indicador proposto seja adicionado de um novo indicador: “Nº de Processos de Descoberta Empreendedora apoiados”</p>	<p>Para além do RSR03, propomos a inclusão dos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nº de oportunidades de investimento identificadas e trabalhadas em PDE • Nº de investidores associados aos PDE
RSO 1.5	Nada a referir quanto a este indicador	<p>Aos dois indicadores propostos pelo PR, sugerimos que se formule um indicador sobre serviços ou produtos que tenham aparecido no mercado na sequência dos investimentos de BL de grande capacidade apoiados</p>
RSO 2.1	Nada a referir quanto a este indicador	<p>Propomos uma reformulação do indicador: “Evolução do consumo anual de energia primária – antes e depois da operação apoiada”</p>
RSO 2.2	<p>Pensamos que seria importante complementar estes indicadores, com um indicador relativo ao nº de famílias ou de habitações envolvidos nas comunidades apoiadas. Também poderia haver um indicador relativo à potencia instalada (MW) em cada comunidade de energia.</p>	<p>Propomos uma reformulação do indicador: “Evolução da produção total de energias renováveis – antes e depois da operação apoiada”</p>
RSO 2.4	Nada a comentar, salvo a ideia de que em vez de nº de estratégias nacionais e subnacionais de AAC se devesse talvez falar em Planos	<p>A massa de população abrangida ou coberta é um indicador pobre. Propomos a substituição ou apresentação complementar de indicadores que permitam medir a evolução do grau de vulnerabilidade e de risco</p>
RSO 2.5	Nada a comentar.	<p>Tal como se referiu a propósito do indicador anterior, a população abrangida ou coberta parece-nos um indicador de resultado pobre. Se o indicador relativo às perdas é crucial, também o poderia ser um indicador relativo à qualidade da água</p>
RSO 2.6	Nada a comentar	<p>A formulação dos indicadores RCR47 e RCR48 não é feliz do ponto de vista da distinção relativa ao indicador de resultado.</p> <p>O RCR03 deveria ser completado com outro indicador relativo ao montante de investimento empresarial apoiado classificável como operações de valorização da economia circular.</p>
RSO 2.7	Nada a comentar	<p>As mesmas reservas quanto aos indicadores de população acima já realizadas. Indicadores de resultado relativos à evolução da qualidade do ar e ao sequestro de carbono melhorariam</p>

RSO/ESO	Análise crítica dos indicadores de realização	Análise crítica dos indicadores de resultado
		substancialmente o alcance dos indicadores de resultado.
RSO 2.8	Traduzem o alcance das realizações apoiadas.	Os indicadores de utilizadores deveriam ser completados com indicadores mais gerais de emissão de gases com efeito de estufa
RSO 3.2	Nada a comentar	Parece-nos fundamental acrescentar ao indicador de procura efetiva um indicador de tempo médio de viagem por tipologia de comboio
ESO 4.1	Nada a comentar	Para além do indicador EECR05, a equipa de avaliação considera que seria importante acrescentar a taxa de empregabilidade seis meses e um ano depois das ações apoiadas, assim como a relação contratual: % de participantes com contrato de trabalho sem termo 6 meses após terminada a participação.
ESO 4.4	Para uma melhor cobertura das ações apoiadas neste ESO, propõe-se inclusão dos indicadores: n.º de trabalhadores e dirigentes da administração pública participantes em ações de capacitação; n.º de ações de capacitação por área de formação e n.º de trabalhadores apoiados por nível de qualificação	Seria relevante acrescentar a taxa de empregabilidade seis meses e um ano depois das ações apoiadas, diferenciando entre empresas e outras entidades
ESO 4.6	Propomos acrescentar o indicador: N.º de participantes por área de formação.	Para uma melhor leitura dos resultados das ações apoiadas, propomos adicionalmente os indicadores: % de participantes em cursos TESP que prosseguem estudos para o ensino superior uma vez terminada a participação e % de participantes com emprego na área do curso e na região 6 meses após terminada a participação
ESO 4.8	Dada a dimensão de inovação que este ESO traz à programação do PO e tendo em conta a experiência da programação 2014-2020, os indicadores de realização são pobres, justificando-se uma maior discriminação em matéria de processos de capacitação, parcerias para o impacto, títulos de impacto social e utilização de instrumentos financeiros	Como indicador de resultado de um ESO fortemente inovador na programação, o indicador de resultado proposto é pobre. Propomos adicionalmente: % de OES apoiadas em relação ao universo de OES em Portugal (Conta Satélite), Magnitude de investimento social envolvido nas operações; Nº de operações encerradas que demonstraram poupanças de recursos públicos na sua abordagem; Magnitude de investimento internacional mobilizado para projetos apoiados de empreendedorismo social
ESO 4.11.	Para além do indicador relativo ao n.º de alunos introduzido nesta versão do PR, poderia discriminar-se este número de alunos por ciclo de ensino para obter uma melhor leitura dos envolvidos nas operações apoiadas	Propomos incluir um indicador que discrimine o número de alunos por ciclo de ensino abrangidos ou potencialmente envolvidos nas operações apoiadas
RSO 4.2	Nada a comentar	Nada a comentar.
RSO 4.5	Nada a comentar	Para além do RCR73, propomos um indicador que possa associar variáveis de qualidade de serviço, como tempos de espera.
RSO 4.6	Conviria diferenciar entre operações apoiadas em matéria cultural, turística ou combinando as duas dimensões	A mesma nota relativa ao indicador de realização
RSO 5.1	Dada a dimensão do RSO, o corpo de indicadores é pobre dada a relevância dos instrumentos territoriais a ele associados. No entanto, a inclusão de um indicador relacionado com a população abrangida, já permitirá efetuar cálculos relativos ao investimento por habitante abrangido.	As mesmas reservas formuladas quando ao indicador de realização. O RSR10 deveria ter a formulação alternativa: “% de investimento intermunicipal apoiado em relação ao total de investimento municipal apoiado”.

RSO/ESO	Análise crítica dos indicadores de realização	Análise crítica dos indicadores de resultado
RSO 5.2	Dada a dimensão do RSO, o corpo de indicadores é pobre dada a relevância dos instrumentos territoriais a ele associados. No entanto, a inclusão de um indicador relacionado com a população abrangida, já permitirá efetuar cálculos relativos ao investimento por habitante abrangido	O RSR10 deveria ter a formulação alternativa: “% de investimento intermunicipal apoiado em relação ao total de investimento municipal apoiado”.
JSO8.1	Propomos que se adicionem indicadores relativos ao investimento apoiado	Propõe-se que os indicadores se apresentem em variação antes e após o apoio, de forma a compreender melhor a dimensão de alterações produzidas pelo apoio.

122. Em síntese, a AEA conclui que, em termos de indicadores de realizações e de resultados e tendo em conta que a opção consistiu em selecionar indicadores comuns suscetíveis de ser obtidos com base em informação gerada pelo próprio Alentejo 2030, a formulação apresentada fica aquém do potencial de extração de informação que o sistema de informação do PR permite antever como possível. A maioria das observações críticas constantes da tabela anterior relevam dessa grande conclusão.

4.2.3. Legibilidade de designação e rigor de definição

123. O sistema de indicadores do Alentejo 2030 é constituído por 96 indicadores, dos quais 51 são indicadores de realização e 45 de resultado. Trata-se de um elevado número de indicadores que acompanha a diversidade de objetivos específicos do PR e a panóplia de tipologias de ação previstas.

124. Tal como a análise anterior o descreve, todos os objetivos específicos estão cobertos por indicadores de resultados, respeitando as orientações dos indicadores comuns comunitários. Já o mesmo não poderá ser dito relativamente a alguns dos domínios de intervenção. A totalidade dos indicadores têm um carácter quantitativo, não tendo sido selecionados indicadores qualitativos.

125. Considera-se que a generalidade dos indicadores apresenta uma designação inequívoca e uma definição clara. No entanto, conforme já referido, na análise crítica aos indicadores do PR Alentejo 2030, há um leque de indicadores que carece de uma melhor clarificação da sua designação, de forma a evitar interpretações inequívocas e a permitir um cálculo rigoroso. No *template* submetido à CE, alguns ligeiros ajustamentos foram introduzidos. A título de exemplo, pode referir o indicador de realização *RCO05 Novas empresas apoiadas (Nº)* foi clarificado no sentido de respeitar a empresas não existentes 3 anos antes ao apoio realizado.

4.2.4. Forma de cálculo e metas estabelecidas

126. O ficheiro EXCEL relativo ao cálculo dos indicadores e metas envolve vários atributos: (i) Descrição do indicador (definição e conceitos); (ii) Metodologia de cálculo; (iii) Momento de atualização dos valores dos indicadores; (iv) Ligação com outros indicadores; (v) Fonte dos dados; (vi) Objetivo de política; (vii) Objetivo específico/ Tipologia de ação; (viii) Domínio de intervenção (designação e montante); (ix) Justificação da escolha do indicador; (x) Representatividade financeira do Indicador ao nível do OE; (xi) Valores de referência (Indicadores de resultado); (xii) Ano de referência; (xiii) Periodicidade de atualização; (xiv) Objetivos intermédios 2024; (xv) Indicadores de realização; (xvi) Pressupostos para definição meta 2024; (xvii) Indicadores de realização e de resultado; (xviii) Pressupostos para definição meta 2029. A análise incidiu sobretudo no método de cálculo e do estabelecimento da meta correspondente, que consta da tabela seguinte:

Tabela 8 – Formas de cálculo e fontes de informação dos indicadores e metas

RSO/ESO	Indicadores de realização	Indicadores de Resultado
1.1.	<p>RCO01 e RCO02: O indicador evita a dupla contagem, uma empresa só é contada uma vez. Método do custo unitário como base, tendo por referência o histórico de 2014-2020</p> <p>RCO05: Clarifica-se que não se trata de empresas apoiadas pela primeira vez por FEEI, mas de empresas que não existiam três anos antes da empresa solicitar o apoio, incluindo spin-off's. Método do custo unitário baseado no nº de operações de SI ao Empreendedorismo Qualificado e Criativo apoiadas pelo Alentejo 2020</p> <p>RCO06: A base é o nº de Investigadores integrados em Infraestruturas de Interesse Estratégico relacionadas com a EREI e outras instalações de investigação apoiadas</p> <p>RCO10: Cálculo realizado com base no custo médio histórico associado às operações no âmbito do ALENTEJO2020 a 31-12-2021 dos projetos da PI 1.2 - SI ID&T em copromoção</p>	<p>RCR02: Meta (2029): Cálculo realizado através do Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções) esperado no Alentejo 2030, face às dotações programadas e número de operações a apoiar partindo das taxas de apoio médias próximas de 50%.</p> <p>RCR03: Meta (2029): Calculada com base no número de Empresas apoiadas no âmbito do SI Empreendedorismo Qualificado e Criativo (Alentejo2020), com referência ao Indicador de realização RCO 05. Considerou-se apenas as novas empresas como introdutoras de inovação. É este método que explica o conservadorismo da meta de 11 empresas.</p> <p>RCR06: Trata-se de um indicador e meta calculados com base num pressuposto - Calculada com base na obrigatoriedade que se prevê considerar de registo de uma patente por cada projeto de investigação apoiado. Não utiliza valores históricos do IPCTN e não se compreende porquê.</p> <p>RCR08: Também um pressuposto implícito - expectativa da concretização de duas publicações por cada projeto de investigação apoiado, com referência ao histórico do SAICT do Alentejo 2020</p>
1.2	<p>RCO14: Custo unitário das operações de Sistema de Apoio à modernização administrativa, tipologia de capacitação institucional, apoiadas pelo Alentejo 2020.</p>	<p>RCR11: recurso à informação INE - Meta (2029): Indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos cujo valor, em 2020, foi de 32,5% para a Região Alentejo. Pressupôs-se ainda a aproximação à média nacional, que era em 2020 de 33,8%, multiplicando depois pela população residente na região (704 934 pessoas - Censo de 2021).</p>
1.3.	<p>RCO01 e RCO02: Custo unitário com base no fundo médio por empresa das operações das tipologias PAPAN, SIZC CIM, SI Inovação, apoiadas pelo Alentejo 2020, com correção de preços</p> <p>RCO03: Custo unitário com base no fundo médio aprovado por empresa nas operações dos Instrumentos Financeiros do Domínio da Competitividade apoiadas pelo Alentejo 2020, com correção de preços</p> <p>RSO16: Custo unitário com base no custo médio histórico associado aos projetos aprovados no âmbito do ALENTEJO2020 a 31-12-2021 na PI 3.3 - Áreas de Acolhimento Empresarial que corresponde a cerca de 25 euros/m², já corrigido com uma inflação acumulada de 15%.</p>	<p>RCR01: recurso a valores históricos - empresas apoiadas no âmbito do Investimento empresarial produtivo de base territorial do Alentejo 2020, das 50% gerou criação de emprego por via do seu crescimento.</p> <p>RCR03: Percentagem de cerca de 70%, foi aplicada ao indicador RCO01, na dimensão respeitante aos apoios à inovação produtiva</p> <p>RCR19: recurso a valores históricos 2014-2020 - número de empresas apoiadas no âmbito do SI Inovação produtiva (Alentejo2020), com referência ao Indicador de realização RCO 02</p> <p>RSR02: recurso ao indicador histórico das operações apoiadas pelo Alentejo 2020, com um custo médio de 250.000€/empresa instalada. A meta foi calculada dividindo a dotação da tipologia alocada ao indicador, pelo custo médio por empresa instalada, tendo em conta a atualização da inflação</p>
1.4	<p>RCO16: Cálculo com base no n.º previsível de entidades a incluir nas sessões de descoberta empreendedora X o n.º de sessões (42 entidades do Sistema Nacional de Inovação x 7 sessões formais - uma por ano)</p>	<p>RSR03: Cálculo a partir da contabilização de todas as entidades que integram o Conselho Regional de Inovação, tendo-se estimado o número de instituições que estarão envolvidas nos 3 espaços de descoberta empreendedora a criar.</p>
1.5	<p>RCO41: Fonte dos dados - ANACOM. Total de alojamentos existentes nas ""áreas brancas"" identificadas (conforme metodologia abaixo)</p>	<p>RCR53: Cálculo a partir da taxa de penetração de clientes residenciais de redes de elevada capacidade no final do 1T2022 ao número estimado do</p>

RSO/ESO	Indicadores de realização	Indicadores de Resultado
	<p>e os alojamentos não cobertos em subsecções estatísticas onde a percentagem de cobertura de redes de fibra óptica (FTTH) ou de redes híbridas de fibra e cabo coaxial (HFC-DOCSIS 3.1) é superior a 10% e inferior 100%.</p> <p>RCO42: Percentagem de cobertura de Redes de elevada capacidade por 100 Estabelecimentos*, no 1T022, por concelho. O valor é obtido por diferença entre o total de estabelecimentos existentes no concelho e o número de alojamentos cobertos, e depois agregado ao nível das NUTSII.</p>	<p>acréscimo de habitações com acesso a banda larga de capacidade muito elevada (RCO 41)</p> <p>RCR54: Cálculo a partir da penetração de estabelecimentos cobertos com redes de elevada capacidade no final do 1T2022 e o número estimado do acréscimo de estabelecimentos com acesso a banda larga de capacidade muito elevada (RCO 42)</p>
2.1	<p>RCO 19: Custo da área útil (m2) de pavimento, constantes dos certificados energéticos: quociente entre o investimento e as áreas. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCO 18: calculado pela divisão da dotação da tipologia alocada ao indicador, pelo custo unitário fundo: quociente entre o investimento envolvido e as habitações intervencionadas. Fonte dos dados: SI PT2030.</p>	<p>RCR 26: redução de 40% face ao valor de referência. Fonte dos dados: SI PT2030.</p>
2.2	<p>Calculado pela divisão da dotação da tipologia alocada ao indicador, pelo custo unitário fundo. Finte dos dados: SI PT2030.</p>	<p>RCR 31: calcula-se multiplicando valor base de energia produzida num ano por cada comunidade de energia pela meta do indicador RCO97 (15, considerando 3 comunidades por cada NUT III). Fonte dos dados: SI PT2030.</p>
2.4	<p>RCO 24: calculado pelo custo unitário médio das operações aprovadas na área da proteção. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCO 25: custo unitário calculado com base no quociente entre o investimento envolvido e o número de km intervencionado. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCO 27: Custo unitário obtido com base no custo médio de estratégias regionais semelhantes. Fonte dos dados: SI PT2030.</p>	<p>RCR 35: 5% da população total. Fonte dos dados: SI PT 2030.</p> <p>RCR 36: 10% da população total. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCR 37: ver RCR 35.</p>
2.5	<p>RCO 30: custo operações dos investimentos análogos e as respetivos km de condutas intervencionadas. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCO 31: divisão da dotação da tipologia alocada ao indicador, pelo custo unitário fundo. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCO 32: 30% da população. Fonte dos dados: SI PT2030.</p>	<p>RCR 41: 50% da população total. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCR 42: 30% da população total. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCR 43: redução de 20% face a valor base. Fonte dos dados: SI PT2030.</p>
2.6	<p>RCO 01: divisão da dotação da tipologia alocada ao indicador, pelo custo unitário fundo. Fonte dos dados: SI PT 2030.</p> <p>RCO 34: idem.</p> <p>RCO 107: totalidade da dotação, repartida pelos 58 concelhos. Fonte dos dados: SI PT2030.</p>	<p>RCR 47: somatório entre a capacidade atual e capacidade adicional prevista. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCR 48: 30% dos resíduos da meta do RCR47. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCR 03: calculada com base no número de empresas apoiadas (aproximação ao SI Inovação: custo unitário histórico Alentejo 2020 - 550 mil euros de apoio por operação). Fonte dos dados: SI PT2030.</p>
2.7	<p>RCO 36: quociente entre o investimento total e o total de área intervencionada. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCO 37: área total rede Natura 200 do Alentejo. Fonte dos dados: SI PT 2030.</p>	<p>RCR 50: população residente nas duas zonas de monitorização. Fonte dos dados. SI PT2030.</p> <p>RCR 52: execução total do RCO 38. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCR 95: população residente em centro urbanos. Fonte dos dados: SI PT2030.</p>

RSO/ESO	Indicadores de realização	Indicadores de Resultado
	RCO 38: quociente entre o investimento total e o total de área intervencionada na Região Alentejo. Fonte dos dados: SI PT2030. RCO 39: área total das zonas a monitorizar.	
2.8	RCO 58: quociente entre o total de investimento apoiado pelos Km de ciclovias construídos. Fonte dos dados: SI PT2030. RCO 60: Quociente entre o investimento total pelo nº de Centros urbanos no âmbito das ITI CIM. Fonte dos dados: SI PT2030.	RCR 62: População residente em centros urbanos, a ser beneficiada por transportes públicos regulares. Fonte dos dados: SI PT2030. RCR 64: População residente em centros urbanos, a ser beneficiada por transportes públicos regulares. Fonte dos dados: SI PT2030.
3.2	Extensão prevista por CP e IP para intervenção.	Utilizadores anuais estimados pela CP e IP.
4.1	EECO02: calculado a partir do somatório do número de desempregados que beneficiam da operação FSE+. (situação no mercado de trabalho dos participantes no início da intervenção do FSE+). A fonte de informação são os dados administrativos do SI PT2030. Tem por base custos históricos do período de programação 2014-2020.	EECR05: calculado através da seguinte fórmula ((Somatório do número de participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação/Somatório do número de participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria em operações que beneficiam de apoio FSE+) x 100.) As fontes de dados são dados administrativos do SI PT2030 e ISS. Tem por base custos históricos do período de programação 2014-2020.
4.4	EECO11: calculado através do somatório do número de pessoas com ensino superior (CITE 5 a 8), que beneficiam da operação FSE+. A fonte de informação são os dados administrativos do SI PT2030. Tem por base custos históricos do período de programação 2014-2020.	EESR03: calculado pela seguinte fórmula ((Somatório do número de trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação/Somatório do número de trabalhadores em funções públicas após a frequência da formação em operações que beneficiam de apoio FSE+) x 100) A fonte de dados é o SI PT2030 atendendo aos resultados do Inquérito a todos os participantes que completam a formação, numa lógica de autoavaliação EESR30: calculado pela seguinte fórmula ((Somatório do número de participantes (nos RHAQ) com ensino superior, empregados seis meses depois de terminada a participação/Somatório do número de participantes (nos RHAQ) com ensino superior, em operações que beneficiam de apoio FSE+) x 100). A fonte de dados são os dados administrativos do SI PT2030 e ISS.
4.6	EECO10: calculado através do somatório do número de pessoas com o ensino secundário (CITE 3) ou o ensino pós-secundário (CITE 4), que beneficiam da operação FSE+. A fonte de informação são os dados administrativos do SI PT2030. Tem por base custos históricos do período de programação 2014-2020.	EECR03: calculado pela fórmula ((Somatório do número de participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação/Somatório do número de participantes uma vez terminada a participação em operações que beneficiam de apoio FSE+) x 100) a partir de dados administrativos do SI PT2030.
4.8	EESO18: calculado através do somatório do número de iniciativas apoiadas de promoção da inclusão social apoiadas através da operação do FSE+. A fonte de informação são os dados administrativos do SI PT2030. Tem por base custos históricos do período de programação 2014-2020. EESO11: calculado pelo somatório do número de projetos de inovação e experimentação social apoiados através do FSE+. A fonte de informação são os dados administrativos do SI PT2030. Tem por base o PT2020.	EESR23: Calculado pela fórmula ((Somatório do número de iniciativas concluídas de promoção da inclusão social /Somatório do número de iniciativas de promoção da inclusão social que beneficiam de apoio FSE+) x 100) a partir de dados administrativos do SI PT2030. EESR14: calculado através do somatório do número de instituições envolvidas em projetos de inovação e experimentação social, apoiados através da operação do FSE+. São consideradas instituições envolvidas os beneficiários e os investi-

RSO/ESO	Indicadores de realização	Indicadores de Resultado
		<p>dores sociais, que podem incluir empresas privadas, fundações, municípios, entidades públicas ou entidades do setor social.</p> <p>Indicador calculado a partir de dados administrativos do DI PT2030.</p>
4.11	<p>EESO07: calculado pelo somatório do número de agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo apoiados através da operação do FSE+. A fonte de informação são os dados administrativos do SI PT2030. Tem por base o histórico de operações do Alentejo 2020.</p> <p>EESO30: mede o nº de crianças abrangidas pelas operações financiadas. Considerou-se uma dotação de 10 M€ com um custo unitário de 1010 euros por aluno. Indicador calculado a partir de dados administrativos do SI PT2030.</p>	<p>EESR17: calculado através da fórmula ((Somatório do número de alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções para a promoção do sucesso educativo beneficiam de apoio FSE+) x 100).</p> <p>A fonte de informação são os dados administrativos do SI PT2030.</p>
4.2	<p>RSO03: O indicador é calculado pelo somatório dos alunos beneficiados com equipamentos destinados à criação de novos cursos de curta duração (CITE5), ou à criação de novos programas do ensino superior à luz das necessidades do mercado de trabalho, no período de programação através de dados do SI PT2030.</p>	<p>RSR01: calculado através da contabilização do nº de estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível CITE 5 que beneficiaram de apoio, no âmbito dos projetos apoiados. A fonte de dados é o SI PT2030. Tem por base valores históricos do período de programação 2014-2020.</p>
4.5.	<p>RCO 69: indicador calculado através do somatório do nº de pessoas que utilizaram, pelo menos uma vez durante o ano, estabelecimentos de saúde novos ou modernizados, na sequência de projetos apoiados de dados do SI PT2030.</p>	<p>RCR 73: calculado a partir do somatório do nº de utentes inscritos atendidos durante o ano, pelas unidades de saúde apoiadas. A fonte de dados é o SI PT2030. Tem por base valores históricos do período de programação 2014-2020.</p>
4.6	<p>RCO 77: calculado a partir de dados do SI PT2030 através do somatório do nº de sítios culturais e turísticos no âmbito dos projetos apoiados, após a conclusão do projeto. Custo com base no histórico do período de programação anterior.</p>	<p>RCR 77: calculado a partir do somatório do nº anuais de visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados. A fonte de dados é o SI PT2030. Tem por base valores históricos do período de programação 2014-2020.</p>
5.1	<p>RCO 74 calculado através da contabilização do nº de pessoas abrangidas por projetos a desenvolver no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas. A fonte de dados é o SI PT2030.</p> <p>RCO 75: calculado pela contabilização do nº de estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas a partir de dados do SI PT2030.</p>	<p>RSR10: calculado a partir do somatório dos projetos envolvidos através dos dados do SI PT2030. Teve por base operações do Alentejo 2020.</p> <p>RSR11: o indicador pretende contar o número instituições que se envolvam na realização de projetos assumindo a qualidade de beneficiário e/ou parceiro de um projeto. É calculado pelo somatório dos projetos apoiados através de dados do SI PT2030.</p>
5.2.	Ver 5.1. acima.	Ver 5.1. acima.
8.1	<p>RCO 01 calculado através de custo unitário de 995.000€, acrescido de taxa de correção da inflação de 15%. Fonte de dados: SI PT2030.</p> <p>RCO 02 é calculado de forma igual ao anterior. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCO 57 calculado com base na média estimada de 20% de movimentos pendulares. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>EECO 01 calculado através de um custo unitário de 7.500€, que resulta da estimativa de</p>	<p>RCR 01: tendo em conta a experiência anterior no período de programação 14-20, no PO temático, assume-se que, por cada M€ de apoio, criam-se 11 postos de trabalho. Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCR 03: calculada com base no número de empresas apoiadas no âmbito do SI Inovação Produtiva (Alentejo2020). Fonte dos dados: SI PT2030.</p> <p>RCR 62: calculado estimando-se que 20% dos movimentos pendulares subjacentes à população ativa venham a recorrer ao transporte público. Fonte dos dados: SI PT2030.</p>

RSO/ESO	Indicadores de realização	Indicadores de Resultado
	1000 horas por curso de reconversão profissional com um custo/hora/formando de 7,5€ por referência à OCS para a formação da Administração Pública. Fonte dos dados: SI PT2030.	

4.2.5. Qualidade dos indicadores de resultado

127. Em relação à qualidade dos indicadores de resultado, na análise crítica realizada aos indicadores, foram já realizados alguns comentários com vista à melhoria da bateria de indicadores propostos.

128. Foram identificados casos, em que se considera que os indicadores de resultado, não permitem medir eficazmente os resultados das tipologias de ação a que estão associados, como por exemplo: os indicadores associados aos objetivos específicos 2.4. e 2.5 apenas consideram a massa de população abrangida ou coberta pelas ações relacionadas com as alterações climáticas e gestão de recursos hídricos.

129. Há, igualmente, indicadores que não permitem aferir o incremento do apoio FEEI nos domínios em que são aplicados, como é o caso dos indicadores:

- *PME introdutoras de inovação de produtos ou de processos (Nº)* (associado ao RSO 1.1.), limitado a empresas novas (critério discutível), em vez de se privilegiar a variação destas PME,
- *Total da energia renovável produzida* (associado ao RSO 2.2) que não permite estabelecer uma comparação antes e depois da operação apoiada.
- *Projetos transversais de âmbito intermunicipal (Nº)* (associado aos RSO 5.1. e 5.2) não permite identificar a proporção destes projetos no total dos projetos, sendo igualmente muito relevante compreender o montante de investimento destes projetos.

130. Existem igualmente indicadores de resultado que apresentam uma formulação muito genérica, não permitindo diferenciar entre as tipologias de ação apoiadas, como é o caso do indicador associado ao RSO 4.6, que não permite distinguir entre operações apoiadas em matéria cultural, turística ou a combinação das duas dimensões.

131. Em suma, considera-se que é necessário realizar ajustamentos ao nível da qualidade dos indicadores de resultados associados ao PR Alentejo 2030 para que possam aferir concretamente os resultados das operações apoiadas pelos FEEI.

4.2.6. Fontes de alimentação de indicadores e de metas

132. A análise do ficheiro metodológico relativo ao cálculo de indicadores permite concluir que o histórico da programação do Alentejo 2014-2020 é, com ou sem recurso ao método dos custos unitários desse histórico, a principal fonte para o cálculo do indicador e das metas associadas, querendo dizer que será o Sistema de Informação do próprio PR Alentejo a fonte de referência. Noutros casos, que não são dominantes, o cálculo é realizado a partir de fontes como o INE, a ANACOM e entidades do setor da energia. Curiosamente, no *template* analisado não existe recurso ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) que poderia ser importante para os indicadores que cobrem o RSO 1.1. Mesmo nessas matérias, o histórico do Alentejo 2014-2020 é o principal recurso.

4.2.7. Grau de adequação e realismo de metas

133. O quadro seguinte apresenta um primeiro comentário relativamente à adequação e realismo das metas definidas pelo Programa Alentejo 2030.

Tabela 9 – Análise crítica das metas definidas pelo PR Alentejo 2030

134.

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
RSO 1.1	A meta correspondente ao indicador RCO01 revelou ao longo dos sucessivos templates uma enorme variabilidade, estabilizando na versão submetida à CE no valor de 38 PME. A excessiva prudência desta meta resulta da aplicação do histórico do Alentejo 2014-2020 (SI&DT) e do método do custo unitário.	Nada a comentar quanto à meta do indicador RCR02 que mede o investimento privado que secunda o apoio público - 11M de euros, que aliás teve uma duplicação nas duas últimas versões do template do PR.
	Idem para a meta do RCO02, que é igual à do RCO01, já que todo o apoio é realizado sob a forma de subvenções.	Fortes reservas à falta de ambição da meta associada ao indicador RCR03, de 11 PME com inovação produto ou processo em projetos apoiados pelo RSO 1.1. Segundo a AEA, o pressuposto de associar a inovação produto ou processo apenas a empresas não existentes há mais de 3 anos é extremamente redutor e estabelece uma forte dissonância como o modo como o <i>Community Innovation Survey</i> trata o problema na Região. A prudência excessiva da meta anuncia também à partida um fraquíssimo impacto do Programa.
	A meta do indicador RC005 de 11 novas empresas apoiadas (empresas não existentes três anos antes do apoio) é excessivamente conservadora. O recurso ao histórico do SI Empreendedorismo Qualificado e Criativo pode ser enganador, já que podem existir empresas a candidatar-se ao PR Alentejo que não existiam há mais do que 3 anos. Além disso, o indicador não recorreu a qualquer dado de demografia empresarial na Região Alentejo nos últimos 3 anos.	Curiosamente, a meta de 50 pedidos de patentes associadas ao indicador RCR06 já reflete alguma ambição, mas a justificação da meta parece largamente desajustada. Ela baseia-se no pressuposto de que a cada projeto de investigação apoiado corresponde um pedido de patente. Não se entende o pressuposto e a não utilização dos dados Eurostat sobre a matéria.
	O que contrasta com alguma generosidade da meta do indicador RCO06 investigadores ETI a trabalhar em instituições apoiadas (214). A comparação entre as metas RC005 e RC006 sugere que o SRI Alentejo continua a ter dificuldades de extensão empresarial. Mas a meta de 214 investigadores resulta de análise das instituições de investigação associadas aos domínios EREI Alentejo, o que reforça a sua fundamentação.	A meta de 100 publicações resultantes de projetos apoiados – indicador RCR08 parece conservadora face ao enviesamento atrás referido.
	A meta do indicador RCO10 é também fortemente conservadora (11 empresas com atividades de cooperação com as organizações de investigação) constitui à partida um indicador do fraco impacto do PR Alentejo 2030 nesta matéria. É de novo o histórico da programação 2014-2020 (I&D em copromoção) a explicar a prudência excessiva.	
RSO 1.2	A meta de 16 instituições apoiadas em processos de digitalização parece equilibrada (indicador RCO 14)	A meta de 238.368,00 utilizadores (indicador RCR11), que praticamente duplicou da penúltima para a última versão do PR, equivale a uma média de pouco mais de 14.898 utilizadores por infraestrutura digital apoiada, que deve ser compreendido no quadro da baixa magnitude de residentes de cada município alentejanos. Não foi este, porém, o racional de determinação. Predominou a utilização do histórico do Alentejo 2014-2020 relativo aos apoios à modernização administrativa.
RSO 1.3	A meta do RCO01 de 315 empresas apoiadas (que equivale a uma redução superior a 50% relativamente ao penúltimo template), foi estabelecida em função da programação anterior (Custo unitário: foi considerado o fundo médio por empresa das operações das tipologias PAPN, SI2E CIM, SI Inovação, apoiadas pelo	A meta de 157 postos de trabalho em entidades apoiadas no indicador RCR01 (mas a meta de realização de 315 empresas apoiadas também o é) parece ser extremamente conservadora numa Região em que a criação de emprego é uma das condições para a atração de residentes. O racional assenta também em valores históricos do investimento produtivo no

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	Alentejo 2020, de 260 mil euros, com atualização da inflação) e reflete bem as limitações da utilização de valores históricos.	Alentejo 2014-2020 (metade gerou emprego com o seu crescimento).
	Idem para o RCO02 – todas as empresas apoiadas são-no por via de subvenções.	A meta de 103 empresas com aumento do volume de negócios no indicador RCR19 é também muito conservadora, mas tem racional no histórico de programação.
	A meta de 40 empresas apoiadas por instrumentos financeiros reflete a parcimónia de mobilização de instrumentos financeiros pelo Programa, sendo nesse contexto adequada. Também aqui vingou o uso do histórico de programação.	A meta de 266 empresas com processos de inovação processo e/ou produto resulta da aplicação de um rácio de 70% ao valor do RCO01. O racional é limitado.
	O RSO16 é um indicador novo relativamente a templates anteriores e mudou o número de empresas acolhidas pelas áreas empresariais apoiadas para a área infraestruturada. A meta prende-se com histórico de programação.	A meta de 140 PME instaladas resulta da aplicação do método do custo unitário ao histórico de programação.
RSO1.4	A meta de 32 intervenientes institucionais a participar em processos de descoberta empreendedora (indicador RCO16) parece refletir a amplitude do SRI institucionalmente falando. O facto do indicador não isolar o número de empresas participantes reduz substancialmente o alcance da análise crítica.	Como o indicador de realização RCO16 e o indicador de resultado RSRO3 praticamente se confundem, a meta de 42 instituições envolvidas pela mesma limitação.
RSO 1.5	O número de empresas de 5.261 que se estabelece como meta para o impacto empresarial das redes de banda larga de elevada capacidade apoiadas (indicador RCO42) é sugestivo,. A base de cálculo tem fonte na Percentagem de cobertura de Redes de elevada capacidade por 100 Estabelecimentos*, no 1T022, por concelho.	A meta associada ao indicador RCR54 de 663 novas assinaturas nas redes apoiadas já parece mais moderada. Este indicador de resultado e consequentemente a sua meta depende do esforço comercial de operadores, por isso a AEA considera que ele não mede verdadeiramente apenas o resultado da ação do Programa. O racional da meta resultou de se utilizar a penetração de estabelecimentos cobertos com redes de elevada capacidade no final do 1T2022 e o número estimado do acréscimo de estabelecimentos com acesso a banda larga de capacidade muito elevada (RCO 42), com agregação de dados de concelho em NUTS II
	O mesmo se pode dizer em relação à meta de 68.680 de habitações com novo acesso a essas redes. Considerando que em 2020 a ANACOM regista no Alentejo a existência de 228.471 acessos residenciais a serviço de internet de banda larga em local fixo, isso significa que a meta envolve cerca de 1/3 desses acessos, o que parece ser uma meta com alguma ambição.	O mesmo se diga para a meta do indicador RCR53, mas neste caso a percentagem de habitações com assinatura é fixada em cerca de 62% da realização, ao passo que nas empresas essa percentagem é apenas de 12%. Foi aplicada a taxa de penetração de clientes residenciais de redes de elevada capacidade no final do 1T2022 ao número estimado do acréscimo de habitações com acesso a banda larga de capacidade muito elevada (RCO 41)
RSO 2.1	Em relação aos indicadores RCO18 RCO19, as metas foram definidas tendo em conta o custo histórico das operações análogas (e respetivas áreas). Parece-nos ser metas ajustadas.	Meta definida com base (i) no ECOAP2030, que define uma redução de 40% para o consumo primário de energia e (ii) no histórico de resultados de projetos similares do PT2020.
RSO 2.2	Meta definida tendo por base o estudo “Comunidades de Energia Renovável, desenvolvido pela Agência Regional de energia e Ambiente do Norte Alentejano, na qual se almeja para o	Meta definida assumindo uma produção média de ~803 MWh/ano por comunidade de energia renovável.

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	desenvolvimento de 3 Comunidades de Energia Renovável por cada NUTS III. Parece-nos uma meta ajustada.	
RSO 2.4	<p>RCO24: meta definida tendo por base o histórico das operações com tipologia semelhante no Alentejo 2020, i.e., custo unitário médio das operações aprovadas na área de operação.</p> <p>RCO25: meta baseada nos resultados históricos do PO SEUR, no âmbito de tipologias similares com financiamento no PT 2020.</p> <p>RCO27: meta resultante da elaboração de 5 estratégias a nível NUTS III, onde custo unitário foi baseado no custo médio de estratégias regionais semelhantes.</p> <p>RCO28: meta definida com base nas Cartas de Risco por NUTS III (da área do Alentejo, 42% é considerada área de risco).</p> <p>De uma forma geral, as metas parecem-nos ajustadas para as dotações afetadas.</p>	<p>RCR35: Meta definida tendo por base a carta de risco de inundações (~5% da população residente).</p> <p>RCR 36: meta definida tendo por base a população identificada como residente em local com risco de incêndio florestal (~10% da população).</p> <p>RCR 37: mesmo que RCR35.</p> <p>De uma forma geral, consideram-se as metas adequadas.</p>
RSO 2.5	<p>RCO 30: meta definida com base no histórico do PO SEUR, no âmbito do PT 2020, tendo em conta as operações dos investimentos análogos e a respetiva extensão de condutas intervenzionadas. Metas ajustadas para a dotação financeira.</p> <p>RCO 31: Meta definida com base no histórico do PO SEUR, no âmbito do PT 2020 na Região Alentejo.</p> <p>RCO 32: meta definida com base em histórico dos apoios efetuados em períodos de programação anterior (cerca de 70% da população já foi abrangida neste tipo de investimentos).</p> <p>De uma forma geral parece-nos que as metas estão ajustadas.</p>	<p>RCR 41: meta definida tendo em conta ~50% da população total do Alentejo, dado que se estima que os outros 50% já beneficiaram de apoios para esta tipologia de investimento em períodos de programação anteriores.</p> <p>RCR 42: meta definida tendo em conta ~30% da população total dado que se estima que os outros 70% já beneficiaram de apoios para esta tipologia de investimento em períodos de programação anteriores.</p> <p>RCR 43: meta definida de acordo com o RA-SARP 2021, que prevê uma redução de 20% face ao valor atual.</p> <p>De uma forma geral, as metas parecem-nos adequadas.</p>
RSO 2.6	<p>RCO01: meta calculada pela divisão da dotação da tipologia alocada ao indicador, pelo custo unitário fundo. O custo unitário (550 mil euros) teve por base o fundo médio, já atualizado, aprovado por operação no âmbito do SI Inovação Produtiva (Alentejo2020).</p> <p>RCO 34: meta calculada pela divisão da dotação da tipologia alocada ao indicador, pelo custo unitário fundo, tendo em conta as tipologias idênticas no âmbito do PT2020 (PO SEUR). Considerou-se o investimento em projetos similares no período de programação anterior.</p> <p>De uma forma geral, consideramos os indicadores ajustados.</p>	<p>RCR 47: meta definida tendo em conta (i) a capacidade atual de reciclagem de resíduos, (ii) somando a capacidade atual de reciclagem definida pela meta do RCR 34.</p> <p>RCR 48: meta definida com base em 30% dos resíduos reciclados previstos pelo RCR 47.</p> <p>RCR 03: meta estabelecida com base no número de empresas apoiadas no âmbito do SI Inovação Produtiva (Alentejo2020), com referência ao Indicador de realização RCO 01.</p> <p>Metas adequadas para a dotação financeira afetada.</p>
RSO 2.7	<p>RCO 36: meta estimada com base no custo histórico das tipologias idênticas no âmbito do QREN/INALENTEJO e no Alentejo 2020.</p> <p>RCO 37: foi considerada a área total da Rede NATURA 2020 do Alentejo.</p> <p>RCO 38: meta estimada com base no custo médio de apoio de projetos aprovados no âmbito do POSEUR.</p> <p>RCO 39: meta definida com base nas duas zonas obrigatórias de monitorização - Alentejo Litoral e Alentejo Interior.</p> <p>De uma forma geral, as metas ajustam-se à dotação financeira.</p>	<p>RCR 50: meta definida com base na população residente nas zonas identificadas.</p> <p>RCR 52: meta definida tendo em consideração a totalidade das áreas reabilitadas.</p> <p>RCR 95: meta definida tendo em consideração a população residente em centros urbanos, beneficiária das infraestruturas verdes novas e/ou melhoradas.</p>

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
RSO 2.8	<p>RCO 58: meta estimada com base no histórico de operações da mesma tipologia no âmbito do Alentejo 2020.</p> <p>RCO 60: meta definida pelo somatório dos Centros Urbanos Regionais e Estruturantes no âmbito das ITI CIM. Quociente entre o investimento total pelo nº de Centros urbanos no âmbito das ITI CIM</p> <p>Metas ajustadas.</p>	<p>RCR 62: meta definida tendo em conta a população residente em centros urbanos que contam com transportes públicos regulares.</p> <p>RCR 64: meta definida tendo por base a população residente na área de abrangência do PR Alentejo.</p>
RSO 3.2	<p>Meta definida tendo por base o contributo das instituições Infraestruturas de Portugal (IP) e Comboios de Portugal (CP).</p>	<p>Meta definida tendo por base o contributo das instituições Infraestruturas de Portugal (IP) e Comboios de Portugal (CP).</p>
ESO 4.1	<p>Meta definida por referência ao custo unitário de cada posto de trabalho, calculado a partir do histórico do + CO3SO Emprego do Alentejo 2020, de 3 IAS - Índices de Apoio Social por mês por trabalhador, acrescidos de encargos sociais obrigatórios, sendo estes custos reais acrescidos de um apoio fixo de 40% (OCS), durante 36 meses. Atendendo a este valor de referência, a meta parece ajustada ao tipo de apoios a conceder.</p>	<p>A meta foi definida com base no histórico do indicador "Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio", do Alentejo 2020, de 60%.</p> <p>A meta deste indicador de resultado representa cerca de 60% dos participantes nas medidas financiadas, pelo que nos parece adequada atendendo à realização.</p>
ESO 4.4	<p>Para a definição da meta foram consideradas as contabilizações de postos de trabalho, em operações contratadas, cada um deles com custo unitário calculado com base na atribuição histórica dos apoios de natureza semelhante (Contratação de RH Altamente Qualificados no Alentejo 2020, incluindo empresas e entidades de interface), considerando um custo unitário histórico de 350 mil euros por projeto, com uma média de 3 pessoas contratadas por projeto, para um período de 36 meses. Atendendo a este valor de referência a meta parece ajustada ao tipo de apoio a conceder.</p>	<p>EESR03: meta definida tendo em consideração a meta definida no Alentejo 2020 para o indicador R.11.01.01.E - Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos, após a frequência da formação, no âmbito da PI 11.1. Tendo em considera</p> <p>EESR30: na ausência de dados históricos foram tidos em consideração dados do Eurostat relativamente ao indicador recém graduados.</p> <p>As metas definidas parecem-nos adequadas.</p>
ESO 4.6	<p>Para o cálculo da meta, considerou-se o histórico de operações contratadas no âmbito do Alentejo 2020 - CTESP, numa perspetiva de um custo unitário médio por aluno e por ciclo formativo (com uma duração de 18 meses por ciclo formativo), de 5266€, acrescido de um aumento por aplicação da taxa de inflação de 15%, resultando 6.056€, correspondendo a uma média de 50 alunos por projeto. Atendendo a este valor de referência a meta parece ajustada ao tipo de apoio a conceder.</p>	<p>A meta foi definida tendo em consideração a meta do Alentejo 2020 para 2023 em indicador semelhante (TESP do ALT2020), considerando a pertinência do valor e a conjuntura socioeconómica atual. Considera-se que a meta encontra-se ajustada.</p>
ESO 4.8	<p>EESO18: meta calculada com base no custo médio dos projetos das tipologias "Cultura para Todos" e "Apoio à inclusão de pessoas em situação de sem-abrigo" do Alentejo 2020, no valor de 350 mil euros. Dados valores históricos e as dificuldades de trabalhar com públicos desfavorecidos, considera-se que a meta se encontra ajustada.</p> <p>EESO11: Foi considerado como valor de referência o PT 2020, em termos de investimento e operações apoiadas. Considera-se que face ao histórico de operações de inovação social no território, a meta poderia ser mais ambiciosa.</p>	<p>EESR23: meta calculada atendendo ao indicador de realização EESO18 e a uma taxa de quebra mínima de 10%. Considera-se a meta ajustada face ao indicador de realização.</p> <p>EESR14: calculado a partir do histórico de operações apoiadas pelo Portugal Inovação Social (0,8 entidades envolvidas por projeto). A meta é calculada multiplicando o número médio de entidades envolvidas por projeto, pela meta do indicador "EESO11 - Projetos de inovação e experimentação social apoiados", considerando que pode haver sobreposição de entidade entre projetos. Considera-se que a meta poderia</p>

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
		ser mais ambiciosa, como já referido ao nível do indicador de realização.
ESO 4.11	<p>EESO07: Considerou-se na definição da meta o custo histórico unitário médio por projeto das operações do PIICIE do Alentejo 2020, contudo considera-se que a meta é pouco ambiciosa face ao universo de escolas existentes no Alentejo</p> <p>EESO30: meta definida tendo em consideração o n.º de alunos envolvidos no PIICIE, revisto em baixa, e um maior alargamento das operações aos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário. Foi considerado um custo por aluno de 1010 euros. Considera-se que a meta poderia ser um pouco mais ambiciosa.</p>	Meta calculada pelo incremento da taxa de conclusão em tempo normal, tendo em consideração a evolução de idêntica taxa apurada para o período 2015-2020. Considera-se que a meta se encontra ajustada face às realizações previstas.
RSO 4.2	Meta calculada a partir do histórico do Alentejo 2020 e admitindo um acréscimo de 20% do n.º de alunos que frequentam cursos Tesp. Considera-se que a meta poderia ser ligeiramente mais ambiciosa.	A meta foi definida tendo por base a média resultante do histórico do Alentejo 2020 na Tipologia de intervenção 74 - Equipamentos de Ensino Superior que obteve 70% dos alunos com certificado. Considera-se uma meta adequada face à oferta formativa em questão.
RSO 4.5	A meta foi definida com base na estimativa dos utilizadores anuais de equipamentos hospitalares (consulta efetuada aos dados disponíveis no portal do SNS na região Alentejo, em abril 2022). Considera-se que a meta poderia ser ligeiramente mais ambiciosa	Meta definida tendo por base os dados históricos do Alentejo 2020 relativos aos utilizadores dos 5 hospitais. Considera-se que a meta poderia ser um pouco mais ambiciosa face à dotação financeira do RSO
RSO 4.6	A meta foi definida com base no custo médio dos projetos aprovados da mesma tipologia no Alentejo 2020 (Quociente do total do investimento em projetos similares pelo n.º de sítios culturais e turísticos). Considera-se uma meta adequada face à dotação financeira do RSO	A meta foi definida com base no custo médio dos projetos aprovados da mesma tipologia no Alentejo 2020 (tipologia de intervenção 14 - no âmbito do património cultural) Trata-se de uma meta adequada face à dotação financeira do RSO
RSO 5.1	<p>RCO 74: Meta definida com base no somatório de pessoas abrangidas por projetos a desenvolver no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas (ITI CIM/NUTIII, uma vez que a área territorial abrangida pelas ITI Redes Urbanas se insere na área geográfica das NUTIII)</p> <p>RCO 75: meta definida com base no somatório do n.º de Pactos NUT III (5) e Redes urbanas (5) Consideram-se as metas adequadas face à dotação financeira do RSO</p>	<p>RSR10: Meta calculada com base no histórico das operações do Alentejo 2020. Considera-se 8 projetos intermunicipais por cada CIM ($40=8*5$). Considera-se uma meta ajustada.</p> <p>RSR11: Meta definida com base no histórico de operações do Alentejo 2020. Considera-se um projeto por cada instituição envolvida (ADRAL, IPP Portalegre, IPP Santarém, IPP Beja; Universidade de Évora, CCDRA). Considera-se que poderiam ser contempladas outras entidades, ainda que de menor dimensão, para envolvimento nos projetos.</p>
RSO 5.2	<p>RCO 74: Meta definida com base no somatório de pessoas abrangidas por projetos a desenvolver no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas.</p> <p>RCO 75: Meta definida com base no somatório dos PROVERE (5), das ITI Temáticas (2) e das Parcerias Coesão (3)</p> <p>Metas adequadas face à dotação financeira do RSO</p>	<p>RSR10: meta definida com base no histórico de operações do Alentejo 2020 - 3 projetos intermunicipais por ITI ($6=3*2$). Considera-se uma meta ajustada</p> <p>RSR 11: meta definida com base no histórico de operações do Alentejo 2020. Consideram-se as entidades envolvidas (6 - IPP Beja, Universidade de Évora, Universidade do Algarve, IPP Santarém, CCDRA).). Considera-se que poderiam ser contempladas outras entidades, ainda que de menor dimensão, para envolvimento nos projetos.</p>
JSO8.1	RCO 01: meta definida através de custo unitário acrescido a taxa de atualização por via da inflação (15%) com base no custo histórico do	RCR 01: meta definida tendo em conta resultados históricos no período de programação anterior no PO temático.

RSO/ESO	Análise crítica das metas	
	Realizações	Resultados
	<p>Alentejo 2020, no âmbito da tipologia de Inovação produtiva PME.</p> <p>RCO 02: idem.</p> <p>RCO 57: meta obtida por estimação média de 20% dos movimentos pendulares subjacentes às PT a criar nas bacias de emprego, venham a recorrer ao transporte público.</p> <p>EECO 01: meta definida considerando um custo unitário 7.500€ que resulta da estimativa de 1.000 horas por curso de reconversão profissional com um custo/hora/formando de 7,5€ por referência à OCS para a formação da Administração Pública</p>	<p>RCR 03: meta definida com base no histórico de empresas apoiadas no Alentejo 2020.</p> <p>RCR 62: meta estimada na premissa que 20% dos movimentos pendulares subjacentes à população ativa venham a recorrer ao transporte público.</p> <p>ECCR 04: meta definida com base no histórico de indicador similar "Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio", do Alentejo 2020, de 60%.</p>

135. Em síntese, salvo reduzidas exceções, o estabelecimento das metas do PR Alentejo 2030 foi concretizado essencialmente a partir de valores históricos de programação do Alentejo 2014-2020, variando apenas a utilização do custo unitário de referência. Esta dependência dos valores das metas relativamente ao histórico de programação compreende-se em termos de garantia de condições de segurança na formação de procura, mas tem inconvenientes sérios numa região com as características do Alentejo. Em certos domínios, como por exemplo os do OP1, o histórico reflete as tradicionais dificuldades de formação de procura para esses domínios de intervenção. Ao utilizar essa referência, a inércia do passado é automaticamente reproduzida, conduzindo a metas muito conservadoras para a dotação do Alentejo 2030. A AG deixa de ter, por essa via, um estímulo mais forte para a dinamização proativa da procura. A prudência justifica-se num quadro de financiamento baseado em resultados, mas tende a prolongar uma situação, cuja evolução deveria ser em alguns casos mais disruptiva.

4.2.9. Adequação de dispositivos de monitorização e avaliação

136. Na versão do PR Alentejo 2030 submetida à Comissão Europeia não existe informação relativa aos processos de monitorização e avaliação da implementação do Programa. Se em matéria de avaliação se compreende que as AG preferem integrar-se no Plano Nacional de Avaliação, já no que respeita aos dispositivos de monitorização a questão coloca-se sobretudo em função da avaliação de experiência dos períodos de programação anteriores.

137. De acordo com a AEA, a monitorização pode ser organizada a dois níveis: o da implementação em linha com o tipo de informação que é necessário construir para elaborar os Relatórios Anuais de Execução e o que pode ser designado de monitorização estratégica do Programa, modalidade mais exigente sobretudo do ponto de vista das necessidades de informação a satisfazer e da dotação de recursos técnicos e humanos que é necessário reunir.

138. Antes de equacionar a possibilidade de criação de uma unidade de monitorização estratégica, haverá de ter em conta o seguinte:

- Do ponto de vista da monitorização de implementação, sobretudo da monitorização de resultados, a AEA remete para a análise crítica realizada, a qual em sede de definição dos processos de alimentação desses indicadores, fornece elementos para melhorar significativamente a sua pertinência e adequação;
- Essa monitorização de resultados depara-se quase sempre com a tardia concretização desses indicadores, sobretudo porque num modelo de financiamento baseado em resultados, o encerramento das operações é essencial;
- Em matéria de monitorização de implementação, e dada a opção de se ter utilizado o mapa de indicadores comuns de FEDER e FSE + contemplados nos respetivos regulamentos, abre-se o processo de maximizar a utilização do potencial informativo do Programa para montar a bateria

de indicadores de realização e resultado oportunamente selecionados; esse processo está concluído e tem existência material no Ficheiro EXCEL disponibilizado à equipa de avaliação para análise;

- A monitorização estratégica do Programa é mais ambiciosa já que estará aí em causa a monitorização do modo como o PR estará ou não a contribuir para os impactos esperados, convergindo obviamente com outros impulsos e origens de programação situados fora do seu campo de intervenção do PR; nesses outros campos, destacam-se os Programas com maior intensidade de coerência externa com o PR Alentejo (ver análise de coerência externa), por exemplo PT ITD, PT DQI, PE PAC e PRR; a monitorização estratégica tenderá obviamente a manter uma forte relação com a avaliação de impactos;
- A AEA considera que seria compreensível admitir que, não existindo no Programa qualquer referência a indicadores de impacto (que a equipa de avaliação definiu para completar o quadro lógico das diferentes Prioridades de Investimento), a CCDR Alentejo e a futura AG do Programa considerem que a monitorização estratégica não pode resultar apenas da iniciativa regional, exigindo o envolvimento de autoridades nacionais como a AD&C para proporcionar externalidades positivas na disponibilização de informação e sobretudo na construção de indicadores de impacto;
- O que é neste momento possível antecipar é que a monitorização estratégica terá sempre de distinguir entre duas realidades: (i) intervenções do PR de natureza similar à dos outros PR ou instrumentos de política pública, apenas com a diferença da massa de recursos financeiros mobilizada pelas diferentes fontes de produção de impactos; (ii) intervenções de natureza diversa independentemente dos recursos financeiros alocados, que exige obviamente outro tipo de monitorização, designadamente das complementaridades esperadas entre as diferentes fontes de impactos. Trata-se de matéria que em sede própria de recomendações dará origem a propostas da AEA não unicamente dirigidas à CCDR Alentejo e futura AG do Programa, mas envolvendo também autoridades nacionais como a AD&C. A avaliação por parte da CCDR Alentejo se é possível reunir internamente os recursos técnicos e humanos para essa monitorização estratégica dependerá obviamente também do pronunciamento dessas autoridades sobre a matéria, sobretudo sobre o tipo de informação de indicadores de impacto que possa ser disponibilizado a nível nacional para servir todos os PR;
- A monitorização estratégica exigirá sempre métodos mais expeditos de antecipação de resultados, sem ter de esperar necessariamente pela existência de indicadores de resultados para todas as operações.

4.2.10. Dotação de recursos dos sistemas de monitorização e avaliação

139.A AEA considera que a organização dos sistemas de monitorização e avaliação poderia obedecer aos seguintes princípios:

- A monitorização de realizações e resultados deve acompanhar a gestão da implementação do PR, fornecendo elementos relevantes para ajustar a gestão da procura e sobretudo a qualidade dos projetos /operações a privilegiar; a montagem atempada do sistema de indicadores de realização e resultado é fundamental para o processo, sobretudo com a indicação dos tempos e períodos de alimentação desse sistema; para que a AG possa monitorizar a qualidade das operações que está a apoiar, podem ser criados processos complementares de audição e acompanhamento de projetos mais estruturantes para ajuizar desse critério de qualidade;
- A monitorização estratégica deve estar essencialmente ligada à gestão estratégica do PR, em profunda ligação com a avaliação de impactos, cujo aprofundamento exigirá estudos e investi-

gação específicos, mediante o estabelecimento de parcerias com entidades do sistema de investigação regional ou a integração no Plano Nacional de Avaliação de avaliações específicas para esse efeito em que a realidade do Alentejo seja devidamente contemplada; esta dimensão da monitorização estratégica deverá estar devidamente articulada com a monitorização da implementação da RIS 3 Alentejo, sobretudo dos desenvolvimentos observados em torno das oportunidades transformativas que são nela identificadas.

140.A criação de um sistema (ou de uma unidade) de monitorização estratégica exige uma correta avaliação da dotação de recursos técnicos e humanos que será necessário reunir. A AEA tomou devida conta das dificuldades expressas pela equipa da CCDR Alentejo que preparou o Programa e acompanhou as negociações com autoridades nacionais e a Comissão Europeia e considera que só no caso dessas dificuldades serem ultrapassadas tem sentido pensar na monitorização estratégica. No modelo desejável, a monitorização de implementação do PR e a monitorização estratégica devem, sob uma única supervisão, assentar em equipas técnicas específicas, acrescido do facto da monitorização estratégica do PR dever integrar a monitorização da RIS 3 Alentejo, a partir do momento em que PR Alentejo e o PT ITD representam os veículos cruciais para a implementação das oportunidades (atividades) transformativas.

141.A tabela seguinte ensaia a caracterização das funções associadas a cada uma das unidades de monitorização.

Tabela 10 – Funções das unidades de monitorização

Unidades de monitorização	Descrição de funções	Recursos humanos associados
Monitorização de implementação	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a alimentação atempada de indicadores de realização e de resultado a partir do sistema de informação do PR; Coordenar e definir extrações específicas de informação a realizar a partir do SI do PR de modo a gerar cálculos específicos de alguns indicadores de resultado Realizar sínteses periódicas (semestrais) de implementação do PR com base na análise de indicadores; Sinalizar pontos críticos de evolução da procura dos apoios do PR (realizações) e de resultados Organizar audições e painéis informais de projetos considerados estruturantes para aferir da qualidade esperada das operações aprovadas. 	Sugere-se uma unidade composta por 5 elementos, um dos quais com valências na área da estatística, assegurando a seguinte especialização temática: <ul style="list-style-type: none"> I&DT e atividade empresarial Descarbonização e transição climática Emprego, educação, formação e inclusão social Intervenções territoriais
Monitorização estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Estabilizar os indicadores de impacto a considerar e assegurar a sua mobilização atempada em articulação com as autoridades nacionais encarregadas de monitorizar o PT 2030 Selecionar e acompanhar a implementação de projetos estruturantes apoiados pelo PR do ponto de vista dos impactos a gerar Acompanhar com sínteses periódicas a implementação na Região dos três Programas Temáticos Monitorização da RIS 3 Alentejo Acompanhamento dos processos de descoberta empreendedora desenvolvidos em torno das oportunidades transformativas 	A composição necessária será ajustada em função do grau de cooperação que seja possível estabelecer com as autoridades nacionais. Sugere-se uma unidade composta por 3 elementos, com a seguinte especialização: <ul style="list-style-type: none"> 1 elemento para cobrir as matérias da investigação, inovação e transferência de conhecimento, ocupando-se dos Programas mais diretamente ligados a esta matéria (PT ITD, PRR, PE PAC); 1 elementos para o acompanhamento de toda a problemática da transição energética e climática;

Unidades de monitorização	Descrição de funções	Recursos humanos associados
		<ul style="list-style-type: none"> • 1 elementos para o acompanhamento das questões da transição demográfica, qualificações e inclusão social.

4.2.11. Questões de simplificação administrativa

142.O Programa sob avaliação não fornece informação suficientemente desenvolvida de modo a permitir uma resposta fundamentada a esta sub-questão de avaliação. Admite-se que a futura AG do Programa esteja expectante quanto a decisões de simplificação administrativa, designadamente a utilização de custos simplificados, que possam ser tomadas a nível nacional de coordenação de todo o PT2030.

4.2.12. Propostas de avaliação de impactos

143.Tal como resulta do trabalho realizado na elaboração dos quadros lógicos das diferentes Prioridades de Investimento do Programa, por coerência com o alcance desses quadros lógicos, a AEA apresentou uma proposta de indicadores de impacto.

144.Tal como tivemos oportunidade de referir, estes indicadores devem ser entendidos como algo para o qual o PR Alentejo contribuirá, mas que obviamente resultarão também da influência de outros instrumentos de programação. Neste aspeto dos contributos, haverá que distinguir entre duas situações: intervenções de natureza similar às do PR Alentejo mas que apresentam uma massa de recursos financeiros mais robusta; intervenções cuja natureza é diversa, independentemente da massa de recursos financeiros que lhe é alocada, e que suscita pois questões de análise de complementaridade.

145.Uma questão totalmente distinta é a que se prende com a necessidade de realização de avaliações de impacto específicas.

146.Neste campo, a AEA propõe três avaliações de impacto específicas, que podem perfeitamente integrar o Plano Nacional de Avaliação:

- Avaliação do impacto dos apoios FEDER (PR Alentejo e outros Programas Temáticos) no desenvolvimento de dinâmicas virtuosas de transferência de conhecimento e inovação no sistema produtivo regional;
- Avaliação dos impactos do PR Alentejo e Programa Temático DQI no combate à mudança demográfica;
- Avaliação dos impactos do PR Alentejo, Programas Temáticos da ITD e ACS e PE PAC (FEADER) na reconversão dos sistemas produtivos da Região em matéria de transição energética, descarbonização e adaptação à transição climática.

147.A razão para esta seleção de avaliações de impacto está em linha com o modo como a programação do PR Alentejo e coerência externa com Programas Temáticos aborda os grandes desafios regionais: transição para um modelo produtivo com maior intensidade de conhecimento-inovação no quadro de um Sistema Regional de Inovação mais consolidado; abordagem transversal ao desígnio da mudança demográfica e adaptação dos modelos produtivos, particularmente os agrícolas, à transição climática.

4.2.13. Informação de suporte necessária às avaliações de impacto

148.A informação de suporte considerada necessária pela equipa de avaliação pode distribuir-se:

- Indicadores de impacto conforme proposta apresentada neste RFP;
- Extrações específicas de informação a partir do SI de suporte ao PR Alentejo, envolvendo essencialmente informação de projetos encerrados, com possibilidade de comparação início –

fim;

- Processos de inquirição a desenvolver pelas equipas responsáveis por tais avaliações de impacto;
- Trabalho realizado a nível nacional (cooperação AD&C e INE, por exemplo) de maneira a gerar externalidades positivas de informação para todos os PR.

4.3. Consistência da alocação de recursos financeiros

4.3.1. Coerência dos recursos alocados com as necessidades e desafios do diagnóstico regional

149. Tal como oportunamente foi referido, os desafios estratégicos regionais assumidos na estratégia regional são os seguintes:

- A revitalização demográfica por via de melhoria de condições de competitividade e acesso a emprego de melhor qualidade;
- A sustentabilidade territorial e a valorização do capital natural;
- A consolidação do Sistema Regional de Inovação;
- A valorização de ativos e recursos internos numa perspetiva de alargamento da base territorial de competitividade;
- A valorização do sistema urbano regional;
- O reforço da governação e das ações coletivas.

150. Na versão submetida à CE, a dotação global de fundo do PR Alentejo é a seguinte:

- FEDER – 875.509.220,00 €;
- FSE + - 129.923.756,00 €;
- FTJ – 98.946.818,00 €;
- TOTAL – 1.104.379.794,00.

151. A legibilidade da alocação dos recursos financeiros da programação em função do quadro de desafios estratégicos regionais anteriormente explicitados não é perfeita. A exceção mais evidente a essa não total legibilidade é a da resposta ao desafio estratégico da sustentabilidade territorial e da valorização do capital natural. À sua conta, a Prioridade 2A do OP representa 26,7% dos recursos do Programa e 33,68% do FEDER, com relevo para os RSO 2.5 (12,69%) e RSO 2.6 (6,63%) em relação à dotação total do PR, este último fortemente concentrado na gestão de resíduos, já que os apoios destinados à economia circular foram substancialmente reduzidos nesta versão do PR. A Prioridade 2A, ainda que fortemente penalizada pela redução dos recursos para a economia circular, surge claramente como o melhor exemplo de adequação da alocação de recursos a esse desafio tal como ele é formulado na estratégia regional. É verdade que a valorização da biodiversidade (1,77% dos recursos do PR) poderá ser considerada aquém da importância que a estratégia regional lhe confere, mas globalmente aquela Prioridade está fortemente em linha com o diagnóstico regional.

152. No que respeita à consolidação do SRI Alentejo, no âmbito da Prioridade 2A o RSO 1.1. capta apenas 5,43% da dotação do PR, com relevo para o investimento empresarial e valorização económica do conhecimento (4,88% da dotação do PR). Compreensivelmente, a Prioridade 2A dedica a maior quota de recursos ao RSO 1.3 (12,29% da dotação, essencialmente focada na qualificação e internacionalização, embora mantendo 3,22% dos recursos para infraestruturas e equipamentos não tecnológicos de apoio à competitividade). Embora globalmente se compreenda a relevância concedida pela programação em termos de dotação de recursos à Prioridade 2A, a comparação com os recursos do OP1 (Prioridades 1A e 1B) penaliza em alguma medida a necessidade da Região consolidar a alteração da sua estrutura produtiva, até porque o reforço do OP1 poderia ter sido conseguida sem penalizar os objetivos da sustentabilidade.

153. A dotação do OP1 é ainda reforçada pela componente das infraestruturas de digitalização, menos expressiva na digitalização da administração local (inserida na Prioridade 1A com apenas 0,46% da dotação), e mais expressiva nas redes de banda larga de elevada capacidade, a que correspondem 3,17%

da dotação de recursos.

154.A legibilidade da alocação dos recursos financeiros da programação relativamente ao desafio da mudança demográfica também não é a mais imediata, pois além da alocação de recursos financeiros constante dos RSO 5.1 e RSO 5.2, particularmente nos ITI CIM, ser dedicada a esse desígnio da mudança demográfica, haverá ainda que ter em conta o efeito indireto das ações de investimento produtivo empresarial. Assim, a abordagem ao desafio da mudança demográfica será particularmente exigente em termos de monitorização de convergência de ações apoiadas pelo PR, constituindo numa das matérias a suscitar mais e melhor atenção à futura AG.

155.Uma outra característica um pouco dececionante da programação financeira diz respeito à dimensão de recursos que ela consagra ao FSE, cerca de 11,8% da dotação total de FEEL, e que surge aliás fortemente atomizada em várias medidas e ESO. Assim, por exemplo, cerca de 1,53% de recursos para a formação de adaptação (contínua), partilhada com formação para a administração pública, parecem representar uma má opção de programação, não dotando a Região de elementos de apoio para a atração de investimento, que pode ter na formação cofinanciada um elemento de competitividade. Em contrapartida, os 0,45% de dotação total de recursos FEEL (5 milhões de euros) para a abordagem pioneira da inovação social poderão revelar-se insuficientes, admitindo que a dinâmica EMPIS/IPIS possa representar um ponto forte de dinamização de procura de apoios nesta área. Além disso, o facto de ter sido associada a uma prioridade específica 4B justificaria uma maior ambição de dotação de recursos.

156.Do ponto de vista global, os recursos alocados ao OP5 (OE 5.1 e OE 5.2) cruzam-se com vários desafios estratégicos regionais, começando pela transversalidade do desígnio da mudança demográfica, passando pela valorização do sistema urbano regional que através da PI “Centros Urbanos mais Verdes” capta no OP2 um complemento do seu financiamento e envolvendo a valorização económica de ativos e recursos endógenos. Do ponto de vista de base de recursos ao seu dispor, o OP5 está bem-dotado, constituindo-se também em área de monitorização relevante, dada a diversidade de desafios que cruzam este OP.

157.Tal como seria de prever, o desafio estratégico regional que fica pior coberto em termos de alocação de recursos é o da melhoria das condições de governação e ações coletivas.

158.É verdade que teremos ainda de considerar nos RSO 1.1 e 1.3 os recursos que serão alocados a ações coletivas, não se trata de nenhuma novidade, pois prolonga uma tradição do sistema de incentivos, as quais deveriam no entender da AEA ser objeto de maior rigor de aplicação, em função da necessidade de demonstração das externalidades positivas a elas associadas.

159.Mas do ponto de vista de apoio direto a questões de melhoria de governação, resta o milhão de € do RSO 1.4. relativo à especialização inteligente. O que é francamente pouco face à ambição com que o desafio estratégico da governação foi assumido. E na programação não são legíveis os apoios à capacitação institucional, o que ainda adensa mais a não cobertura pela programação deste desafio estratégico regional.

160.Finalmente, há que ter em conta que a Estratégia Regional atribuía à formação de competências uma forte relevância na transição para um novo paradigma produtivo. Ora, nessa perspetiva, a estrutura da programação financeira do PR é dececionante, dado o valor residual atribuído à formação de adaptação.

4.3.2. Coerência dos recursos alocados com os objetivos e prioridades

161.Dado o alinhamento observado entre o diagnóstico de necessidades e desafios que suporta o PR e a estrutura de objetivos e prioridades do PR, grande parte da resposta a esta sub-questão de avaliação está dada na secção anterior.

162.160. Começaremos por apresentar a estrutura financeira do PR Alentejo 2021-2027 e, no sentido

de contextualizar melhor essa estrutura da programação, apresenta-se de seguida a comparação possível com a programação financeira do período anterior (2014-2020).

A estrutura financeira do Pr Alentejo 2030

Prioridades / objetivos específicos / tipologia de ação	Fundo	Dotação (M€)	Dotação total do PR (%)	Dotação total do PR por Fundo (%)
Prioridade 1A	FEDER	199,40	18,06	22,78
RSO 1.1.	FEDER	60,00	5,43	6,85
Criação de conhecimento científico e tecnológico	FEDER	7,00	0,63	0,80
Investimento empresarial e valorização económica do conhecimento	FEDER	53,00	4,88	6,05
RSO 1.2.	FEDER	5,00	0,45	0,57
Digitalização da Administração Pública Local e CCDR Alentejo	FEDER	5,00	0,46	0,57
RSO 1.3.	FEDER	133,40	12,8	15,24
Qualificação e internacionalização das empresas	FEDER	98,40	8,91	11,24
Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à Competitividade	FEDER	35,00	3,17	4,0
RSO 1.4.	FEDER	1,00	0,09	0,11
Redes e capacitação institucional RIS3	FEDER	1,00	0,09	0,11
Prioridade 1B	FEDER	35,00	3,17	4,00
RSO1.5.	FEDER	35,00	3,17	4,00
Instalação, gestão, exploração e manutenção de redes de comunicações eletrónicas de capacidade muito elevada (banda larga)	FEDER	35,00	3,17	4,00
Prioridade 2A	FEDER	294,91	26,70	33,68
RSO 2.1.	FEDER	22,80	2,06	2,60
Eficiência energética na AP Regional e Local e Habitação Social	FEDER	22,80	2,06	2,60
RSO 2.2.	FEDER	10,00	0,91	1,14
Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	FEDER	10,00	0,91	1,14
RSO 2.4.	FEDER	29,31	2,65	3,35
Meios materiais para a proteção civil	FEDER	15,00	1,36	1,71
Gestão de recursos hídricos e adaptação às alterações climáticas	FEDER	14,31	1,30	1,63
RSO 2.5.	FEDER	140,10	12,69	16,00
CUA em alta (sistemas multimunicipais)	FEDER	15,00	1,36	1,71
CUA em baixa (sistemas municipais)	FEDER	80,10	7,25	9,15
CUA: Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização	FEDER	45,00	4,07	5,14
RSO 2.6.	FEDER	73,20	6,63	8,36
Gestão de resíduos: subinvestimentos em alta	FEDER	15,00	1,36	1,71
Gestão de resíduos: subinvestimentos em baixa	FEDER	56,00	5,07	6,40

Prioridades / objetivos específicos / tipologia de ação	Fundo	Dotação (M€)	Dotação total do PR (%)	Dotação total do PR por Fundo (%)
Economia Circular	FEDER	2,20	0,20	0,25
RSO 2.7.	FEDER	19,50	1,77	2,23
Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	FEDER	7,00	0,63	0,80
Passivos ambientais (áreas mineiras abandonadas e pedreiras em situação crítica)	FEDER	10,00	0,91	1,14
Monitorização do ar e do ruído	FEDER	2,50	0,23	0,29
Prioridade 2B	FEDER	20,00	1,81	2,28
RSO 2.8.	FEDER	20,00	1,81	2,28
Projetos de mobilidade ativa	FEDER	20,00	1,81	2,28
Prioridade 3A	FEDER	80,60	7,30	9,21
RSO 3.2	FEDER	80,60	7,30	9,21
Ferrovias não RTE-T: Linha do Alentejo (Troço Casa Branca -- Beja)	FEDER	80,60	7,30	9,21
Prioridade: 4A		138,52	12,54	15,82
RSO 4.2.	FEDER	3,00	0,27	0,34
Ensino Superior	FEDER	3,00	0,27	0,34
RSO 4.5.	FEDER	25,60	2,32	2,92
Saúde - Hospitais	FEDER	25,60	2,32	2,92
RSO4.6.	FEDER	4,00	0,36	0,46
Cultura - regional e local	FEDER	2,00	0,18	0,23
Turismo - regional e local	FEDER	2,00	0,18	0,23
ESO 4.1.	FSE+	41,00	3,71	31,56
Apoio ao emprego e empreendedorismo	FSE+	41,00	3,71	31,56
ESO 4.4.	FSE+	22,00	1,99	16,93
Competências e qualificações no âmbito empresarial e da administração local	FSE+	18,00	1,63	13,85
Promoção do emprego qualificado	FSE+	4,00	0,36	3,08
ESO 4.6.	FSE+	16,92	1,53	13,03
Formação superior		16,92	1,53	13,03
ESO 4.8.	FSE+	15,00	1,36	11,45
Promoção da participação ativa, da igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis	FSE+	15,00	1,36	11,45
ESO 4.11.	FSE+	11,00	1,00	8,47
Igualdade de acesso a serviços de educação	FSE+	10,00	0,91	7,70
Aumentar a qualidade e diversificar a provisão de serviços	FSE+	1,00	0,09	0,77
Prioridade 4B		5,00	0,45	3,85
ESO 4.8.	FSE+	5,00	0,45	3,85
Inovação social	FSE+	5,00	0,45	3,85
Prioridade 5A		213,00	19,29	24,33
RSO 5.1.	FEDER	172,00	15,57	19,65
ITI CIM e ITI Redes Urbanas	FEDER	172,00	15,57	19,65
RSO 5.2.	FEDER	41,00	3,71	4,68

Prioridades / objetivos específicos / tipologia de ação	Fundo	Dotação (M€)	Dotação total do PR (%)	Dotação total do PR por Fundo (%)
Parcerias para a coesão não urbanas, contratos para abordagens temáticas ou funcionais e valorização de recursos endógenos	FEDER	41,00	3,71	4,68
Prioridade 6A		98,95	8,96	100
JSO8.1.	FTJ	98,95	8,96	100
Plano Territorial para uma Transição Justa do Alentejo Litoral	FTJ	98,95	8,96	100
Prioridade 7A	FSE+	19,00	1,72	14,62
			1,72	14,62
	Total	1 085,38	100	
	FEDER	875,51	80,66	
	FSE+	110,92	10,22	
	FSE + Assistência Técnica	19,0	1,72	
	Total FSE +	129,92	11,76	
	FTJ	98,95	9,12	

Aspetos de macroestrutura de alocação de recursos financeiros

163. Assim, do ponto de vista da alocação de recursos financeiros aos diferentes OP, destacam-se os seguintes níveis de análise:

- No que respeita ao **OP1**, e particularmente à Prioridade 1A, o elemento principal de análise resulta de se anotar alguma divergência observada entre o peso que esta Prioridade assume em termos de dotação de FEDER (22,78%), reforçado pelo peso da Prioridade 1B (4% do FEDER), e o que é revelado pelo Acordo de Parceria; neste documento, o OP 1 surge com 47% do FEDER para um mínimo de 40%; a explicação para este desvio estará obviamente na importância que o PT ITD assumirá na Região; de qualquer modo, atendendo à relevância que os temas da inovação e da competitividade assumem para a Estratégia Regional Alentejo 2030, a concentração temática do OP1 fica aquém das expectativas e da coerência na aposta estratégica realizada pela Região, sobretudo quando comparada com a relevância financeira do OP2; esta evidência reforça a necessidade de uma rigorosa monitorização da aplicação do PT ITD na Região. Embora existam razões regulamentares que o possam explicar, a integração da digitalização da administração local e do apoio a redes de banda larga de elevada capacidade em duas prioridades diferentes, 1A e 1B, não favorece a legibilidade da macroestrutura financeira do PR;
- O **OP2** por si só cumpre a concentração temática regulamentar e está mesmo acima do valor indicado no Acordo de Parceria (30% contra 33,68% do FEDER apenas na prioridade 2A no PR Alentejo), questão que se reforça com a dotação do FTJ; tal como foi anteriormente referido, a necessidade de acomodar o aumento de dotação do FTJ com a redução do FEDER para a economia circular é no entender da AEA um sinal contraditório com os desenvolvimentos da matéria na Região, obrigando a que nos sistemas de incentivos do RSO 1.3 possam ser acautelados avisos específicos para a valorização de projetos empresariais estruturantes de economia circular;

- O **OP3**, tal como já foi referido, apresenta a especificidade de se tratar de investimentos rodoviários do PNI que vêm ao PR Alentejo buscar financiamento, apresentando uma dimensão bastante mais baixa do que os restantes OP, o que se explica pelo número reduzido de operações apoiadas;
- O **OP4** apresenta uma natureza multifundo, FEDER e FSE +: a concentração em recursos FEDER é diminuta, cerca de 3,72% do total do FEDER e no FSE + essa concentração é máxima, pois é nos ESO do OP4 que se concentram os apoios do FSE +. Porém, quando se perspetiva a concentração FSE + do ponto de vista do que ela representa em termos de dotação de recursos do PR, ela não chega a 20% da dotação global do PR. Tal como já foi referido, a principal limitação decorre da formação de adaptação nas empresas estar limitada a 18 milhões de € de FSE + para um valor total de 22 milhões de € do ESO 4.4, que se considera manifestamente insuficiente para as necessidades da Região, designadamente para gerir a atração de investimento empresarial estruturante;
- Na nova versão do Programa, sobretudo após a clarificação das dimensões de intervenções dos RSO 5.1 e RSO 5.2 do **OP5**, a legibilidade da programação melhorou consideravelmente, sobretudo se cruzarmos o conteúdo dos três Eixos considerados para o RSO 5.1 (Dimensão funcional na Provisão de SIG, Reforço do Sistema Urbano que surge agora focado nos desafios da descarbonização, digitalização, competitividade e reforço do modelo policêntrico e Dinamização dos Ativos Territoriais com foco em intervenções que aumentem a resiliência, que fixem e atraiam pessoas e investimento, dinamizem e diversifiquem a base económica e social) com a repartição indicativa por domínios de intervenção. No âmbito do RSO 5.1, destacam-se as repartições indicativas para (i) a reabilitação física e segurança de espaços públicos com 42 M de euros, (ii) renovação de infraestruturas públicas com objetivos de eficiência energética associados com 25 M de euros, (iii) construção de novos edifícios energeticamente eficientes, (iv) infraestruturas de ensino primário e secundário com 22,7 M de euros e (v) infraestruturas de saúde com 20 M de euros. Mesmo com este cruzamento, não é legível a repartição indicativa entre ITI CIM e ITI Redes Urbanas e fica por determinar qual vai ser a repartição indicativa para o eixo 3 – Dinamização dos Ativos Territoriais.
- A legibilidade do OP% no que respeita ao RSO 5.2 (zonas não urbanas) é marcada pelos dois ITI IIBT do Oeste e Vale do Tejo e ITI Água e Ecossistemas de Paisagem Algarve-Alentejo e pelas intervenções PROVERE e Parcerias para a Coesão não Urbanas. Neste caso, a repartição indicativa por tipologias de intervenção não proporciona informação adicional relevante, não sendo possível à AEA aprofundar a sua análise.

164. No que respeita às regras de concentração temática de recursos relativa ao DUS, para as quais o AP consagra, para um mínimo de 8% do FEDER, 23% dos recursos desse Fundo no PT 2030 como um todo, continua a não ser totalmente claro qual o contributo do PR Alentejo. O eixo 2 da intervenção dos ITI CIM tem uma alocação a este grande objetivo, já que se foca no reforço dos centros urbanos, podendo também estimar-se que as ITI Redes Urbanas também contribuirão para a referida concentração. O contributo da Prioridade 2B – RSO 2.8 por via da mobilidade urbana sustentável é também convocável para este contributo, não sendo de afastar que outros RSO do OP2 o possam ser também. De qualquer modo, a legibilidade do PR em matéria de DUS não é perfeita.

165. **Em síntese**, refletindo essencialmente a opção nacional de programação sem grandes diferenciações na sua estrutura global por Regiões, seria expectável que a macroestrutura financeira do PR Alentejo nem sempre alinhe perfeitamente com os objetivos regionais. Assim acontece com o domínio da “inovação, transferência de conhecimento e competitividade”, com uma alocação de recursos aquém da importância das necessidades e desafios identificados na Região, agravado pelo facto da melhoria de qualificações, designadamente a formação de adaptação, estar subfinanciada no PR. Se é verdade que

o PRR e o PT DQI podem trazer à Região recursos adicionais, não pode ignorar-se a grande dificuldade das regiões NUTS II da convergência seguirem com rigor a implementação de Programas Temáticos nos seus territórios. Nessa medida, a AEA não pode deixar de anotar o reduzido contributo do PR para a territorialização das políticas focadas na melhoria das qualificações dos portugueses e da sua população ativa como fator de atração de investimento à Região.

Análise por Objetivos Específicos e Medidas de Política

OP1

166. Com 21,57% da dotação de recursos FEEI do PR, a prioridade 1A continua fiel à orientação de concentrar mais recursos no investimento produtivo empresarial do que na dimensão da I&D e da transferência de conhecimento, estimando-se que o rigor e a qualidade seletiva dos projetos de investimento empresarial apoiados venham a dar força e coerência a esta opção. O “Investimento empresarial e valorização económica do conhecimento” impõe-se claramente no RSO 1.1 relativamente à “criação de conhecimento científico e tecnológico” (53 M de euros para 7 M de euros), o que representa um sinal importante dado à Região e ao seu Sistema Científico e Tecnológico. Nesta dimensão, o papel do PRR e dos seus apoios no âmbito da missão Interface será determinante, que poderá implicar para o SRI Alentejo uma outra capacidade de intervenção das suas infraestruturas de base tecnológica e de transferência de conhecimento e de tecnologia. No que respeita ao RSO 1.3, a AEA esperaria uma relação entre investimento empresarial e infraestruturas não tecnológicas mais favorável ao primeiro (na versão analisada a relação é de 3 para 1). Do ponto de vista da dimensão absoluta dos recursos programados, os quase 100 M de euros para investimentos de qualificação e internacionalização exigirão forte seletividade.

167. Os cerca de 40 milhões de € alocados à questão digital (5 milhões de € para a transformação digital da administração pública e 35 milhões de € para as redes de banda larga suprimindo falhas de mercado) não apresentam uma relação direta e imediata com a vertente empresarial: no caso da digitalização da administração pública local, será necessário demonstrar qual o seu impacto na redução dos custos de contexto empresarial na Região, e no caso das redes de banda larga, algo de essencialmente para uma cobertura equitativa de todo o território da Região, tudo dependerá dos serviços que serão criados nessa nova infraestrutura.

168. Finalmente, não encontramos explicação racional para o facto de o apoio ao empreendedorismo de base tecnológica não ter uma programação definida em termos de magnitude de recursos financeiros envolvidos, penalizando a legibilidade deste OP e do próprio PR. A distribuição indicativa por tipologias de intervenção não resolve o problema.

OP2

169. Este OP é aquele que apresenta uma maior diversidade de objetivos específicos, embora com uma forte concentração nos temas da água (RSO 2.5) e dos resíduos (RSO 2.6), já que nesta última versão do PR os apoios à economia circular foram remetidos para uma dotação quase residual, fruto da necessidade de acomodar, com menos FEDER, o aumento do valor do FTJ. O impulso de recursos para a gestão da água poderá, assim, representar o principal fator de novidade deste período de programação.

170. Poderá dizer-se que os temas da descarbonização (RSO 2.1 e RSO 2.2.) e da biodiversidade (RSO 2.7) ficam aquém das necessidades e desafios da Região, representando 4,82% da dotação FEEI do PR. Não se ignora que em matéria de descarbonização há fontes de recursos complementares em tipologias de investimento presentes no PT ITD (descarbonização da economia e diversificação da produção de energia a partir de fontes de energia renovável) e pelas componentes C11 — Descarbonização da Indústria e C13 — Eficiência energética dos edifícios e C14 — Hidrogénio e renováveis do PRR.

171. Por sua vez, o RSO 2.4, que reflete sobre as estratégias para adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos de catástrofes naturais, mobiliza 2,70 % do FEDER no PR, focando-se aquisição de meios para a proteção civil (1,38 % do FEDER) e à gestão de recursos hídricos (1,31 % FEDER).

172. A mobilidade urbana sustentável, como parte integrante da estratégia de transição para uma economia hipocarbónica, tem uma presença relativamente residual, cerca de 20 milhões de € de FEEI no PR, fortemente concentrado na mobilidade ativa.

173. Concluindo, o OP2 representa no PR a principal novidade relativamente ao período de programação anterior, claramente em linha com a ambição do Green Deal a nível nacional e europeu, cobrindo a generalidade das dimensões dessa transição, talvez com a exceção da dimensão da biodiversidade insuficientemente dotada de recursos na programação e fortemente penalizada pela diminuição da dotação para a economia circular.

OP3

174. Como já foi referido, o OP3 pode ser considerado um corpo estranho na programação do PR. Os cerca de 80,6 milhões de € de apoio FEDER representam uma oportunidade do investimento público central vir ao PR buscar fontes de financiamento para um investimento de melhoria da rede ferroviária da Região que já há muito deveria ter sido concretizado. Não se discute a premência do investimento. Discutem-se sim as escolhas públicas de programação que essa decisão representa, sobretudo no contexto de recuo do FEDER para a I&DT e para o investimento produtivo empresarial.

OP4

175. Tradicionalmente, a programação relativa às questões do emprego, qualificação, formação e inclusão social assume uma partilha entre apoios FSE+ e FEDER, com claro predomínio do primeiro. Este período de programação não foge à regra e a grande alteração não estará nos PR, mas antes no facto do PT DQI reunir todas essas dimensões, não separando as intervenções relativas ao combate à pobreza e à exclusão social.

176. O recuo de dotação FSE + é algo incompreensível, penalizando fortemente a dimensão da estratégia regional que valoriza a formação de competências como algo de essencial à transformação do paradigma produtivo na Região.

177. Como fator de novidade na programação, destaca-se a chegada da abordagem Inovação Social ao PR, embora a dotação de recursos de 5 M de euros possa ser considerada insuficiente face à autonomização de uma Prioridade para essa matéria.

178. Como principal fator negativo, sublinha-se que a dimensão da formação profissional surge de novo fortemente desvalorizada no contexto do PR, apontando provavelmente para o domínio de intervenção do PT DQI⁴.

179. No **OP4 FEDER**, a magnitude dos recursos financeiros alocados para além de já ser em si reduzida ao ser dividida por três OE ainda mais acentua essa natureza residual:

- No **RSO 4.2. Ensino superior, com apenas 3 milhões de € de FEDER**, percebe-se que estarão em causa essencialmente adaptações infraestruturais induzidas pela transformação digital e criação de condições infraestruturais para a figura de cursos superiores de curta duração; face à exiguidade da verba programada, quanto mais focada for a intervenção melhor;
- No **RSO 4.5 Saúde – Hospitais, com 25,6 milhões de € de FEDER**, a CCDR Alentejo opõe-se abertamente a que esse apoio se destine ao completamento do Novo Hospital Central de Évora, estimando-se que seja a estrutura de centros de saúde a beneficiar deste OE;

⁴ Ainda recentemente o *Education at a Glance 2022* publicado pela OCDE revela que Portugal teve progresso “significativo” na Educação, mas está a ficar para trás na requalificação de adultos (<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/3197152b-en/index.html?itemId=/content/publication/3197152b-en>).

- No **RSO 4.6 Cultura e turismo, com 4 milhões de € de FEDER**, divididos igualmente entre si, se a verba programada já é em si reduzida, praticamente residual, ela cobre questões de cultura e turismo (produtos turísticos regionais) o que tenderá a acentuar esse problema; assim espera-se que a programação efetiva tenda a privilegiar operações que articulem as duas sub-componentes, não esquecendo obviamente o contributo do PRR nesta matéria e os investimentos a contratualizar no âmbito dos ITI.

OP5

180.O quadro financeiro analisado é pouco detalhado, não explicitando em cada OE de que modo a alocação de recursos será realizada pelas diferentes medidas de política consideradas, já que o cruzamento dos três eixos definidos no RSO 5.1 e a distribuição indicativa por domínios de intervenção não é totalmente esclarecedora. A dimensão relativa dos apoios FEDER no RSO 5.1 e no RSO 5.2 é no entender da AEA equilibrada, mas aguarda-se informação mais detalhada para realizar esta análise.

Comparação com o período de programação 2014-2020

181.Com os dados que constam do Relatório de Execução, de dezembro de 2020, ensaiámos na tabela seguinte uma comparação com a programação em AEA. A comparação não é plenamente possível, dadas as diferenças de estrutura, mas permite alguma reflexão.

Tabela 11 – Estrutura da programação 2014-2020

Eixo Prioritário	Fundo	Dotação M€	% no Pr	% na dotação do Fundo	Taxa de compromisso 2020 (%)
1 -Competitividade e Internacionalização das PME	FEDER	272,9	25,2	30,2	142,0
2- Ensino e Qualificação do Capital Humano	FEDER	72,1	6,7	8,0	79,5
	FSE	49,9	4,6	27,8	nd
3- Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	FEDER	69,3	6,4	7,7	nd
4- Desenvolvimento Urbano Sustentável	FEDER	121,3	11,2	13,4	102,2
5- Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos	FEDER	24,8	2,3	2,7	73,1
	FSE	54,1	5,0	30,1	49,9
6- Coesão Social e Inclusão	FEDER	151,0	13,9	16,7	117,3
	FSE	61,5	5,7	34,2	75
7- Eficiência Energética e Mobilidade	FEDER	43,2	4,0	4,8	76,1
8 - Ambiente e Sustentabilidade	FEDER	117,8	10,9	13,0%	108,8
9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	FEDER	8,1	0,8	0,	87,2
	FSE	14,3	1,3	7,9	16,1
10 - Assistência Técnica	FEDER	22,6	2,1	2,5	67,
TOTAL FEDER	FEDER	903,1	83,4		113,8
TOTAL FSE	FSE	179,8	16,6		74,4
TOTAL		1.082,9	100,0		107,3

182.Uma análise sucinta do confronto entre as duas programações permite enunciar as seguintes conclusões:

- Globalmente, se não considerarmos os recursos alocados ao Fundo de Transição Justa (cerca de 98,95 milhões de €), o PR sofre uma quebra de 86,43 milhões de € de FEEL, com maior expressão nos fundos alocados ao FSE (menos 68,88 milhões de € de dotação); neste contexto, a implementação do FTJ assumirá um papel determinação na mitigação desta perda de recursos;
- No domínio da investigação científica e tecnológica, existe um recuo de dotação de recursos (69,3 milhões de € para cerca de 60 milhões de €) e também um ligeiro recuo em termos de dotação de fundos do PR, de 6,4% para 5,53%, e, ainda, em termos de dotação FEDER (de 7,7% para cerca de 6,58%).

- No que respeita aos apoios às empresas, a nova programação revela um recuo considerável de dotação face ao último período de programação, cerca de 134,4⁵ milhões de € contra 272,9 milhões de € do período de programação anterior, com uma significativa queda de importância na dotação de Fundo do Pr (12,29% contra 25,2%) e na dotação FEDER (15,24% contra 30,2%);
- O recuo das dimensões relativas ao OP1 (sensivelmente OT1+OT3 na programação anterior) é muito mais significativo relativamente à redução de dotação global do PR (menos 147,8 milhões de euros face aos 52,3 milhões de euros), não se encontra em linha com a importância atribuída ao Crescimento Inteligente;
- O reforço dos temas da descarbonização e transição climática é notório: os 314,91 milhões de € do OP2, aos quais deveremos juntar os valores do FTJ – 98,95 milhões de euros) suplantam claramente os valores do OT4 +OT6 na programação anterior (cerca de 161 milhões de €);
- Em matéria de FSE, para inclusão social, emprego e formação e capacitação anterior a programação anterior era dotada de cerca de 165,5 milhões de €, observando-se em 2021-2027 que a programação FSE reduz em cerca de 54,08 milhões de €, para um valor global de 110,92 milhões de €, que representa apenas cerca de 10% da dotação total do PR (considerando o valor alocado ao FTJ).
- Já no que toca ao FEDER social e de emprego e formação, a programação anterior apresentava cerca de 247,9 milhões de €, observando-se agora que a dotação do Pr desce nesta matéria para cerca de 32,6 milhões de €, refletindo uma muito menor carga infraestrutural, compreensível dada a evolução da programação;
- Uma alteração substancial que traz a nova programação, não só em termos de magnitude de recursos como principalmente de legibilidade das opções, consiste na dotação do OP5 para a coesão territorial que não tem equivalente próximo na programação de 2014-2020. A nova programação apresenta uma dotação áreas urbanas, nomeadamente para contratualização com CIM, na ordem dos 172 milhões de €, e para áreas não urbanas de aproximadamente 41 milhões de euros. Globalmente, estes dois OE (5.1. e 5.2.) representam cerca de 19,62% da dotação do PR;
- Por fim, resta referir que no âmbito do OP1 os recursos alocados à digitalização, incluindo as redes de banda larga não têm equivalente direto na programação anterior, representando também uma mudança estrutural na alocação de recursos.

183. Em síntese, podemos concluir que o recuo na alocação de recursos observado pela dimensão da investigação, inovação e competitividade (OP1 2021-2027 contra OT1 + OT3 de 2014-2020) não parece ter uma explicação lógica. Pode estimar-se que esse recuo possa ser compensado pelo Programa Temático da ITD e sobretudo pela intervenção do PRR. No entanto, essa possível mitigação de danos enfrenta o problema da territorialização na Região desses programas. O mesmo pode ser dito em relação à perda de recursos em matéria de FSE, cuja legibilidade é reduzida.

184. A comparação com o período de programação anterior confirma dúvidas e interrogações da AEA:

- Numa lógica regional e sem conhecimento antecipado do modo como o PT ITD irá incidir na Região, o recuo de dotação de recursos em matéria de I&DT e de apoio ao investimento produtivo empresarial é desprovido de lógica e não está em linha nem com o diagnóstico, nem com as prioridades e objetivos definidos para este período de programação;
- Também sem conhecimento antecipado de como o novo PT DQI irá territorializar a sua ação na Região, não se compreende o recuo da dotação FSE e a reduzida ambição atribuída à formação de adaptação; estas oscilações de dotação FSE para os PR ao longo de vários períodos de programação não é de modo algum saudável, impossibilitando qualquer política de aprendizagem

⁵ Não inclui OE 1.5. Promover a conectividade digital que não tem equivalente direto na programação anterior.

organizacional e de formação de equipas regionais especializadas na dinamização desse Fundo; dececionante é o mínimo que pode ser dito em relação a esta matéria;

- Os objetivos da sustentabilidade e da promoção de condições para as intervenções territoriais integradas são os únicos que podem ser considerados bem cobertos pela programação, suscitando aliás no caso do OP 2 exigências particulares de formação de procura;
- Quanto ao OP3, o PR funciona como “barriga de aluguer” do financiamento de uma infraestrutura ferroviária que já há muito deveria ter sido concretizada; compreende-se a sua inclusão dada a premência da operação, mas em termos de escolhas públicas, esta massa de recursos poderia ter compensado positivamente o recuo de recursos observado nas áreas do investimento produtivo empresarial.

185. Assim, pode concluir-se que numa perspetiva do contributo da programação do PR para a consolidação da política regional no Alentejo, o PR Alentejo na versão analisada fica aquém do contributo possível da programação regional, exigindo um esforço adicional em fase de operacionalização/implementação da programação para mitigar as limitações de um modelo nacional e comunitário demasiado formatado para acolher e integrar flexivelmente a respostas aos desafios e constrangimentos regionais.

4.3.3. Análise crítica das modalidades de apoio

186. O PR Alentejo 2030 segue de perto a situação predominante em todos os PR do PT2030. A mobilização de instrumentos financeiros (IF) é muito parcimoniosa, com ligeiríssimas exceções:

- O RSO 1.3 do OP1 consagra 4,8 M de euros a IF de garantia e também 4,8 M de euros de subvenções no âmbito de uma operação a título de IF; esta modalidade prolonga a experiência positiva do último período de programação, com um sistema híbrido (blended) de apoio no SI Inovação, que combina duas operações, uma com subvenção não reembolsável sujeita a confirmação de resultados e outra com instrumento de garantia;
- Estranha-se que na prioridade 2B – dedicada à inovação social o prolongamento das medidas IPIS não recorra a IF na parte relativa ao empreendedorismo social;
- O RSO 5.1 mobilizará nas intervenções de urbanização e regeneração urbana IF do tipo JESSICA ou IFRRU, que também pode ser considerada extensão de prática do último período de programação.

187. A parcimónia de utilização de IF é bem evidente, indiciando uma reduzida adaptação a uma tendência emergente na aplicação dos FEEL.

5. SÍNTESE DA AAE

5.1. Elementos de base

188.A definição dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) — elementos essenciais para estruturar as áreas/domínios em que podem incidir os efeitos do Programa e assegurar os objetivos da AAE — está dependente das Questões Estratégicas Ambientais e de Sustentabilidade (QEAS)⁶, do Quadro de Referência Estratégico (QRE)⁷ e do próprio Objeto de Avaliação (OE), o Alentejo 2030.

189.Foram identificadas 9 QEAS, associadas a domínios relevantes abrangidos pelo próprio Programa, a que a AAE considera que este deverá dar resposta e sobre os quais terá intervenção, apresentadas na Tabela 100.

Tabela 12 — QEAS e temáticas associadas

QUESTÃO	TEMA
QEAS1	Reforço da competitividade, do sistema produtivo, das capacidades de investigação e inovação, valorização económica dos recursos endógenos, capacitação das empresas para o mercado externo e adaptação ao novo quadro de competitividade da economia global.
QEAS2	Promoção da equidade social e da coesão territorial, designadamente na cobertura de serviços sociais e na inclusão social de grupos vulneráveis.
QEAS3	Promoção do ensino e da formação profissional como fatores decisivos para a coesão social e desenvolvimento territorial sustentável.
QEAS4	Promoção da coesão urbano-rural e da qualidade ambiental no mosaico e identidade da Região através da regeneração urbana, infraestrutural e beneficiação dos sistemas e elementos centralizadores e geradores de dinâmicas territoriais.
QEAS5	Promoção de uma economia de baixo teor de carbono assente na penetração de soluções alternativas de energia e promoção da eficiência energética, contribuindo para a diversificação e autossuficiência energética, redução do consumo energético, nomeadamente aquelas provenientes de fontes fósseis, e redução das emissões de GEE.
QEAS6	Promoção de iniciativas no âmbito da recuperação de áreas naturais degradadas, de dissonâncias e conflitos ambientais e de focos eventuais de contaminação dos recursos hídricos, e gestão eficiente e integrada do ciclo urbano de água e resíduos, potenciando a transição para a economia circular.
QEAS7	Promoção da efetiva proteção e conservação da natureza e valorização dos elementos e valores biofísicos da Região do Alentejo.
QEAS8	Promoção e valorização do património natural e cultural como vetor territorial de diferenciação e dinamização.
QEAS9	Integração dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais e tecnológicos e promoção da mitigação e da capacidade adaptativa às Alterações Climáticas.

190.Por sua vez, as 6 FCD definidas estão sumarizadas na tabela seguinte.

Tabela 13 — FCD e respetivos critérios de avaliação

FCD	TEMA	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
FCD1	Competitividade e sistema produtivo.	(i) Sistemas de I&D+I; (ii) competitividade, produtividade e internacionalização; (iii) valorização económica dos recursos endógenos.

⁶ Resultado do exercício de análise integrada de toda a informação de caracterização da área de intervenção e da discussão de temáticas territoriais e ambientais significativas na área de intervenção do Alentejo 2030;

⁷ Principais políticas, programas e estratégias, constituindo o macro-enquadramento e referencial da avaliação e reúne os objetivos de política ambiental e de sustentabilidade adotadas na aplicação das políticas, planos e programas internacionais, nacionais e regionais com as quais o Alentejo 2030 se deve articular e para os quais deve contribuir.

FCD	TEMA	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
FCD2	Desenvolvimento social, capacitação humana e inclusão ativa.	(i) População; (ii) qualificação do capital humano; (iii) equidade social e inclusão; (iv) emprego.
FCD3	Energia.	(i) Recursos energéticos; (ii) eficiência energética; (iii) mobilidade urbana sustentável.
FCD4	Qualificação territorial e identidade regional	(i) Qualificação do edificado e identidade; (ii) requalificação ambiental.
FCD5	Valores e recursos naturais, patrimoniais e paisagísticos.	(i) Solo; (ii) recursos geológicos; (iii) recursos hídricos; (iv) conservação da natureza e biodiversidade; (v) paisagem e património.
FCD6	Riscos, mitigação e adaptação às alterações climáticas.	(i) Riscos naturais; (ii) riscos tecnológicos; (iii) riscos mistos; (iv) mitigação e adaptação às alterações climáticas.

5.2. Principais recomendações a seguir

191. Não obstante os significativos efeitos positivos identificados, são apresentadas as principais recomendações, definidas para cada um dos FCD, no sentido de maximizar e tornar mais eficaz o Programa.

Tabela 14 — RECOMENDAÇÕES DO FCD “Competitividade e sistema produtivo”

Recomendação	Descrição
Rec_1.1	Considera-se pertinente incluir a referência e articulação com o Programa Mar 2030 na Prioridade 1A — Competitividade, investigação, desenvolvimento e inovação, nos OE: (i) RSO1.1 Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas (FEDER); (ii) RSO1.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos (FEDER).
Rec_1.2	O OP4 não prevê financiamento direto para as empresas do setor do Turismo, sendo necessário perceber de que forma se pode incluir o financiamento direto a empresas que pretendam dinamizar os seus produtos e serviços no setor do turismo e indústrias criativas.
Rec_1.3	As referências ao Turismo no âmbito do Alentejo 2030, devem estar associadas ao conceito de Turismo Sustentável. Este deve ser alocado e integrado às Novas Economias e Dinâmicas Rurais, em que o Turista pode não ser um mero visitante de contemplação passiva, mas, pode ser envolvido em ações de Conservação, Transformação e Dinamização da Paisagem para a sustentabilidade do território rural. O turista pode ser um turista “especializado-temático”. Entre muitas tipologias de turismo de natureza-rural, o “novo turista”, deve ser motivado cada vez mais a ser imbricado com a população residente, transferindo-se saberes e conhecimentos, como promover degustações e provas gastronómicas conjuntas em espaços locais recreativos, ou mesmo espaços privados rentabilizados para o efeito, caminhando no sentido do “Portugal como <i>smart destination</i> ”, com destaque para a herança territorial, gerando desenvolvimento sustentado a partir do património natural e cultural. É importante integrar estes conceitos no OP4 e prever financiamento, através por exemplo, da ITI CIM para os atores chave locais, com especial foco para as empresas privadas, para a iniciativa local.
Rec_1.4	RSO1.2; RSO1.1: é importante identificar específica e precisamente a existência de financiamento para as Novas Economias Rurais, mais verdes e diferenciadoras; como a bioeconomia, a agroecologia, reforçar a agricultura de conservação e agricultura biológica, agricultura de precisão, a ecoinovação — como o <i>ecodesign</i> —, referido no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2019 (PNPOT). É importante incluir e referir a inovação e criatividade (apoiando jovens talentos, potenciando a economia circular, na economia da partilha e apoiar o desenvolvimento de novas ideias e modelos de negócio no turismo, empresas ligadas por sinergias e uso de recursos “mais verdes”, e assim, atraindo “novos residentes empregadores-trabalhadores”. Recomenda-se igualmente a Inclusão de critérios de mérito das candidaturas associados/que assentam no

Recomendação	Descrição
	conceito de Novas Economias Rurais.

Tabela 15 — RECOMENDAÇÕES DO FCD “Desenvolvimento Social, Capacitação Humana e Inclusão Ativa”

Recomendação	Descrição
Rec_2.1	RSO4.5: garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade (FEDER) destina-se apenas a entidades públicas do setor da saúde, considerando-se pertinente integrar entidades privadas do setor da saúde. É importante prever de que forma as empresas privadas se podem candidatar às Prioridades 4A; 4B e 5A. A análise do Programa Regional Alentejo 2030 foca várias vezes a administração pública em detrimento do setor privado, sugerindo que a grande maioria do financiamento será aplicado no setor Estado ou Administração Local, deixando de lado as empresas privadas. É fundamental permitir o acesso das empresas a estas linhas de financiamento uma vez que são estes os atores que também promovem a criação de emprego, a empregabilidade, a criação de riqueza, a qualificação dos recursos humanos e a dinamização de importantes setores de atividade como o turismo, a agricultura, entre outros.
Rec_2.2	De que forma o OE ESO 4.4 e o RSO4.2 respondem aos problemas identificados na QEAS 3 Promoção do ensino e da formação profissional como fatores decisivos para a coesão social e desenvolvimento territorial sustentável. No domínio das qualificações ainda persistem fragilidades, sobretudo ao nível da população que não completou o ensino secundário, incluindo jovens que continuam a entrar no mercado de trabalho sem esse nível de escolaridade. A ESO 4.4 está muito focada na contratação de recursos humanos altamente qualificados (dotados de grau académico ou de especialização profissional específica altamente relevante no contexto empresarial ou regional em que se insere) e na administração local. Neste sentido é importante assegurar que são abrangidas as fragilidades identificadas na QEAS, e que são asseguradas ações de <i>reskilling</i> e <i>upskilling</i> da população ativa. O setor primário, com especial foco para o setor da agricultura, emprega muitos cidadãos estrangeiros (Índia, Paquistão, Nepal, Bulgária, Tailândia, etc), que apesar de estarem inseridos no mercado de trabalho, apresentam elevada fragilidade face ao desemprego decorrente da desproteção, ou pelos constrangimentos resultantes de trabalhos flexíveis, precários e pouco qualificados, pela ausência do domínio da língua, pelos desajustes decorrentes da sobre qualificação, ou ainda pela divergência de salários face a pessoas nacionais. Neste sentido, é importante que o Programa Regional Alentejo 2030 promova a inclusão social através da capacitação e formação, assim como através da segurança na proteção ao desemprego e salário justo. As ações do ESO 4.4 procuram atender aos princípios gerais de assegurar a igualdade, a inclusão e a não discriminação: apoios à capacitação e formação dos agentes da administração pública local, na qualidade de entidades pertencentes à administração pública, deverão cumprir a legislação em vigor em matéria de igualdade, inclusão e não discriminação; efetiva promoção da igualdade de género e da igualdade de oportunidades, favorecendo o acesso à promoção na carreira, proporcionando meios de realização pessoal e de qualidade de vida e de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar. No âmbito desta ação, considera-se importante incluir as empresas como grupos-alvo no acesso ao financiamento.
Rec_2.3	Inclusão das empresas no acesso às linhas de financiamento associadas ao turismo (sendo que este deverá ser sempre ser assente no conceito de turismo sustentável). O turismo regional tem gerado procuras externas qualificadas para um conjunto de bens e serviços produzidos com incorporação de contributos de outras cadeias de valor regionais (produções da matriz identitária mediterrânica, valores do património cultural e natural e economias urbanas). A valorização dos recursos endógenos — ligados ao modo de vida local (identidade) — contribuiu diretamente para potenciar a cadeia de valor associada ao turismo e para a sua sustentabilidade. A EREI 2030 integra os domínios dos ecossistemas culturais e criativos e dos serviços de turismo e hospitalidade. Estes domínios diferenciadores e impulsores da descoberta empreendedora, constituem pilares para a competitividade, para o desenvolvimento sustentável e estratégico da região.

Tabela 16 — RECOMENDAÇÕES DO FCD “ENERGIA”

Recomendação	Descrição
Rec_3.1	<p>RSO1.2: no “Quadro 4: Dimensão 1 – domínio de intervenção” apenas apresentam a administração pública como objeto alvo das intervenções definidas. Ponderar a inclusão dos grupos-alvo definidos para atribuição dos apoios no âmbito do OE 1.2 - “Cidadãos; Empresas; Demais agentes económicos e sociais”, tais como, os domínios de intervenção “015. Digitalização das PME ou das grandes empresas [incluindo comércio eletrónico, negócio eletrónico e processos empresariais em rede, polos de inovação digital, laboratórios vivos, empresários Web, empresas em fase de arranque (<i>start ups</i>) no setor das TIC e comércio eletrónico entre empresas (B2B)], conformes com os critérios de redução das emissões de gases com efeito de estufa ou de eficiência energética” ou “037. TIC: outros tipos de infraestruturas de TIC (incluindo recursos/equipamentos informáticos de larga escala, centros de dados, sensores e outros equipamentos sem fios) conformes com os critérios de redução das emissões de carbono e de eficiência energética”, ou outros que englobem as empresas privadas e demais agentes económicos. A consideração plena dos grupos-alvo definidos e o conseqüente alargamento do espetro de ação irá facilitar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.</p>
Rec_3.2	<p>RSO2.1: sugere-se que sejam consideradas tipologias de ação ou de investimento em projetos de eficiência energética no sector da habitação particular, e não apenas em habitação social e edifícios públicos, como está referido no quadro introdutório que descreve o “Tipos de ações associados” e no quadro dos “grupo-alvo”. Ponderar a inclusão de domínios de intervenção e ações que visem a aquisição de eficiência energética e redução das emissões GEE em habitação e empresas privadas, tais como, “040. Projetos de eficiência energética e de demonstração nas PME ou nas grandes empresas e medidas de apoio, conformes com os critérios de eficiência energética”. De notar, que o parque de habitação privada é um dos principais agentes consumidores de energia a nível regional e nacional, com uma significância ou representatividade energética bem superior à administração pública e habitação social, cujos consumos energéticos estão entre os menos representativos no consumo total regional.</p>
Rec_3.3	<p>RSO2.2: o objetivo específico prevê essencialmente o investimento em ações ou “projetos de autoconsumo coletivo e/ou comunidades de energia renovável”. Já nos domínios de intervenção apenas se refere intervenções para a componente solar, o que pode ser um fator limitante no acesso a financiamento para projetos baseados noutras fontes de energia renovável. Neste sentido, recomenda-se que se avalie a pertinência de consideração de outras fontes de energia renovável nos domínios de intervenção, tais como, “047. Energia renovável: eólica” ou “052. Outras energias renováveis”, e que visem ações de promoção e criação de novas comunidades de energia renovável. Avaliar a pertinência de consideração de outras fontes de energia renovável nas tipologias de ação, tais como, a produção de energia eólica offshore, a produção de hidrogénio verde ou outros combustíveis limpos e alternativos aos fósseis.</p>
Rec_3.4	<p>RSO2.6: ponderar a inclusão de domínio de ação que visem uma maior circularidade e eficiência na reutilização dos resíduos como matéria-prima ou recursos no setor das atividades económicas, tais como, “071. Promoção da utilização de materiais reciclados como matérias-primas”.</p>
Rec_3.5	<p>RSO2.8: ponderar pertinência de inclusão de domínio de ação para aquisição de “082. Material circulante de transportes urbanos limpos”, e que permitam a integração com os mais modernos sistemas de bilhética e com soluções de <i>smart mobility</i>, e a articulação com o modo ciclável e pedonal.</p>
Rec_3.6	<p>RSO4.6; RSO5.1; RSO5.2: introdução de critérios de mérito (quando aplicável considerando o tipo e natureza do projeto) em candidaturas que visem o incentivo à aquisição de boas práticas de construção sustentável e de conforto térmico, e introdução no parque edificado de equipamentos de microgeração de energia a partir de fontes renováveis em concordância com a legislação em vigor, e equipamentos de domótica que favoreçam ganhos energéticos (eficiência energética).</p>

Tabela 17 — RECOMENDAÇÕES DO FCD “QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL”

Recomendação	Descrição
Rec_4.1	Apoio de ações ou inclusão de critérios de mérito de seleção de candidaturas de projetos que incentivem a reabilitação urbana e do edificado e espaços públicos, respeitando a paisagem envolvente e traças originais ou típicas da Região (se aplicável), execução de ações de formação avançada em técnicas de construção sustentável e reaproveitamento <i>in loco</i> dos materiais ou subprodutos (p.e. RCD), visando a sua aplicação nas obras de edificação da Região.
Rec_4.2	Inclusão de critérios de mérito de seleção de candidaturas de operações que salvaguardem aspetos e questões associados a consideradas pertinentes, tais como: (i) salvaguarda da sustentabilidade no uso de recursos naturais, preservação da biodiversidade, da qualidade ambiental dos espaços a intervir, da redução dos passivos ambientais e focos de poluição, da requalificação do edificado e enquadramento com a paisagem envolvente; (ii) aquisição de ecoeficiência no consumo de recursos energéticos ou materiais; (iii) redução das emissões de GEE; (iv) promoção de boas práticas ambientais através da realização de ações imateriais de formação e sensibilização, e da preferência por métodos de construção sustentável, aproveitamento <i>in loco</i> de materiais, ou implementação das melhores tecnologias disponíveis (MTD); (v) otimização de espaços subutilizados integrados em zonas residenciais, centros históricos, zonas urbanas, espaços industriais e parque empresais existentes, em detrimento da ocupação de novas áreas.
Rec_4.3	Inclusão de critérios de mérito a integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco-materiais na realização de obras no âmbito da seleção de projetos, cuja concretização deverá ser assegurada, por exemplo, nos cadernos de encargos a desenvolver para a concretização das mesmas.
Rec_4.4	Inclusão em sede dos avisos dos critérios associados ao cumprimento da contratação segundo o <i>green procurement</i> .
Rec_4.5	RSO2.4: nas tipologias de ações definidas nada se refere relativamente a intervenções no ciclo urbano da água (apenas ações de gestão do recurso propriamente dito). Já nas intervenções sugeridas no “Quadro 4: Dimensão 1 – domínio de intervenção” referem a possibilidade de “reutilização e redução de fugas” aparentemente referente ao ciclo urbano da água. Neste sentido, recomenda-se a inclusão de tipologias de ação relacionadas com a aquisição de eficiência hídrica ciclo urbano da água e cujo objetivo principal é de promover essencialmente a preservação e sustentabilidade das massas de água, tais como: (i) ações que visem a aquisição de capacidade de medição de caudais e monitorização de consumos nas redes públicas e privadas (p.e. regadio agrícola); (ii) implementação física ou concretização dos perímetros de proteção às captações aprovados; (iii) aumento da capacidade de reserva de água ou de acondicionamento e reutilização de águas residuais e pluviais; (iv) plataformas de comunicação e cooperação entre entidades na gestão dos recursos hídricos, entre outras.
Rec_4.6	RSO2.5: sugere-se a criação de uma tipologia de ação que tenha como objetivo a elaboração de Planos Regionais e Municipais de Seca e Escassez de Água, de modo a definir níveis de contingência, de acordo com critérios meteorológicos, hidrológicos e edafoclimáticos, e gerir os usos de água através de mecanismos operacionais de prevenção e resposta nos sistemas de abastecimento de água em caso de ocorrência de situações de insuficiência e necessidade de racionamento de água para as várias tipologias de uso ou atividades de consumo.
Rec_4.7	RSO2.6: sugere-se a inclusão das empresas, comércio e indústrias ou outras atividades económicas como grupo-alvo a considerar, de modo a assegurar os objetivos e tipologias de ação referidas para promoção da economia circular.
Rec_4.8	RSO5.1: avaliar a necessidade e pertinência da inclusão de domínios de ação relacionados com o ciclo urbano da água – abastecimento em baixa (OP2), e gestão de resíduos (sub-investimentos em baixa), tal como se prevê nas tipologias de ação previstas no âmbito do Eixo 1.
Rec_4.9	RSO2.5: sugere-se a atribuição de critérios de mérito a candidaturas de beneficiação física das redes e infraestrutural hidráulicas, que promovam a aquisição de conhecimento infraestrutural nas componentes em alta e baixa, bem como ações materiais ou imateriais de

Recomendação	Descrição
	<p>eficiência hídrica e reutilização de águas pluviais e residuais tratadas no consumidor, designadamente, no parque edificado, explorações agropecuárias e equipamentos públicos ou coletivos. As ações previstas pelos programas de medidas preconizados pelos PGRH são fulcrais para atingir a sustentabilidade e eficiência na gestão dos recursos hídricos. Neste sentido, as candidaturas que surjam no âmbito destes instrumentos de gestão dos recursos hídricos devem ser igualmente alvo de mérito acrescido no processo de seleção. Considera-se relevante o investimento em ações que aumentem não apenas a cobertura de rede e beneficiação física e tecnológica dos sistemas de modo a incrementar a eficiência no tratamento das águas residuais e melhorar a capacidade separativa das águas pluviais, mas também adquirir níveis superiores de eficiência energética nas estações elevatórias e órgãos de tratamento, uso de fontes renováveis de energia, aproveitamento energético ou material dos subprodutos do tratamento (p.e. biogás, lamas, nutrientes, etc) e ações de reutilização de águas residuais tratadas e águas pluviais, contribuindo assim para a circularidade regional. Considera-se que candidaturas que cumpram estas exigências suplementares ao nível da sustentabilidade, circularidade e eficiência no tratamento devem ser alvo de atribuição de critérios e mérito acrescido no processo de seleção.</p>
Rec_4.10	<p>RSO4.6; RSO5.1; RSO5.2: inclusão de critérios de mérito das candidaturas associados à eficiência hídrica dos projetos (quando aplicável considerando o tipo e natureza do projeto), designadamente, associados à reutilização de águas residuais para outros usos que não consumo humano (p.e. rega ou lavagem de espaços exteriores, sanitários, entre outros, em conformidade com a legislação em vigor), à captação, armazenamento, aproveitamento de águas pluviais, à implementação de equipamentos ou tecnologias que assegurem uma maior eficiência hídrica de forma evidente, bem como projetos que minimizem o nível de impermeabilização de solos, com recurso, sempre que possível, a soluções permeáveis ou semipermeáveis em espaços como zonas de estacionamento, entre outros.</p>
Rec_4.11	<p>RSO2.6: recomenda-se a atribuição de mérito acrescido e respetivos critérios no processo de seleção, a candidaturas que contribuam efetivamente para realizar a recolha seletiva e reaproveitamento dos resíduos urbanos na origem e reforçar a capacidade operacional de preparar os resíduos para a reciclagem, reutilização ou valorização, concorrendo para a redução na produção de resíduos e deposição destes em aterro.</p>
Rec_4.12	<p>Tendo em consideração a forte correlação entre as ações de qualificação territorial e de eficiência energética, recomenda-se que se tenham em consideração neste FCD das recomendações patentes no FCD “Energia”, nomeadamente: <i>RSO4.6; RSO5.1; RSO5.2: adoção de disposições regulamentares e introdução de critérios de mérito (quando aplicável considerando o tipo e natureza do projeto) em candidaturas que visem o incentivo à aquisição de boas práticas de construção sustentável e de conforto térmico, e introdução no parque edificado de equipamentos de microgeração de energia a partir de fontes renováveis em concordância com a legislação em vigor, e equipamentos de domótica que favoreçam ganhos energéticos (eficiência energética).</i></p>

Tabela 18 — RECOMENDAÇÕES DO FCD “VALORES E RECURSOS NATURAIS, PATRIMONIAIS E PAISAGÍSTICOS”

Recomendação	Descrição
Rec_5.1	<p>As ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, ou que demonstrem potencial para provocarem alteração dos usos do solo e, conseqüentemente, afetar os ecossistemas presentes, devem fazer acompanhar a documentação processual obrigatória, com os respetivos projetos, em formato georreferenciado.</p>
Rec_5.2	<p>Nas ações aprovadas que impliquem a construção, reabilitação, ampliação de estruturas e infraestruturas, com o objetivo de contribuir para aumentar a resiliência de edifícios sociais e centros educacionais, implementando soluções baseadas na natureza como protótipos de adaptação ao clima e melhoria do bem-estar, recomenda-se que: se adotem medidas sustentáveis de adaptação baseadas em ecossistemas e aumentar a capacidade de aplicar esse conhecimento na prática por meio de oficinas de divulgação e demonstração; se promova a governação das autoridades regionais, diretores e gestores de edifícios e do setor da cons-</p>

Recomendação	Descrição
	<p>trução para integrar soluções baseadas na natureza como parte das medidas para promover a adaptação sustentável nos edifícios.</p>
Rec_5.3	<p>Monitorizar a potencial fragmentação ou destruição de habitats em locais ambientalmente sensíveis (classificados ou identificados como pertinentes corredores ecológicos), afetados pela realização de obras de requalificação ou construção com impacte significativo nos ecossistemas. Essa monitorização poderá ser assegurada, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções.</p>
Rec_5.4	<p>Considerar a importância dos espaços naturais na resiliência do próprio modelo e sistema territorial, assegurando as respetivas funções e serviços de ecossistemas, em particular de regulação e suporte. Um exemplo é considerar a plantação de floresta de proteção nos espaços naturais associados a áreas de intervenção de projetos/operações. Essas questões podem ser asseguradas, por exemplo, no âmbito dos respetivos cadernos de encargos dessas intervenções e/ ou como critérios de mérito de seleção de candidaturas.</p>
Rec_5.5	<p>Desenvolvimento de um sistema de informação/ficha de base para <i>checklist</i> de verificação de requisitos ambientais para análise de candidaturas e para as candidaturas aprovadas, tendo por base a legislação em vigor, ao nível da Avaliação Ambiental Estratégica, da Avaliação de Impacte Ambiental e do Licenciamento Ambiental (bem como de outros regimes que são abrangidos por licenciamento ambiental), das áreas protegidas e classificadas na Região, do cruzamento com informação relativa à existência de riscos naturais na área de intervenção, do seu enquadramento face às áreas protegidas e classificadas na Região e de condicionantes associadas a regimes legais, mediante comprovativo de parecer da respetiva entidade com competência em matéria de ambiente, e, por fim, da aplicação do princípio <i>Do No Significant Harm</i> (DNSH). Deverão igualmente constar desse sistema de informação elementos relativos ao enquadramento da área a intervir/abrangida pelo projeto nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor, assim como as servidões e restrições de utilidade pública, e que contribuam para a concretização do modelo de desenvolvimento territorial definido nos IGT.</p>
Rec_5.6	<p>Inclusão de requisitos de elementos a entregar conjuntamente com as candidaturas de identificação e delimitação georreferenciada da área de intervenção dos projetos das várias tipologias de ação a implementar, (quando são projetos passíveis de territorialização), tendo em conta a vocação endógena do território, relativamente aos diversos setores de atividade (p.e. floresta, mar, áreas protegidas/Rede Natura 2000, património, etc.). Deverão, assim, ser incluídos requisitos de elementos a entregar pelo promotor em sede de candidatura que demonstrem o respetivo enquadramento face à legislação em vigor e do seu enquadramento face às áreas protegidas e classificadas na Região e de condicionantes associadas a regimes legais, mediante comprovativo de parecer da respetiva entidade com competência em matéria de ambiente e ordenamento do território. Deverão igualmente constar desse sistema de informação elementos relativos ao enquadramento da área a intervir/abrangida pelo projeto nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor e a fundamentação da aplicação e cumprimento do princípio <i>Do No Significant Harm</i> (DNSH).</p>
Rec_5.7	<p>Inclusão de critérios de mérito de seleção de candidaturas de operações que promovam a afirmação e dinamização da fixação de espaços culturais improváveis, em zonas degradadas, focalizando pontos de revitalização urbana e/ou renaturalização.</p>
Rec_5.8	<p>Estímulo do apoio de tipologias de ações que promovam o interesse e a participação ativa dos cidadãos para as questões relacionadas com o património cultural e natural, potenciando o exercício da cidadania e a consolidação da identidade regional.</p>
Rec_5.9	<p>RSO2.4: inclusão de tipologias de ação relacionadas com a aquisição de eficiência hídrica no ciclo urbano da água e cujo objetivo principal é de promoverem essencialmente a preservação e sustentabilidade das massas de água e aumentar o grau de resiliência das massas de água e das infraestruturas hidráulicas face às alterações climáticas, tais como, ações que visem a aquisição de capacidade de medição de caudais e monitorização de consumos nas redes públicas e privadas (p.e. regadio agrícola), implementação física ou concretização dos perímetros de proteção às captações aprovados, aumento da capacidade de reserva de água ou de acondicionamento e reutilização de águas residuais e pluviais, plataformas de comunicação e cooperação entre entidades na gestão dos recursos hídricos, entre outras. Nas tipologias de ações definidas não são referidas intervenções no ciclo urbano da água</p>

Recomendação	Descrição
	(apenas ações de gestão do recurso propriamente dito). Já nas intervenções sugeridas no “Quadro 4: Dimensão 1 – domínio de intervenção” referem a possibilidade de “reutilização e redução de fugas” aparentemente referente ao ciclo urbano da água.
Rec_5.10	RSO2.5: sugere-se a consideração de tipologias de ação que tenham como objetivo a implementação dos Programa de Medidas dos PGRH inseridos na Região que tenham como objetivo promover o acesso à água e a gestão sustentável da água, bem como tipologias de ação que visem a aquisição de informação relevante ao nível dos parâmetros meteorológicos, hidrológicos e edafoclimáticos de modo a identificar atempadamente potenciais situações de seca meteorológica através da implementação (ou manutenção) de estações de monitorização e realização de estudos, bem como aquisição de informação atualizada relativa ao estado quantitativo, químico ou ecológico das massas de água.

Tabela 19 — RECOMENDAÇÕES DO FCD “RISCO, MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS”

Recomendação	Descrição
Rec_6.1	Inclusão de critérios de seleção de candidaturas, a incluir em sede de aviso de concurso, que permitam avaliar a internalização dos princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos, bem como o respetivo potencial de resiliência e adaptação às Alterações Climáticas em projetos apoiados no âmbito das ações definidas pelo Programa Regional, nomeadamente de regeneração física, requalificação e construção de infraestruturas (p.e. os projetos de construção que considerem práticas de construção sustentável e com plano análise de vulnerabilidade aos riscos naturais potenciados nomeadamente pelos fenómenos resultantes das alterações climáticas) com medidas ao nível da prevenção de riscos e/ou adaptação às Alterações Climáticas). Os projetos candidatos que demonstrem o contributo do mesmo para a resiliência e adaptação às alterações climáticas deverão ser considerados como projetos com mérito ao nível da diferenciação face a outro projeto que não o demonstre. Esta orientação deve constar do aviso de concurso.
Rec_6.2	Inclusão de requisitos de elementos a entregar conjuntamente com as candidaturas de identificação e delimitação georreferenciada da área de intervenção dos projetos das várias tipologias de ação a implementar (quando são projetos passíveis de territorialização), tendo em conta o cruzamento com áreas de riscos naturais identificados em sede de instrumentos de gestão territorial, designadamente, programas setoriais que incidam sobre riscos naturais, planos especiais de ordenamento do território e planos municipais de ordenamento do território.
Rec_6.3	Valorização de projetos de requalificação de edifícios, infraestruturas ou equipamentos existentes, em detrimento de novas construções (exceto se se considerar a nova construção como medida de prevenção de riscos e/ou resiliência adaptação às AC, tendo esta exceção de ser objeto de justificação fundamentada). A valorização pode realizar-se através da inclusão nos critérios de seleção de projetos apoiados de uma análise ao nível da gênese da tipologia de projeto no que respeita à construção ou requalificação. Sempre que associado a um projeto de requalificação se encontrarem devidamente salvaguardados pessoas, bens e ecossistemas no projeto, deve considerar-se um projeto com mérito ao nível da diferenciação comparativamente com um projeto que opte pela construção. Associado a este critério deve definir-se uma exceção: deve considerar-se um projeto com mérito de diferenciação sempre que incida sobre a construção de um novo edifício, infraestrutura ou equipamento se se constituir como uma oportunidade ao nível da prevenção e/ou minimização dos riscos e/ou adaptação às alterações climáticas (p.e. edifício em zona de menor risco de movimentos de massa, infraestrutura de defesa costeira, etc.). Esta orientação deve constar do aviso de concurso.
Rec_6.4	Definição de mecanismos de governação que permitam a boa articulação espacial e temporal das ações apoiadas no âmbito do Programa Regional com o Programa Temático Ação Climática e Sustentabilidade.
Rec_6.5	Gestão eficaz e eficiente da informação de base dos quadros de apoios comunitários dos últimos períodos de programação (2000-2006, 2004-2013 e 2014-2020), e do período até 2030, e em particular dos projetos apoiados no âmbito das ações do Programa Regional, em vários domínios (âmbito, objetivos, indicadores, resultados, conclusões), para assegurar

Recomendação	Descrição
	um adequado cruzamento de informação e análises que permitam orientar o Programa para a concretização dos seus principais objetivos e metas. Tendo em consideração que os Programas Regionais se constituem programas cujo âmbito implica um vasto leque de informação associada (quer ao nível de anteriores programas quadros, quer ao nível das ações apoiadas pelo presente programa), a homogeneização, articulação e partilha de dados deve ser gerida através de um repositório de informação capaz de assegurar a disponibilização de um fluxo de informação entre entidades e de articulação da mesma.
Rec_6.6	Cumprimento da legislação no que respeita à necessidade de proceder ao controlo dos efeitos ambientais significativos identificados em sede de Relatório Ambiental e Declaração Ambiental, de modo a garantir que são identificados efeitos negativos imprevistos e aplicação das recomendações – Programa de Seguimento e Monitorização (identificada como fase 3 no que concerne aos procedimentos metodológicos da AAE). <u>Nota: esta recomendação, apesar de identificada neste FCD, é transversal a todos os FCD.</u>
Rec_6.7	Inclusão de um critério de elegibilidade na candidatura de projetos com vista à mineração de aterros sanitários, a incluir em sede de aviso de concurso, de demonstração da viabilidade técnica (ambiental, arquitetónica, outras) e financeira.

5.3. Principais conclusões

192.A AAE foi estruturada de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com o Alentejo 2030, de forma a garantir a sustentabilidade ambiental e territorial da área de intervenção do programa.

193.A ponderação do cenário global acima apresentado, articulado com a análise pericial desenvolvida, em particular em sede do Capítulo 6 do RF, sobre o nível de influência da proposta de Alentejo 2030, sobre os indicadores e critérios selecionados em cada FCD, traduz um balanço final significativamente positivo relativamente à situação atual da área de intervenção. Efetivamente, uma análise integrada dos efeitos positivos/oportunidades, efeitos negativos/ameaças e recomendações resultantes das opções do Alentejo 2030 demonstra um balanço significativamente positivo sobre os diversos FCD avaliados.

194.É importante referir que ao longo do processo de programação foram já abordadas considerações e recomendações da AAE, articuladas e analisadas em conjunto com a equipa do Programa, e que integram já a versão atual da proposta do Alentejo 2030.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. Conclusões

Nota preliminar

195. As conclusões da AEA resultam da progressiva maturação dos trabalhos à medida que sucessivas versões do Programa Alentejo 2030 foram sendo analisadas. Essa dinâmica de interação permitiu sensibilizar a equipa responsável pela preparação e negociação do PR Alentejo 2030 para algumas limitações que a arquitetura de programação implicava, salientando simultaneamente a necessidade de margem de manobra em sede de operacionalização/implementação da programação para tentar mitigar algumas dessas limitações. Essa dimensão será mais visível na análise das recomendações que constam da secção 6.2.

De natureza geral

C1. A programação do PR Alentejo 2021-2027 é reconhecidamente marcada pela obrigatoriedade de alinhamento com as condições regulamentares comunitárias e também pela necessidade de respeitar a arquitetura da programação determinada pelo Acordo de Parceria, que se traduziu por uma grande homogeneidade das arquiteturas dos PR. Se tivermos em linha de conta as dinâmicas de criatividade e abertura suscitadas pela discussão e validação da Estratégia Regional 2030 e do seu Plano de Ação e, também pelos trabalhos de revisão da RIS 3 Alentejo, pode dizer-se que parcialmente tais dinâmicas e expectativas encontram no corpo do PR uma estrutura demasiado rígida para responder a alguns dos aspetos mais estruturantes do seu diagnóstico de necessidades e desafios e de resposta a algumas das prioridades estratégicas. Um bom exemplo de que a equipa da CCDR Alentejo que preparou e negociou o PR compreendeu essa mudança de contexto é ilustrada pela adaptação realizada em matéria de visão estratégica de suporte à programação, a qual passou a ser informada pelas três transições em curso na Região, a demográfica, a climática e a digital. Esta rigidez de enquadramento e arquitetura prolonga-se depois descendentemente para os exercícios de planeamento das CIM NUTS III.

C2. Essa rigidez de programação gera efeitos sobretudo no caso dos OP1 e OP4, atingindo mais recentemente o próprio OP2, com a redução dos recursos FEDER para o apoio à economia circular (RSO 2.6) que foi escolhido para acomodar o facto do FTJ ter de acolher mais 25 M de euros. Se excetuarmos essa mais recente alteração, o OP2 consagra convenientemente as ambições da Região em matéria energética e climática (esperar-se-ia algo mais em termos de biodiversidade). O OP3 constitui um objeto estranho consentido na programação, dada a premência da infraestrutura ferroviária a financiar e o OP5 reúne as condições de recursos suficientes para permitir que as intervenções territoriais integradas possam atingir níveis e padrões de investimento compatíveis com as dinâmicas ascendentes sub-regionais e locais entretanto criadas e também para dar resposta à operacionalização da transição demográfica.

C3. No caso do OP1, a rigidez da estrutura de programação emerge com efeitos combinados com o recuo de dotação de recursos FEDER que a programação 2021-2027 estabelece para a Região, comparando sem a presença do FTJ. É visível o recuo de importância relativa da magnitude de recursos financeiros alocados às dimensões da investigação científica e tecnológica, transferência de conhecimento e de inovação e competitividade empresarial (em grande medida o OP1) quando confrontada com a que assumiu na programação 2014-2020. Sem resultados de trabalhos de avaliação intercalar do PO Alentejo 2014-2020 a apoiar esta AEA, esta não conseguiu identificar razões válidas e consequentes para explicar este recuo. Não parece ter havido problemas de formação de procura nestas áreas de apoio do PR. É verdade que a complementaridade com o PRR não pode ser ignorada, o que poderá mitigar a referida redução, sobretudo se as entidades do SRI Alentejo surgirem representadas nas 65 parcerias aprovadas nas Agendas Mobilizadoras. Estima-se que a revisão operada na EREI Alentejo e o esforço realizado de definição na nova versão de atividades transformativas possa operar e permitir uma maior seletividade de apoios, compensando por essa via a redução de recursos FEDER.

C4. A novidade dos investimentos na infraestrutura digital deste PR ineridas nas prioridades 1A e 1B do OP1 só parcialmente compensa aquela evidência. Na verdade, a digitalização da administração local e o investimento em redes de banda larga de elevada capacidade para cobertura equitativa do território não é seguro que se projetem já neste período de programação, seja em redução de custos de contexto da atividade empresarial, seja na criação de novos serviços às empresas, sem embargo de representarem importantes apoios em matéria de compensação de falhas de mercado que os operadores privados de telecomunicações não têm resolvido. Em resumo, a novidade dos RSO 1.2 e 1.5 só parcialmente atenua a forte redução de recursos observada neste OP.

C5. Neste contexto de recuo de recursos FEEL, a AEA considera positiva a relação de 1 para praticamente 8 entre a criação de conhecimento científico e tecnológico e o apoio ao investimento empresarial e valorização económica do conhecimento no RSO 1.1. Do mesmo modo, no âmbito da atuação do RSO 1.3, tendo em conta o recuo observado nos recursos FEEL para este objetivo (investimento empresarial), a AEA considera que a alocação de recursos às infraestruturas não tecnológicas (35 M €) pode ser ainda considerada excessiva face aos recursos alocados ao investimento empresarial (98,4 M €).

C6. Na última versão do PR submetida à CE, não é legível que alocação financeira será alocada às ações coletivas de transferência de conhecimento e de competitividade empresarial. A análise dos domínios de intervenção não permite identificar a presença de ações coletivas. Espera-se que a sua aplicação seja seletiva e subordinada à demonstração inequívoca de verificação de externalidades empresariais positivas e assumindo o estatuto de instrumentos ao serviço do *policy-mix* da EREI Alentejo. Não fica também claro que esforço de programação será dedicado ao empreendedorismo de base tecnológica. A única referência encontrada situa-se no RSO 1.1 com o domínio de intervenção “incubação, apoio a novas empresas (*spin offs*), a empresas derivadas (*spin outs*) e a empresas em fase de arranque (*start ups*), com uma alocação de 9,5 M de euros.

C7. Os recursos alocados ao RSO 1.4 (governança e descoberta empreendedora na RIS 3 Alentejo) poderão representar pela positiva a abertura de um novo ciclo de vida para a especialização inteligente na Região. A dotação financeira é relativamente modesta (1 milhão de €) no plano global do PR, mas representa uma grande oportunidade regional, sendo aliás no PR praticamente a única dimensão de apoio a questões de governança regional, o que não está em linha com o facto da Estratégia Regional dedicar um desafio próprio a estas questões.

C8. Um outro exemplo de efeitos penalizadores da rigidez com que a programação foi concebida diz respeito ao OP4, multifundo e envolvendo uma intervenção mais relevante do FSE + e outra mais residual do FEDER. A natureza deste OP reveste-se de grande importância para a concretização da Estratégia Regional, já que incorpora os domínios da educação, do emprego, da formação e do combate à exclusão social. Face a estas características e com o recuo da dotação de recursos em matéria de FSE +, o OP4 apresenta-se com uma forte atomização de Objetivos Específicos e de medidas de política associadas, não sendo totalmente legível a explicitação das prioridades de intervenções. O PR Alentejo mobiliza praticamente todo o cardápio de OE disponíveis, mas ao fazê-lo perde-se em matéria de alinhamento da programação com o diagnóstico de necessidades e desafios. Diremos que falta legibilidade de opções neste OP.

C9. A nível do OP FSE +, para além de não se compreender o recuo na dotação de recursos, é visível que a ambição regional de encarar a formação de competências como um instrumento relevante da estratégia regional fica limitada nesta estrutura de programação aos 17 milhões de € para formação de adaptação e também aos 16,92 milhões de € para os TeSp e Cursos Superiores de Curta Duração. É manifestamente pouco em termos de resposta aquele desafio regional. Já no que respeita ao combate à exclusão social, a relevância do OP4 é ainda mais dececionante, pois além da componente inovação social emergir como a referência mais explícita às questões sociais, adicionada ao combate ao insucesso escolar, a componente FEDER está limitada aos equipamentos e infraestruturas de saúde. Estima-se que tal

opção corresponda a uma de duas hipóteses: a mais que provável forte relevância do PT DQI e/ou ao relevo que é dado às intervenções territoriais do OP5 para realizar esse combate de proximidade à pobreza e à exclusão social. A opção assumida pela programação não é totalmente legível.

C10. Na componente do OP4 FEDER, manteve-se a má prática de manter uma dotação quase residual para ativos e serviços do turismo e para património e serviços culturais (2 milhões de € cada), que além de retirar coerência e legibilidade ao OP4, o faz com verbas praticamente residuais. Seria preferível que de uma vez por todas o turismo como atividade económica fosse concentrado no OP1 e que a questão cultural fosse transferida para as intervenções territoriais integradas do OP5.

C11. Globalmente, o OP4 é um objetivo de programação pouco legível, demasiado autonomizado, numa espécie de “menu à la carte” em que é difícil perceber as opções regionais. No entender da AEA, este OP é o que enfrenta maiores desafios de operacionalização no sentido de mitigar as insuficiências do que foi programado.

C12. Tal como foi anteriormente referido, o OP2 e o OP5 são os vetores da programação mais consistentes, podendo admitir-se margens de manobra para algum reequilíbrio de oportunidades sobretudo no OP2. Neste caso, a massa de recursos dedicados ao ciclo urbano da água colocará especiais necessidades de implementação do RSO 2.5. A redução de recursos FEDER para a economia circular no âmbito do RSO 2.6, para além de resultar de um problema que é exterior à economia circular (reequilíbrio entre dotação FEDER e do FTJ) constitui um péssimo sinal que é dado à Região em termos da relevância atribuída à economia circular. Resta a hipótese do RSO 1.3 (OP1) poder dedicar recursos específicos do sistema de incentivos para apoiar projetos empresariais estruturantes de valorização da economia circular. No caso do OP5, interessaria compreender melhor as opções de alocação de recursos no interior de cada OE, por exemplo a importância relativa da dotação de recursos para ITI CIM, ITI Redes Urbanas, Parcerias para a Coesão não Urbanas e PROVERE e outras.

Em matéria da coerência da programação com o diagnóstico de necessidades e desafios regionais e com as prioridades da Estratégia Regional assumidas pelo PR

C13. A rigidez de programação atrás assinalada tende a não favorecer a resposta do PR ao diagnóstico de necessidades e desafios e também de prioridades estratégicas assinaladas com tanta relevância na Estratégia Regional e de certo modo recuperadas na formulação do PR. A abordagem da programação à mudança demográfica constitui o melhor exemplo daquela penalização. Pelo que é possível inferir da arquitetura da programação e das alocações de recursos financeiros, a possível resposta através dos ITI do RSO 5.1 é a dimensão do PR onde aparentemente o tema é acolhido. Mas a resposta à mudança demográfica apresenta também características de ampla transversalidade. No PR Alentejo não surge explicitada a abordagem de integração de dimensões de planeamento que seria necessário assegurar para a desejada resposta integrada ao desafio demográfico. Dimensões como a (i) criação de emprego qualificado e, por essa via, atração de novos residentes à Região, (ii) criação de condições de residência, culturais e acolhimento desses novos residentes, (iii) estratégias locais de habitação com componentes de acolhimento e integração de migrantes internacionais, (iv) dinâmicas de investimento de valorização económica de recursos locais para fixação de jovens que se qualificam na Região, (v) estratégias de atração à Região de novos investigadores e (vi) políticas mais ambiciosas de conciliação da vida profissional e familiar para casais jovens são exemplos de dimensões da referida transversalidade. Embora o OP5 possa acolher respostas a essa dimensão mais integrada, não está desenhada no PR a formatação dessa integração. Daí a questão ficar reservada para a dinâmica de operacionalização da programação, envolvendo a política de avisos e sobretudo a possibilidade de apoio a projetos inovadores e estruturantes do ponto de vista da integração das referidas dimensões.

C14. A programação é também pobre do ponto de vista da sua resposta ao desafio estratégico da melhoria das condições de governação, praticamente limitada ao RSO 1.4 do OP1 (Especialização Inteligente), sendo visível que neste período de programação as questões da capacitação apresentam uma

baixa notoriedade, sendo de presumir que se aposta nas intervenções territoriais integradas do OP5 para suscitar operações nessa área de intervenção. Mas o contributo do RSO 1.4 deve substancialmente valorizado, já que o seu financiamento com recursos próprios FEDER da programação permitirá melhorar substancialmente as condições de governação regional em matérias como a consolidação dos domínios de especialização, a operacionalização das ações transformativas e dos mecanismos de dinamização/missão das Plataformas setoriais, bem como reforçar o papel das entidades motoras do Sistema Regional de Inovação, incluindo o apoio à sua governação. O quadro de intervenções do OP5 deverá também representar uma oportunidade para a experimentação de novas soluções de governação multinível, seja no plano das relações ascendentes entre CIM e entidades do governo central, seja no plano das relações descendentes e de descentralização entre CIM, Municípios e associações de desenvolvimento local.

C15. Finalmente, no que respeita ao OP1, dada a redução observada nos recursos disponíveis face ao período anterior, será particularmente relevante acompanhar o modo como as entidades do SRI Alentejo estarão representadas nas Agendas Mobilizadoras apoiadas pelo PRR. Comparando com a parcimónia dos recursos programados no RSO 1.1., as referidas Agendas Mobilizadoras tenderão a constituir o grande impulso de consolidação das unidades de investigação e transferência de conhecimento. A divulgação dos resultados efetivos do PRR na Região nessa matéria deverá permitir aferir da complementaridade de apoios a garantir através do RSO 1.1. No quadro do RSO 1.3, a magnitude da alocação de recursos às infraestruturas não tecnológicas de apoio à competitividade corre o risco de no caso de baixa seletividade dos apoios contribuir para uma atomização de AAE sem melhoria considerável dos modelos de organização dessas infraestruturas, em detrimento do apoio ao investimento produtivo empresarial.

Em termos de coerência interna

C16. As análises de coerência interna à programação realizadas pela AEA visaram identificar as maiores intensidades (“pontos quentes”) de coerência interna a monitorizar no Programa. O OP5, dada a possibilidade de mobilização bipartida de recursos que os ITI apresentam, ou seja, da dotação do próprio OP5 e de outros OP, com realce para o OP2 e OP4, constitui o principal emissor de necessidades de monitorização da coerência interna.

C17. A coerência interna a salvaguardar no âmbito do próprio OP1 deve ser destacada, a vários níveis: (i) criação e transferência de conhecimento versus I&DT e investimento de inovação empresarial; (ii) ações coletivas e suas repercussões em I&DT e investimento empresarial; (iii) investimentos em infraestruturas digitais e investimento empresarial (novos serviços às empresas e novos modelos de negócio).

C18. A coerência interna entre o OP1 e o OP4 é fortemente penalizada pela fraca intensidade dos apoios em matéria de formação de adaptação. A dimensão da formação contínua como componente de adaptação de trabalhadores, de empresas e de empresários continua a assumir na programação do PR uma magnitude claramente aquém das necessidades e desafios da Região, sobretudo se tivermos em conta que neste período de programação a transição digital, a transição energética e a transição climática serão geradoras de necessidades de novas competências. Não é legível na programação de que modo as mudanças em matéria de inovação, digitalização e internacionalização empresariais serão colmatadas com as competências necessárias, não se compreendendo bem de que modo a programação poderá contribuir para essa convergência de respostas, mesmo sem a possibilidade do apoio à formação avançada. Quanto às relações entre OP1 e OP2, é sobretudo entre o OE 1.3 e o OE 2.6 (economia circular) que se colocariam as principais complementaridades a preservar, mas a redução de recursos operada para a economia circular esbate essa necessidade.

C19. O OP 4 continua a apresentar as já usuais exigências de complementaridade interna FSE+ (este com recuo de alocação de recursos) e FEDER, que a experiência de programações anteriores mostra que nem

sempre conduzem a operações apoiadas articuladas entre si. Como nota crítica, importa referir que a integração da componente do turismo no OP4, contribui para desfocar a sua natureza de setor económico que cria valor a partir de recursos específicos e inimitáveis, associando serviços tendencialmente mais inovadores e qualificados, e com importância no mercado internacional.

C20. Como foi anteriormente referido, a intensidade de necessidades de coerência interna decorrente do OP5 decorre das ITI CIM e ITI Redes Urbanas poderem mobilizar RSO e ESO de outros OP. As condições em que essa mobilização irá ser concretizada não estão totalmente clarificadas, sobretudo a partir do momento em que as ITI serão programadas segundo três eixos.

Em termos de coerência externa

C21. A programação do PR Alentejo 2021-2027 é particularmente exigente em termos de monitorização e acompanhamento da sua coerência externa. Haverá que distinguir entre a convergência externa do PR Alentejo e do PRR, que acontecerá ainda na primeira fase de implementação do PR e a que incidirá em todo o período de programação, como é o caso dos três PT ITD, ACS e QDI e ainda com o PE PAC (FEADER) e o PO MAR (Feampa). A AEA salienta, entretanto, como dado muito positivo o esforço realizado na versão mais recente do Programa Alentejo de identificação rigorosa dos pontos de sinergia externa. Embora esse esforço se tenha dirigido essencialmente para a delimitação dos campos de intervenção, trata-se de informação relevante para organizar a monitorização dessa coerência externa.

C22. A principal implicação destes exemplos de coerência externa aponta para as condições de monitorização estratégica do PR Alentejo, a qual deverá dedicar a esta dimensão uma forte atenção.

C23. A coerência externa com os Programas Temáticos deve ser assinalada: (i) com o PT ITD, dada a necessidade de conhecer atempadamente que empresas e projetos concretos está a apoiar na Região e de clarificar se o PR tem ou não intervenção no apoio ao empreendedorismo de base tecnológica e que tipo de implicações em termos de novas competências irão manifestar-se; (ii) com o PT da ACS dada a maior importância desta Agenda na programação 2030; (iii) com o PT DQI pelo facto de se tratar do maior Programa do PT 2030, fundindo a ação do PO CH e do PO ISE, e também pelo facto de compreender as consequências da redução de recursos FSE + no PR Alentejo; (iv) obviamente que para o território litoral da Região, o Programa Mar exige também monitorização de incidência, com repercussões também na implementação da RIS Alentejo.

C24. A coerência externa com a intervenção do PE PAC (FEADER), que só por acaso institucional será alcançada, é de natureza diferente e prende-se com o tipo de modelos e sistemas produtivos agrícolas que irão ser apoiados por aquele instrumento. Dada a importância do OP 2 na programação do PR Alentejo, seria incompreensível que estes objetivos fossem contrariados pela política agrícola, sem ponderação da necessidade de reconversão de sistemas produtivos imposta pela transição climática a que a Região está hoje submetida. A AEA concluiu que este é talvez o mais controverso elemento de coerência externa do PR e a dinâmica do painel de discussão com entidades públicas representadas na Região não trouxe ao trabalho de avaliação elementos que dissipassem este ponto crítico.

C25. Em estreita ligação com as questões da coerência interna e externa, a AEA concluiu também que o PR Alentejo não tem clarificados que mecanismos de articulação e coordenação irão estar operativos para assegurar a convergência de efeitos entre diferentes tipos de intervenção do PR e também para monitorizar de que modo PRR, Programas Temáticos, PE PAC FEADER e Mar (FEAMPA) irão gerar sinergias com a intervenção do PR. Seria fundamental assegurar, por parte das autoridades nacionais de coordenação do PT 2030, o compromisso de disponibilização atempada de informação organizada e aprofundada da intervenção dos programas anteriormente referidos na Região. A AEA considera que se trata de matéria essencialmente da responsabilidade da coordenação do PT 2030.

Questões de prioridades horizontais e flexibilidade de programação

C26. Com exceção da dimensão ambiental e climática da sustentabilidade, em que o OP2 do PR Alentejo constitui por si só um valioso elemento de cumprimento dessa prioridade horizontal e do ESO 4.8 do OP4, dedicado às questões da inclusão ativa e da igualdade de oportunidades, o PR Alentejo não é particularmente legível e rico em referências em relação a esta matéria. Estima-se, por isso, e propõe-se que o PR operacionalize essa questão em sede de condições de gestão operacional da programação e na formulação de avisos para apresentação de candidaturas e em sede de análise de mérito poder abordar tais questões.

C27. Parece ser fortemente contraditório discutir as condições de flexibilidade da programação numa arquitetura de programação que é à partida relativamente rígida. Para além disso, a redução de recursos FEDER no OP1 e de recursos FSE+ no OP4 tende no entendimento da AEA a penalizar essa capacidade de enfrentamento de situações conjunturais de crise não existentes quando a programação foi concebida. Por outro lado, e não menos importante, a programação está a ser concebida num período em que já é visível que os anos iniciais de implementação irão decorrer em clima de agravamento da situação socioeconómica nacional e internacional. Por isso, em termos de síntese, o PR Alentejo não está particularmente bem-dotado para fazer face a uma alteração de contexto dessa natureza, sob pena de comprometer todo o alcance estratégico da sua intervenção.

Sobre a adequação das medidas do PR

C28. O grau de aprofundamento e pormenorização de medidas de política que consta do Programa submetido à Comissão Europeia está ainda longe de uma formulação em termos de gestão operacional da programação. Por isso, as limitações de informação para responder cabalmente a esta questão são vastas e óbvias. Para além disso, o PR herda uma arquitetura de programação bastante rígida à partida, como o assinalámos anteriormente, estimando-se que a partir dessa realidade também não seja fácil à equipa que preparou o PR inovar disruptivamente em matéria de medidas de políticas e de *policy-mix* para operacionalizar o quadro de OE.

C29. Mas mesmo nesse contexto de rigidez de programação e de margens de manobra limitadas para um *policy-mix* mais inovador, existem matérias de possível inovação como, por exemplo: (i) maximizar externalidades positivas das ações coletivas do OP1 em termos de transferência de conhecimento e de internacionalização e competitividade, incrementando a sua seletividade e velando pelo aumento do número de PME envolvidas e beneficiárias de tais externalidades; (ii) maior ambição em termos de mobilização de instrumentos financeiros; (iii) tornar mais apelativos os apoios à eficiência energética; (iv) desenvolver medidas de promoção de processos estruturantes de formação contínua de adaptação nas empresas, de modo a transformá-las em veículos mais potentes de formação de novas competências, com relevo para a sua associação à transformação digital; (v) operacionalizar toda a abordagem da inovação social com medidas que valorizem a aprendizagem alcançada pela EMPIS/IPIS; (vi) montagem de sistemas de incentivos ajustados aos territórios dos ITI CIM.

Sobre a abordagem integrada ao desenvolvimento territorial

C30. O PR segue de perto as orientações nesta matéria do Acordo de Parceria, transportando para o OP5 e RSO 5.1 e 5.2 a filosofia de desenvolvimento territorial integrado que é proposta naquele documento com as figuras dos ITI CIM e ITI Redes Urbanas (esta última parecendo querer retomar a descontinuada prática das RUCI), mas também de figuras complementares como os ITI temáticos, os PROVERE e as Parcerias para a Coesão não urbanas. Neste contexto, os ITI CIM, pela aprendizagem já alcançada, são a figura em que se identificam condições mais favoráveis para que a abordagem territorial integrada seja positivamente alcançada. Nessa medida, a clarificação operada na estrutura da programação que deve ser seguida pelas ITI CIM, com a explicitação de três eixos (Promoção de Serviços de Interesse

Geral, Reforço dos Centros Urbanos e Dinamização de Ativos Territoriais) e esforço adicional de definição de conteúdos de tipologias de intervenção com remissão para diferentes RSO e ESO constitui na interpretação da AEA um avanço positivo. Claro que se mantém a questão da integração das EIDT CIM neste novo figurino, mas trata-se de matéria que a transformação dessas EIDT CIM em planos de ação poderá minimizar.

C31. A questão dos Centros Urbanos aparece contemplada no eixo 2 das ITI CIM e o lançamento das ITI Redes Urbanas pode corresponder a uma experimentação, que foi anteriormente negada com a descontinuação das RUCI, que a AEA considera interessante do ponto de vista de criação de novas dinâmicas de cooperação no território

C32. As Parcerias para a Coesão não urbanas geram uma nova expectativa de integração de instrumentos. Permanece a interrogação de saber se a experiência das DLBC rurais pode ser capitalizada neste novo instrumento ou se novas parcerias colaborativas irão emergir. O espaço de articulação dos ITI CIM com este novo instrumento permanece interrogado.

Participação de stakeholders

C33. Face ao elevado nível de participação regional que a elaboração da Estratégia Regional Alentejo 2030 e a revisão da RIS 3 Alentejo suscitaram, pode concluir-se que o PR Alentejo parece não conter mecanismos claros que permitam aspirar a um desenvolvimento consequente dessa dinâmica participativa. Será essencialmente no âmbito da implementação do OP5 que se abrirão as principais oportunidades de governação multinível – regional, sub-regional, local, funcional, esperando a AEA obter informação mais aprofundada sobre o assunto. Também no âmbito do OP1, não devem ser ignoradas oportunidades, não só no âmbito da gestão institucional das oportunidades transformativas da RIS 3 Alentejo, mas também no envolvimento de todo o Sistema Regional de Inovação numa gestão mais participada deste OP.

Em termos de dimensão e estrutura financeira do PR

C34. A AEA destaca os problemas de legibilidade explicativa da redução de recursos FEEI observada no PR Alentejo face à programação anterior, ignorando para este efeito o valor do FTJ, com evidência mais gritante na redução de recursos FEDER no RSO 1.1. e RSO1.3 e na redução do FSE + observada no OP4. Nessa perspetiva, não parece haver uma explicação lógica cabal para a perda de recursos relativamente ao período de programação anterior, se bem que exista o recurso ao PRR, não sendo claro se é este último a explicar essa redução.

C35. Quanto ao OP2, a sua dimensão financeira está em linha com a relevância da agenda comunitária e nacional que lhe está associada, diversificando-se por um conjunto vasto de RSO e de medidas de política, embora possa antecipar-se alguma falta de ambição nas dimensões mais inovadoras deste OP, particularmente comunidades de energias renováveis e economia circular, sendo esta última fortemente penalizada por uma redução de recursos “de última hora”, induzida pela necessidade de acomodar com redução de recursos FEDER o reforço em 25 M de euros do FTJ.

C36. O OP3, dedicado às operações ferroviárias, não pode claramente ser identificado como um ganho de recursos a nível regional. As operações que estão aqui em causa tanto poderiam incorporar um programa nacional como o Fundo de Coesão como o PR, não se vislumbrando vantagens especiais e particulares na sua inclusão no PR Alentejo. Como compensação desta cedência regional, pode ser invocada a relevância da intervenção a financiar.

C37. Seguindo uma linha que é comum a todos os PR, o PR Alentejo é muito conservador em relação a opções sobre modalidades de financiamento, sendo de elevada parcimónia a mobilização de IF.

Em termos de sistema de indicadores, monitorização e avaliação

C38. O PR sob avaliação consagra um conjunto de indicadores de realizações (IRz) e de resultado (IRs), definidos por OE, não existindo, nesta formulação, indicadores de impacto, que é comum a todos os PR. A formulação de indicadores seguiu a prática de outros PR, com escolha ponderada entre os indicadores comuns FEDER e FSE + dos indicadores que o PR Alentejo considera mais pertinentes para a sua gestão futura. A análise crítica deste corpo de indicadores conclui que a formulação apresentada fica aquém do potencial de extração de informação que o sistema de informação do PR, devidamente articulado com o SI dos PT ITD e DQI, permite antever como possível. Matérias como o contributo dos apoios FEDER (do PR Alentejo e do PT ITD) para o aumento de produtividade, peso das exportações no volume de vendas das empresas regionais, variação do emprego qualificado, peso de fatores imateriais de competitividade e valorização da circularidade e dos contributos FSE + do PR Alentejo e PT DQI para a formação de novas competências na Região são exemplos do que as extrações específicas de informação poderão assegurar.

C39. Em matéria de indicadores de resultado, a análise crítica realizada identificou as seguintes insuficiências:

- Existem casos em que os indicadores selecionados não permitem medir eficazmente os resultados das tipologias de ação a que estão associados, como por exemplo: os indicadores associados aos RSO 2.4. e 2.5 que apenas consideram a massa de população abrangida ou coberta pelas ações relacionadas com as alterações climáticas e gestão de recursos hídricos;
- Há, igualmente, indicadores que não permitem aferir o incremento do apoio FEEI nos domínios em que são aplicados, como é o caso de: (i) *PME introdutoras de inovação de produtos ou de processos (Nº)* (associado ao RSO 1.1.), em vez de se privilegiar a variação destas PME; (ii) *Consumo anual de energia primária* (associado ao RSO 2.1) e *Total da energia renovável produzida* (associado ao RSO 2.2) que não permitem estabelecer uma comparação antes e depois da operação apoiada; (iii) *Projetos transversais de âmbito intermunicipal (Nº)* (associado aos RSO 5.1. e 5.2) que não permite identificar a proporção destes projetos no total dos projetos, sendo igualmente muito relevante compreender o montante de investimento destes projetos;
- Noutros casos, a formulação do indicador é muito genérica não permitindo diferenciar tipologias de intervenção, como é o caso do RSO 4.6, em que não é possível distinguir entre operações apoiadas em matéria cultural, turística ou a combinação das duas dimensões;

C40. Em matéria de qualidade e realismo de metas, o PR Alentejo seguiu predominantemente a prática de utilização do histórico de programação do Alentejo 2014-2020, com ou sem recurso a custos unitários corrigidos de inflação acumulada, para definir metas em função da dotação de Fundo dos diferentes OE. Pode ter existido aqui algum círculo vicioso, pois a dotação de cada RSO/ESO pode ter sido também determinada em função desse histórico, devidamente adaptado ao novo quadro global de dotação. Mas o principal inconveniente do recurso ao histórico de programação, embora ele conduza a uma lógica de segurança na estimação de procura, regra geral frequente quando há financiamento baseado em resultados, consiste no prolongamento de situações de inércia de procura de apoios. Há domínios em que a interrupção de procura é necessária e o histórico inibe uma atuação mais proativa por parte da AG.

Em termos de monitorização e avaliação

C41. O texto do Programa em avaliação não aborda a questão do sistema de monitorização e avaliação que pretende conceber e implementar. Na interpretação da AEA o sistema de indicadores de realizações e resultados que acompanha o PR está destinado a representar o “core” do que poderia ser designado monitorização da implementação do PR Alentejo, construída essencialmente em torno do potencial oferecido pelo seu Sistema de Informação. A AEA proporciona elementos de análise crítica a esse sistema

de indicadores que oferecem condições para a melhoria desse sistema de indicadores e obviamente melhorar as condições iniciais para concretizar o processo de monitorização.

C42. A opção seguida por toda a programação nacional de não formular indicadores de impacto penaliza também a possibilidade recomendada pela AEA de serem definidos dois processos de monitorização integrados num único sistema: (i) a monitorização estratégica em que para além da medida dos contributos do PR para os impactos esperados se acompanhe também a incidência na Região dos Programa Temáticos assinalados na análise da coerência externa, a incidência do PRR e a robustez de efeitos da RIS 3 Alentejo e a (ii) a monitorização da implementação que alimenta regularmente os Relatórios de Execução. De acordo com a AEA, a alimentação dos indicadores de impacto poderia resultar de quatro fontes essenciais: (i) a mobilização de indicadores construídos a partir do sistema estatístico nacional, em condições de disponibilização atempada a protocolar com o INE; (ii) a realização de extrações específicas de informação a partir do SI do PR, envolvendo comparações “antes versus depois” de indicadores relativos a projetos encerrados; (iii) a garantia de que os PT ITD, DQI e ACD, PE PAC (Feader) e MAR fornecerão atempadamente informação sobre o modo como a sua intervenção incidirá na Região, (iv) o contributo das autoridades nacionais de coordenação do PT 2030 e (v) informação específica de suporte a três tipos de avaliações de impacto recomendadas pela AEA: (i) contributo do PR para o aumento dos níveis de intensidade em conhecimento-inovação da especialização produtiva regional; (ii) impacto do PR na desejada mudança demográfica da Região (em função da importância atribuída a este desígnio regional) e (iii) impacto da programação na adaptação dos sistemas produtivos regionais à transição climática.

C43. A avaliação prévia realizada pela AEA das condições humanas, técnicas e organizativas que é necessário garantir para ter em funcionamento as duas unidades de monitorização atrás assinaladas permite concluir que tais condições serão particularmente exigentes para a AG do PR e para a própria CCDR Alentejo; de acordo com a estimativa realizada de valências e dotação de recursos humanos, pode concluir-se que, embora algumas das funções possam ser assumidas por elementos do quadro existente, a operacionalização das duas unidades de monitorização implicará o reforço significativo da dotação de recursos humanos, com efeitos na assistência técnica do PR.

Articulação com a AAE

C46. A articulação entre os dois processos, AEA e AAE, decorreu normalmente com uma interação permanente entre as duas equipas, ponderação dos resultados da consulta pública a que a AAE foi sujeita e atenção ao novo contexto das condições requeridas pelo princípio do DNSH. Em termos de implicações para a AEA suscitadas por aquelas QEAS quatro orientações se destacam: (i) foco no efeito direto dos RSO do OP2; (ii) atenção ao efeito indireto das realizações e resultados do OP1 e do OP5 para as condições da sustentabilidade ambiental; (iii) a relevância do OP4 para a sustentabilidade social; (iv) uma particular atenção à convergência de efeitos entre diferentes instrumentos de política acolhidos em diferentes RSO e ESO e nos Programas Temáticos.

8.2. Recomendações

196. A tabela seguinte sistematiza as recomendações que decorrem do trabalho de avaliação. A fundamentação destas recomendações é realizada invocando na segunda coluna as conclusões que suportam as propostas realizadas. Existe um predomínio óbvio de recomendações dirigidas à fase de operacionalização/implementação do PR Alentejo 2030. Outro tipo de recomendações visa períodos de programação futuros. Na tabela atrás referida existe a preocupação de tentar identificar os destinatários a que se dirigem, sempre numa ótica de facilitação da operacionalização das recomendações realizadas.

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
R1	Recomenda-se que seja ensaiada em próximos períodos de programação a possibilidade de conceção de uma arquitetura de programação mais flexível e ajustada aos exercícios de construção da Estratégia Regional, consolidando os processos participativos na Região; como forma de mitigação deste problema no período de programação em avaliação, recomenda-se que a autoridade nacional de coordenação do PT 2030 estimule a AG do PR Alentejo a prosseguir uma política de operacionalização da programação com alguma autonomia, de modo a aperfeiçoar o <i>policy-mix</i> de abordagem a questões como o declínio demográfico, a atração de investimento, a mudança do perfil de especialização produtiva regional e a formação de competências a nível regional, maximizando a integração de apoios disponíveis a partir de diferentes RSO e ESO. E	C1	Programação/Operacionalização Programação futura	Entidade coordenadora do PT 2030 e futuros períodos de programação
R2	Dada a rigidez de arquitetura em que o PR foi programado, recomenda-se que a gestão da implementação do PR Alentejo proceda, por via das mais adequadas condições administrativas e operacionais, à diferenciação necessária da intervenção, tendo em conta os diagnósticos de necessidades e desafios e as prioridades estratégicas da Região: políticas de dinamização da procura, de avisos específicos, de orientações para promover a qualidade das operações aprovadas, critérios de seleção e análise de mérito. A resposta ao desígnio da mudança demográfica, combatendo consequentemente o declínio demográfico, ilustra especialmente esta recomendação e será objeto de recomendação específica por parte desta AEA.	C1, C2	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027
R3	Dada a redução de recursos financeiros que as matérias acolhidas pelo OP1 experimentaram face ao anterior período de programação, apesar de não se ignorar o fator de compensação PRR, recomenda-se que a implementação das medidas deste OP, particularmente as relativas aos RSO 1.1 e 1.3 seja concretizada com o máximo possível de seletividade, de maneira a compensar a redução de recursos com o caráter estruturante das operações aprovadas. Ainda neste âmbito, recomenda-se que no âmbito do RSO 1.3. a dotação de recursos para as infraestruturas não tecnológicas seja aplicada com seletividade focada na efetiva qualificação e poder de atração de novas empresas, reduzindo o risco de atomização sem ganhos consideráveis de qualificação infraestrutural.	C3, C5, C15	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027
R4	Recomenda-se que a operacionalização da programação procure aproximar o mais possível os apoios à digitalização da administração pública local dos objetivos de redução dos custos de contexto empresarial e a cobertura de banda larga de elevada capacidade da geração de uma nova família de serviços às empresas, de modo a aumentar a coerência dos RSO 1.2 e 1.5 face aos objetivos do OP1.	C4	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
R5	Recomenda-se que a operacionalização do Programa possa clarificar a magnitude de recursos disponíveis para os apoios a ações coletivas de transferência de conhecimento e de competitividade empresarial, para além de introduzir princípios de seletividade reforçada, tendo em vista a demonstração da verificação de externalidades positivas para as empresas e envolvendo o maior número possível de empresas beneficiárias dessas externalidades.	C6	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027
R6	Recomenda-se que a operacionalização da programação dos apoios do RSO 1.4 (especialização inteligente) seja dinamizada em função das atividades transformativas propostas pela RIS 3 revista, gerando uma dinâmica efetiva de descoberta empreendedora ajustada às características do SRI Alentejo, com ponderação do modo como o SRI Alentejo estiver representado nos 65 projetos das Agendas Mobilizadas entretanto já aprovados no âmbito do PRR.	C7, C15	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027
R7	Recomenda-se que o OP4 do PR possa ser objeto de uma revisão de prioridades relativas, combatendo a atomização de instrumentos de política associada ao menu de instrumentos disponíveis, concedendo designadamente à formação contínua de adaptação uma maior legibilidade de prioridade atribuída, algo que a AEA considera essencial para contrapor à redução significativa de dotação de recursos do FSE +. Recomenda-se ainda que em fase de operacionalização seja prevista a possibilidade do ESO 4.4. poder ser mobilizado para programas de formação de suporte à atração de projetos de investimento estruturantes para a Região.	C8, C9, C11	Programação/Operacionalização	CCDR Alentejo/AG do PR Alentejo 2021-2027
R8	Recomenda-se ainda que, dada a relevância que a formação de competências assume para a Estratégia Regional, a implementação do RSO 4.4 seja acompanhada integralmente com a evolução da resposta do tecido empresarial regional aos apoios do RSO 1.3.	C9	Operacionalização/implementação	CCDR Alentejo/AG do PR Alentejo 2021-2027
R9	O ESO 4.8 consagra no OP4 a principal novidade da programação associada à promoção da inovação social, embora o faça com uma dotação de recursos típica de uma solução de experimentação; entretanto, dado o desenvolvimento que a abordagem inovação social teve no período de programação que agora termina, recomendando-se que o PR possa beneficiar da forte colaboração com a EMPIS para dar à inovação social a expressão de procura de novas soluções para a temática social na baixa densidade.	C9	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027/EMPIS
R10	Considerando que a expressão dos apoios FEDER consignados no RSO 4.6 (ativos de turismo e serviços e património cultural e serviços culturais) é praticamente residual, recomenda-se que este RSO possa ser integralmente mobilizado para o financiamento das operações a apoiar no âmbito dos RSO 5.1. e 5.2.	C10	Programação	CCDR Alentejo/AG do PR Alentejo 2021-2027

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
R11	Recomenda-se que no quadro da elevada consistência e coerência do OP2, seja dedicada especial atenção ao RSO 2.5 (ciclo urbano da água), dada a magnitude de recursos envolvidos. Dada a redução de recursos de “última hora” que a valorização da economia circular experimentou no âmbito do RSO 2.6, recomenda-se que para mitigar o problema e não interromper as atividades estimuladas pela Agenda Regional para a Economia Circular do Alentejo, seja possível dedicar no âmbito do RSO 1.3 avisos específicos para apoiar projetos empresariais estruturantes para além da matéria dos resíduos.	C12	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027
R12	Considerando também a elevada coerência e consistência do OP5 do PR e dos seus OE 5.1 e 5.2, recomenda-se a necessidade de clarificar a magnitude e as condições de mobilização dos recursos por parte das diferentes figuras de iniciativas territoriais, particularmente os ITI CIM, complementarmente à dotação desses RSO a partir de outros RSO e ESO de outros OP.	C12	Programação/Implementação	CCDR Alentejo/AG do PR Alentejo 2021-2027/CIM
R13	Recomenda-se que a abordagem transversal, para além da que cabe naturalmente às ITI desenvolver, à mudança demográfica se constitua em principal foco de operacionalização da programação. Esta Recomendação será objeto de proposta específica de abordagem apresentada em anexo a esta tabela	C13	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027/CIM
R14	Na medida em que o PR Alentejo é relativamente pobre na resposta ao desafio estratégico regional da melhoria das condições de governação regional, que se limita praticamente de forma explícita ao RSO 1.4, recomenda-se que, sobretudo no âmbito da implementação dos apoios do OP5, possa ser dedicada atenção específica às questões da capacitação focada no aperfeiçoamento e agilização da governação multinível, integrando o ainda incompleto processo de descentralização em curso.	C14	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027/CIM
R15	Recomenda-se que, em sede de monitorização da implementação do PR, seja atribuída especial atenção às condições de coerência de intervenções relação entre OP2 e OP5 e entre OP4 e OP5. Em sede de OP1, o mesmo deve dizer-se em aos temas da (i) criação e transferência de conhecimento versus I&DT e investimento de inovação empresarial, (ii) das ações coletivas e da sua repercussão em investimento de inovação empresarial e (iii) da relação entre apoios à infraestrutura digital e emergência de novos modelos de negócio. Do mesmo modo, recomenda-se que a evolução do investimento empresarial apoiado seja monitorizada conjuntamente com os apoios que for possível realizar em matéria de formação de adaptação, com relevo para os projetos RSO 1.3 que envolvam a matéria da transformação digital.	C16, C17, C18	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027/AG dos Programas temáticos/AD&C/ Coordenação do PT 2030
R16	Dada a magnitude de recursos que encerra (OP5), recomenda-se que seja desenvolvido um trabalho aprofundado de adaptação dos Planos de Ação CIM que decorrem	C20	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027/CIM

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
	das EIDT CIM à nova estrutura em três eixos das ITI CIM, bem como dos referenciais estratégicos existentes a nível local e urbano para enquadrar os apoios disponíveis.			
R17	Dada a conclusão de que a programação do PR Alentejo será particularmente exigente em matéria de coerência externa, recomenda-se que em sede de monitorização estratégica seja atribuída especial importância ao acompanhamento das realizações e resultados na Região dos Programas Temáticos ITD, ACS e DQI e PE PAC (Feader) e MAR (Feampa), recomendando-se também a criação de informação de reporte das realizações do PRR na Região.	C21, C22, C23, C24	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027/ AG dos Programas Temáticos/AD&C
R18	Recomenda-se que a futura AG do PR Alentejo defina internamente espaço e condições para acompanhar e assegurar a convergência de efeitos entre dos diferentes tipos de intervenção do PR, elegendo designadamente os territórios NUTS III como os mais adequados para realizar esse acompanhamento. Matérias como a articulação entre os apoios ao investimento produtivo inovador (RSO 1.3) e os apoios à formação contínua (ESO 4.4.), a convergência de efeitos da multiplicidade de RSO e respetivas tipologias de intervenção do OP2, o mesmo para os instrumentos de apoio social do OP4 e o contributo das ITI CIM para a abordagem da mudança demográfica devem merecer destaque nesse acompanhamento.	C25	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027/CIM
R19	Recomenda-se que a futura AG defina operacionalmente condições a respeitar pelos promotores de operações para cumprimento das prioridades horizontais estabelecidas em sede regulamentar europeia.	C26	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027
R20	Recomenda-se que, embora se reconheça a rigidez do modelo de programação com que o PR foi elaborado, a futura AG procure em sede de operacionalização do PR explorar margens de inovação em matéria de <i>policy-mix</i> , designadamente em áreas como: (i) maximização de externalidades positivas das ações coletivas; (ii) maior ambição de mobilização de instrumentos financeiros; (iii) desenvolver mecanismos apelativos de apoio à eficiência energética; (iv) processos mais estruturantes de apoio à formação contínua; (v) operacionalização da inovação social; (vi) sistemas de incentivos ajustados aos territórios dos ITI CIM.	C29	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027
R21	Recomenda-se que a implementação das ITI Redes Urbanas possa beneficiar da experiência entretanto descontinuada das RUCI, no sentido da programação contribuir para novas formas de cooperação multinível e horizontal no quadro de territórios distintos, designadamente para introduzir a lógica funcional na programação.	C30, C31	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027
R22	Recomenda-se a clarificação das condições de articulação e coordenação institucional da ação das Parcerias para a Coesão não Urbanas e dos ITI CIM	C30, C32	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
R23	Recomenda-se que CCDR Alentejo e AG do PR definam atempadamente espaços consultivos de acompanhamento do PR com envolvimento de <i>stakeholders</i> , de modo a dar continuidade ao processo participativo de elaboração da Estratégia Regional e da revisão da RIS 3 Alentejo, com destaque para os mecanismos da governação multinível do OP5 e de densificação colaborativa do SRI Alentejo	C33	Operacionalização/implementação	CCDR Alentejo/AG do PR Alentejo 2021-2027
R24	Recomenda-se que a futura AG do PR defina uma estratégia interna de resposta à redução observada na dotação de recursos do OP1 e do OP4 FSE +, ensaiando fórmulas exequíveis de maior seletividade de apoios para com menor dotação de recursos não prejudicar objetivos estratégicos a atingir.	C34	Operacionalização/implementação	AG do PR Alentejo 2021-2027
R25	Recomenda-se que a equipa do Programa discuta a proposta de indicadores de impacto apresentada pela equipa de avaliação, sobretudo do ponto de vista da sua exequibilidade de alimentação atempada, com envolvimento e pronunciamento da AD&C sobre essa matéria.	C42	Programação	CCDR Alentejo/AD&C
R26	Recomenda-se que a equipa que preparou o PR Alentejo analise e discuta a razoabilidade das propostas de revisão crítica de indicadores apresentadas pela AEA, designadamente de indicadores de resultado no sentido de melhorar as condições de monitorização do Programa	C39	Programação	CCDR Alentejo
R27	Recomenda-se que, face à excessiva prudência com que algumas metas foram definidas, sobretudo devido ao uso do histórico de programação como referência, os OE que exigem na Região algum incremento disruptivo de procura de apoios sejam objeto de dinamização proativa da procura para lá do cumprimento das metas demasiado prudentes, entretanto definidas.	C40	Operacionalização Implementação	AG do PR Alentejo 2030
R28	Recomenda-se que, tendo em conta o diagnóstico de necessidades de monitorização e avaliação realizado pela EA, a futura AG do PR Alentejo e a CCDR Alentejo definam a organização interna que podem assumir para implementar o sistema de monitorização do PR	C43	Programação	CCDR Alentejo/AG do PR Alentejo 2021-2027
R29	Na sequência desta última recomendação, propõe-se que o sistema de monitorização do PR possa conter duas dimensões, uma de monitorização de implementação para alimentar regularmente Relatórios de Execução e uma outra de monitorização estratégica, estando nesta última em causa a monitorização dos contributos do PR para os impactos esperados e para a concretização das prioridades estratégicas da Estratégia Regional Alentejo 2030	C42	Programação	CCDR Alentejo/AG do PR Alentejo 2021-2027/AD&C
R30	O "eixo" de financiamento para assistência técnica deve prever uma linha de apoio à capacitação para a gestão das entidades que serão organismos intermédios, no	C14, C30	Operacionalização/Implementação	CCDR Alentejo/AG do PR Alentejo 2021-2027

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
	<p>âmbito do OP5; o mesmo poderá ser recomendado em termos de apoio à capacitação dos potenciais beneficiários em matéria de preparação e submissão de candidaturas, incluindo a divulgação de boas práticas, tendo em vista responder ao favorecimento do mecanismo de fomentar a procura e a sua qualidade.</p>			
<p>R31. RECOMENDAÇÃO ESPECÍFICA PARA OPERACIONALIZAÇÃO DA ABORDAGEM À MUDANÇA DEMOGRÁFICA NA PROGRAMAÇÃO</p> <p>Tal como foi referido na abordagem às questões de avaliação mais diretamente relacionadas com a dimensão estratégica do PR Alentejo, o declínio demográfico e o clima de mudança e de transição estão abundantemente referidos no diagnóstico de constrangimentos e de desafios estratégicos a que a programação deve responder e ascenderam mesmo à nova Visão que enquadra o Programa, adaptada a partir da Visão Estratégica formulada pela Estratégia Regional Alentejo 2030, cuja elaboração antecedeu a preparação do Programa.</p> <p>Apesar dessa relevância, a formulação do Programa é relativamente parca na explicitação dos instrumentos e do modo de abordagem que será privilegiado na programação para dar a devida sequência à importância estratégica do tema para a Região. Percebe-se que será essencialmente no OP5 que se privilegiará a operacionalização dessa abordagem, utilizando para isso os instrumentos territoriais integrados de abordagem ao desenvolvimento. No entanto, admitindo que nem todas as CIM – NUTS III dedicaram à mudança e transição demográficas a mesma abordagem, importa definir uma abordagem que se transforme em aproximação preferencial a este desafio, assentando em algumas dimensões que a referida integração de instrumentos poderá assumir,</p> <p>Esta recomendação específica vai no sentido de proporcionar à CCDR Alentejo e à AG do futuro PR algumas orientações para que a operacionalização do Programa possa dedicar ao tema alguns princípios de abordagem a um tema para o qual vão ser necessários clareza de princípios e critérios e uma dimensão de transversalidade a toda a programação, como se de uma Marca do Programa se tratasse.</p> <p>A primeira base da recomendação consiste em assegurar algum consenso de entendimento quanto à amplitude do desafio que a mudança demográfica representa. Assim, convém internalizar algumas ideias essenciais: (i) é um fenómeno praticamente transversal a todo o País e União Europeia, com maior gravidade e intensidade nas economias do sul, o que traz a implicação de que enfrentaremos uma concorrência aberta e intensa entre quem se propõe abordar e combater o problema; (ii) não se trata de um constrangimento superável a curto prazo, antes envolve várias gerações, o que traz a muito relevante implicação que não é apenas na abordagem à fertilidade e ao crescimento natural que as políticas podem ser baseadas; (iii) trata-se, assim, de um constrangimento para cuja mitigação devem convergir vários instrumentos, incluindo obviamente os da atração, acolhimento e integração social de migrantes internacionais, em que estas três dimensões apresentam por si só a exigência de políticas públicas específicas para a atração, para o acolhimento e para a integração; (iv) trata-se também de um domínio em que é fundamental aprender com as boas experiências, discutindo a sua possível replicabilidade em contextos territoriais diferentes (como é óbvio a bem-sucedida experiência do Fundão na captação de novos residentes em torno de empregos em atividades de TIC não é facilmente replicável para outros contextos), e também compreender as razões do insucesso de outras iniciativas, sempre tendo em atenção o contexto territorial e socioeconómico em que ocorreram; (v) trata-se certamente de uma matéria em que as dimensões do emprego com perspetivas de futuro, das condições de vida, de saúde e de facilidades educativas e culturais são relevantes; (vi) as políticas de atração de novos residentes encontram uma fraca margem de manobra no país, já que o declínio demográfico se transformou rapidamente em problema nacional e não de algumas regiões, pelo que a dimensão das migrações internacionais assume uma importância crucial.</p> <p>Destas ideias essenciais resultam claras dimensões de intervenção que devem ser integradas e suscitar a convergência de efeitos (apresentação indicativa já que devem ser os territórios de atração a definir quais os campos que podem privilegiar):</p>				

Código	RECOMENDAÇÕES	CONCLUSÕES DE FUNDAMENTAÇÃO	FASE	DESTINATÁRIOS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ (i) políticas e projetos de investimento empresarial e de criação de emprego qualificado e, por essa via, atração de novos residentes à Região; ▪ (ii) criação de condições de residência, culturais e acolhimento desses novos residentes; ▪ (iii) estratégias locais de habitação com componentes de acolhimento e integração de migrantes internacionais; ▪ (iv) dinâmicas de investimento de valorização económica de recursos locais para fixação de jovens que se qualificam na Região; ▪ (v) estratégias de atração à Região de novos investigadores tirando partido do valor internacionalmente reconhecido de núcleos e grupos de investigação existentes na Região; ▪ (vi) políticas mais ambiciosas de conciliação da vida profissional e familiar para casais jovens; ▪ (vii) exercício de fiscalidade local e em articulação com autoridades nacionais possíveis extensões em termos de fiscalidade nacional; ▪ (viii) programas culturais de grande envergadura e visibilidade aspirando à fixação na Região de trabalhadores culturais e criativos, criando pequenas aglomerações de recursos humanos suscetíveis por si só de estimular a atração de outros artistas, criativos e outros trabalhadores culturais. <p>Tal como é possível compreender a partir do enunciado anterior, a natureza multi-intervenção da abordagem é reconhecível nesse enunciado, transcendendo em parte os conteúdos previstos para as intervenções territoriais integradas do OP5, tal como estão formuladas na versão do Programa sob avaliação. Por isso, se recomenda que a ambição da abordagem se situe para além do âmbito de intervenção dos RSO do OP5. O que torna obviamente mais complexa a tarefa de operacionalização pretendida. Assim, tanto se poderá considerar uma abordagem que seja transversal a todos os OP do Programa, de mais difícil operacionalização, ou uma dotação específica de recursos específicas no OP5 para estimular os territórios da Região a apresentar estratégias concretas de abordagem à transição demográfica enquadradas numa visão comum do problema a veicular pela CCDR Alentejo e pela AG do PR Alentejo.</p>			

7. BIBLIOGRAFIA

- Acordo de Parceria PT 2030 (2022). Governo da República
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão e Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020 (2015). Plano Global de Avaliação Portugal 2020
- Avril Blamey e Mhairi Mackenzie (2007), Theories of Change and Realistic Evaluation -Peas in a Pod or Apples and Oranges? *Evaluation*. Vol 13(4): 439 – 45. Sage Publications
- Lorenza Campagnolo, Carlo Carraro, Fabio Eboli, Luca Farnia, Ramiro Parrado & Roberta Pierfederici (2017), The Ex-Ante Evaluation of Achieving Sustainable Development Goals, Social Indicators Research, volume 136, pages 73–116
- INTRAC (2017), Realist Evaluation: <https://www.intrac.org/wpcms/wp-content/uploads/2017/01/Realist-evaluation.pdf>; aceso em 18 de abril de 2020.
- CCDR Alentejo (vários anos). Boletim Alentejo Hoje – Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Évora
- CCDR Alentejo (2021b). Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo - Revisão para o período 2021-2027, Abril: Évora
- CCDR Alentejo (2020). Estratégia Regional Alentejo 2030, Évora
- CCDR Alentejo (2021). Indicadores regionais: <https://www.ccdr-a.gov.pt/indicadores-regionais/>
- Comissão Europeia (2013), EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development
- Comissão Europeia (2015), Direção-Geral da Política Regional e Urbana, EVALSED Sourcebook: Method and Technics
- Comissão Europeia (2021), Orientações técnicas sobre a aplicação do princípio de «não prejudicar significativamente» ao abrigo do Regulamento que cria um Mecanismo de Recuperação e Resiliência, (2021/C 58/01)
- Dinâmia’CET (2018). Avaliação do impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas. Lisboa: AD&C
- Gonçalves, Maria de Lurdes Fernandes (2017). Recolha e Análise da informação relativa ao tratamento do fenómeno da desertificação nos PMOT da região do Alentejo. UNIVERSIDADE DE ÉVORA – Escola de Ciências e Tecnologia – Departamento de Paisagem, Ambiente e Ordenamento
- Christine Hamza (2017). “ERDF Ex-post Evaluation of Urban Development and Social Infrastructure Interventions”. *European Structural Funds and Investment Journal*, nº 2
- ISCTE – UL (2021). PRC Alentejo Plano Regional de Cultura do Alentejo para 2020-2030: estudo preliminar de diagnóstico: <https://ciencia.iscte-iul.pt/projects/plano-regional-de-cultura-do-alentejo-para-2020-2030-estudo-preliminar-de-diagnostico/1491>
- Jan-Philipp Kramer e András Kaszap (2017). “Theory-based Impact Evaluation in Practice - Key Findings and Policy Learnings from the Ex-post Evaluation on Cohesion Policy Support to Large Enterprises”. *European Structural Funds and Investment Journal*, nº 2
- OECD (2022). Delivering Quality Services to All in Alentejo – Preparing Regions for Demographic Change. *OECD Rural Studies*, Paris: OECD
- Pawson, R. (2006). *Evidence-based Policy: A Realist Perspective*. London: SAGE Publications.
- Pawson, R. (2013). *The Science of Evaluation: A Realist Manifesto*. London: SAGE Publications.
- Pawson, R., & Tilley, N. (1997). *Realistic Evaluation*. London: Sage.
- Laura Polverari (2017). “Smart Specialisation in 2014-2020 ESI Funds Programmes: Not Just a Narrative”. *European Structural Funds and Investment Journal*, nº 1
- Quaternaire Portugal (2012-2013). RELATÓRIO FINAL DO ESTUDO “DEFINIÇÃO DO “PROGRAMA DE ATRAÇÃO DE PESSOAS – CORREDOR AZUL” NO ÂMBITO DO PROJETO ATRATIVIDADE URBANA”. RUCI Corredor Azul
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, que estabelece os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021 -2027
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro, que aprova a Estratégia Portugal 2030
- Steve Rolfe (2019). *Combining Theories of Change and Realist Evaluation in practice: Lessons*

- from a research on evaluation study, *Evaluation*, volume 25, nº 3) pp. 294-316.
- Rod Sheaf; Natasha Doran e Michael Harris (2021). Categories of context in realist evaluation, *Evaluation*, Vol. 27(2) 184–209
 - Elliott Stern e outros (2012). BROADENING THE RANGE OF DESIGNS AND METHODS FOR IMPACT EVALUATIONS. Report of a study commissioned by the Department for International Development. DFID Working paper nº 38
 - TECHNOPOLIS GROUP (2017). Portugal: Assessment of the RIS3 implementation Contract, No.2016CE160AT076 - Directorate General for Regional and Urban Policy - Unit G.3 Portugal, Julho

8. ANEXOS

ESTRATÉGIA ALENTEJO 2030

Argumentos para um novo ciclo de desenvolvimento

FATORES CONDICIONADORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	TENDÊNCIAS PESADAS	ATIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Ciclo continuado de recessão demográfica e despovoamento com impacto negativo nas condições socioeconómicas indispensáveis para a revitalização da Região • Escassez de mão-de-obra, em volume e qualificações, para dar resposta às dinâmicas de atração de investimento para a Região, nos setores tradicionais ou nos emergentes • Défice de capacitação das empresas para incorporar dinâmicas de competitividade (inovação e competências, remunerações e carreira, uso eficiente de recursos, etc.) • Desqualificação dos espaços de acolhimento infraestrutural e de logística, ao nível de infraestruturização, ordenamento e acessibilidades que condiciona a capacidade competitiva das empresas instaladas e a atração de novos investimentos • Consolidação incipiente das diversas componentes do Sistema Regional de Inovação que limita o potencial de renovação competitiva das cadeias de valor na Região • Relevância crescente da pressão sobre os usos do solo e efeitos negativos no ordenamento e qualificação do território, na qualidade de vida das populações e na atratividade de investimentos mais exigentes em amenidades urbano-ambientais • Oferta de habitação insuficiente para diferentes segmentos da procura gerada pela atração de novos residentes, associada a dinâmicas de investimento-emprego • Cobertura e qualidade insatisfatória das redes de transporte, nas ligações interurbanas e nos territórios de baixa densidade, com reflexos no acesso aos SIG e nas funções administrativas e de regulação do Estado • Cobertura insatisfatória dos serviços e cuidados de saúde, em equipamentos, valências especializadas e soluções ambulatórias • Reduzida eficácia da articulação operacional de políticas e outras intervenções setoriais, inevitável face à necessidade de otimizar a afetação de recursos, no quadro das escolhas públicas 	<p data-bbox="1032 400 1240 424" style="text-align: center;">TENDÊNCIAS PESADAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vitalidade demográfica comprometida pela ausência de condições de regeneração da população ativa e implicações negativas na (re)qualificação e desenvolvimento do tecido empresarial • Despovoamento e declínio económico dos territórios de muito baixa densidade, com encerramento de funções económicas e administrativas, condicionando potencial de atração e fixação de novos residentes, indispensável para a sua revitalização socioeconómica • Afirmação das grandes infraestruturas como motores do desenvolvimento-reservas estratégicas de água, redes ferroviárias, complexo portuário e logístico de transporte e distribuição • Transformação dos padrões do solo da terra, como emergência de novas agriculturas que beneficiam da existência de água e a alteração do quadro produtivo regional para fileiras económicas de referência associadas à logística da agro-transformação • Estruturação de produtos turísticos com identidades nas várias sub-regiões e potencial e procura crescente e com efeitos induzidos sobre as atividades agroalimentares, de reabilitação urbana e de valorização do património <p data-bbox="1032 978 1240 1002" style="text-align: center;">TENDÊNCIAS RECENTES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investimento público na infraestruturização de polos de I&DT em áreas de especialização regional e domínio temáticos da EREI – TIC, Tecnologias do ambiente, do solo e da água, Biotecnologias e sistemas culturais mediterrânicos, e Ciência do Património • Afirmação do potencial produtivo e de mercado de produções agrícolas e agroalimentares: azeite, vinho, oleaginosas, hortofrutícolas, pequenos frutos, frutos de casca rija, ... • Estruturação do Cluster Aeronáutico, Espaço e Defesa com componentes produtivas e de formação de vários segmentos profissionais que tem revelado procura crescentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento geoestratégico da Região pela relação territorial que estabelece entre a fachada atlântica e a fronteira, robustecido a prazo pelos investimentos rodoferroviários previstos no PNI 2030, a que se acrescenta a proximidade à AML que facilita o acesso a mercado e a serviços de excelência • Dotação de infraestruturas de logística e transporte marítimo de escala internacional (porta Atlântica da Europa, no cruzamento das principais rotas mundiais de tráfego de mercadorias), um ativo em redefinição face aos novos rumos da globalização e da reorganização das cadeias de valor globais, nas quais a Região tem marcado apreciável presença • Recursos naturais de solo e subsolo (pedra natural e minerais metálicos da faixa piritosa) com tradição renovada de aproveitamento económico, incluindo os sistemas culturais mediterrânicos e beneficiando do crescimento da área regável, em várias sub-regiões • Reservas estratégicas de água (abastecimento, rega, produção de energia, turismo, ...) e fator de competitividade de produções agrícolas regionais, com impacto nos fluxos de investimento e de mão-de-obra • Fileiras de especialização económica-produtiva com capacidade exportadora (Recursos Minerais, Montado de Sobro, Agroalimentar, Aeronáutica, Produtos / Serviços Turísticos) abrangendo processos de consolidação/ adensamento de cadeias de valor, com incorporação de conhecimento e inovação produtiva, tecnológica e de mercados; • Amenidades urbano-ambientais do território, incluindo uma rede de cidades médias com centros históricos de qualidade que beneficiam de notoriedade crescente induzida pela valorização estruturada potencial dos recursos turísticos regionais

FATORES CONDICIONADORES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	TENDÊNCIAS PESADAS	ATIVOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS
	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos na energia fotovoltaica, em projetos de grande envergadura económica e potencial e oferta • Afirmação de trajetórias sub-regionais diferenciadas de crescimento económico e oportunidades de emprego que contribuem para alargar a base territorial da competitividade • Estruturação gradual de cadeias de valor com atração e instalação de atividades e serviços de inovação 	

DESAFIOS ESTRATÉGICOS REGIONAIS

Desafios estratégicos	Elementos de diagnóstico	Necessidades e linhas de aposta
Revitalização demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem-estar	<p>O número de casais jovens residentes na região não é suficiente para que, mesmo com alterações positivas na taxa de fertilidade, se inverta o ciclo de decréscimo natural.</p> <p>Condições fortemente concorrenciais a nível nacional e internacional em matéria de atração de investimento e de residentes novos.</p> <p>As dinâmicas recentes de determinados setores económicos, especialmente ao turismo e as atividades agrícolas e agroalimentares, têm sustentado estratégias das empresas no recrutamento especialmente de trabalhadores imigrantes em condições precárias sustentadas na sazonalidade e na baixa tecnicidade das atividades. As estratégias de absorção de mão-de-obra imigrante têm agravados problemas de resposta ao nível de soluções de habitação e de serviços sociais, principalmente na proximidade de aglomerados urbanos de baixa densidade. Por outro lado, a permanência destes trabalhadores imigrantes, em certos casos, contribui para aumentar a capacidade de enraizamento destes fluxos migratórios.</p>	<p>Aumentar a atração e fixação de casais jovens na região com medidas de curto prazo, nas condições de acolhimento e estratégias de longo prazo, em termos de investimento-emprego-novos residentes. Estas estratégias devem assentar na mitigação de problemas de atomização de iniciativas e na melhoria da comunicação.</p> <p>Algun papel complementar na atração de pré-reformados ou reformados de rendimento relativamente elevado, com impacto no revigoramento físico e cultural dos territórios</p> <p>As respostas no domínio de habitação a custos acessíveis constituem uma condição importante em matéria de coesão social na região, apelando a abordagens supramunicipais completadas com melhorias ao nível da cobertura da rede de transportes. Para além da mobilização dos instrumentos disponíveis no quadro da Nova Geração de políticas de habitação, é essencial uma combinação mais articulada de intervenções entre o setor público e o mercado imobiliário</p> <p>É essencial organizar o território, a vida coletiva e os serviços públicos para a transição demográfica, ao nível da rede de equipamentos e de serviços de proximidade, incluindo no domínio da educação e formação, para além das apostas em matéria de atração de investimento-emprego e das soluções de acolhimento ao nível da habitação.</p>
Sustentabilidade Territorial e Valorização do Capital natural, no	<p>Principais problemas que decorrem na região das alterações climáticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vulnerabilidade crescente da orla costeira: importantes faixas de risco com perspetiva de agravamento acentuado a longo prazo 	<p>É essencial garantir melhorias das funções do solo e do uso eficiente da água para responder à degradação das condições biofísicas de suporte aos sistemas produtivos e de fornecimento de bens públicos.</p>

Desafios estratégicos	Elementos de diagnóstico	Necessidades e linhas de aposta
<p>quadro das alterações climáticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acentuar dos níveis de desertificação física, com erosão de solos e perda de biodiversidade: a região tem uma percentagem considerável de território em situação de seca extrema • Alteração das funções e fertilidade dos solos • Efeitos nocivos no setor agrícola (impactos da subida de temperatura e diminuição da pluviosidade): piores colheitas, custos de produção crescentes riscos de abandono da atividade /problemas de viabilidade económica das explorações agrícolas <p>Diminuição global da resiliência do sistema de Montado A gestão da água constitui uma problemática decisiva, com articulações com a gestão dos recursos do Mediterrâneo, as alterações climáticas e o modelo agro-alimentar.</p> <p>Os diversos subsistemas de regados, incluindo a reserva de água do Alqueva, mas também aproveitamentos dependentes de águas subterrâneas, permitiram uma intensificação acentuada da produção agrícola em várias sub-regiões, com implicações evidentes nas paisagens produtivas, na mobilização de fluxos migratórios de mão-de-obra, na pressão sobre serviços sociais e na degradação das amenidades urbano-residenciais.</p> <p>No âmbito da descarbonização as iniciativas já criadas (Agenda Regional para a economia circular e os instrumentos decorrentes dos inúmeros planos de adaptação às alterações climáticas) que contribuem para a redução de emissões ou o aumento da capacidade de sequestre do carbono (nomeadamente associada ao sistema agroflorestal do montado) permitem a valorização do Alentejo como região carbono zero.</p>	<p>O aproveitamento do potencial do setor agrícola e da diversificação dos seus sistemas de produção, com condições de crescente competitividade agrícola e agroindustrial, exigem a promoção de práticas inovadoras e sustentáveis que contemplem a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas.</p> <p>Impõe-se aumentar a combinação de conhecimento técnico-científico com competências técnicas de gestão e regulação que as organizações setoriais e de produtores detêm.</p> <p>Relativamente à água, os padrões de utilização pelas atividades económicas exigem ponderação e opções esclarecidas por parte de entidades reguladoras e dos principais utilizadores.</p> <p>Impõe-se novas soluções alternativas de reutilização de águas residuais, em linha com os princípios da economia circular e como medida de adaptação às alterações climáticas.</p> <p>Os processos de gestão de água e de gestão integrada e eficiente do uso de solo e de energia deverão ser consolidados, recorrendo ao conhecimento científico e tecnológico. Inclui-se a necessidade de investimentos na melhoria da eficiência dos sistemas de abastecimento de água em baixa.</p> <p>Impõe-se um maior amadurecimento na fundamentação das soluções de mitigação e adaptação às alterações climáticas, de forma adequada ao território, mobilizando o conhecimento específico acumulado, para além de uma aposta na monitorização das alterações climáticas.</p>
<p>Consolidação do sistema Regional de inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo</p>	<p>Sistema Regional de Inovação apresenta ainda insuficiências e debilidades apesar da sua evolução recente</p> <p>A região detém recursos de partida em matéria de conhecimento e tecnologias no domínio da Bioeconomia sustentável, mas carece de melhorias na transferência de conhecimento para as aplicações económico-produtivas.</p> <p>As respostas do sistema de ensino superior e de investigação às necessidades de formação e de transferência de conhecimento e de atração de talentos não têm sido suficientes.</p> <p>A transformação do paradigma produtivo tem acentuado as necessidades de novas qualificações e de reconversão de competências, incluindo ao nível da</p>	<p>Principais linhas de aposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os resultados já alcançados não hesitando na discriminação positiva; basear no SRTT o reforço das vantagens competitivas regionais • Interagir virtuosamente com dinâmicas de localização empresarial mais recentes (setores aeroportuário, energias renováveis, logística de transporte, etc) atraindo conhecimento e serviços que esta instalação possa abranger

Desafios estratégicos	Elementos de diagnóstico	Necessidades e linhas de aposta
	<p>formação profissional (qualificações intermédias). Esta transformação tenderá a agravar os riscos de marginalização de ativos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aposta em domínios de conhecimento e inovação associados á mitigação das alterações climáticas e à economia circular, desde a gestão sustentável dos recursos ao desenvolvimento de novos produtos • Estimular estratégias colaborativas entre o sistema científico e de transferência de conhecimento da região e o potencial científico e tecnológico da AML e fronteiriço (espanhol), dinamizando redes temáticas e programas de I&DT <p>Principais desafios para os subsistemas de ensino, educação e formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respostas dinâmicas às necessidades de competências das empresas em domínios prioritários da EREI por parte das instituições de ensino superior, na formação inicial, avançada e ao longo da vida • Dinamização de oferta de carácter profissionalizante, a par de ofertas mais especializadas, na modalidade de aprendizagem ao longo da vida, por parte do setor público e privado, respondendo a novas procuras empresariais • Reorganização da oferta educativa nas modalidades de ensino profissional e tecnológico, capacitando jovens de competências para melhorar o seu potencial de integração no mercado de trabalho
<p>Valorização económica de recursos e ativos regionais, com alargamento da base territorial da competitividade</p>	<p>Desafios que assente nos diversos ativos adquiridos do território da região:</p> <ul style="list-style-type: none"> • polos de ensino superior e politécnicos, • dinamização de atividades da petroquímica e derivados na envolvente de Sines, • pedra natural e minério metálicos, • aviação e fabrico de aeronaves nos polos do cluster da aeronáutica, • alargamento das valências agro-produtivas: cortiça, fileira carne e pecuária de raças autóctones, derivados de leite, vinho, azeite, frutos frescos, etc., • valorização integrada dos recursos turísticos do território, com reforço da integração da cadeia de valor de produtos e serviços turísticos e potencial no mercado internacional <p>Posição marcante da região em cadeias de valor globais atingida recentemente, que valorizam recursos naturais, condições de localização e iniciativa empresa-</p>	<p>Aposta no papel estruturante na economia regional e no alargamento da base territorial da competitividade que podem desempenhar:</p> <p>i) a estruturação do cluster agroalimentar: potencial de transformação e de mercado das produções locais, associadas à tradição e experiência produtiva local, ao sistema multifuncional do montado e às culturas de regadio como ativos diferenciadores com potencial produtivo significativos, que acedem a nichos de mercado com boas perspetivas de valorização futura; os efeitos pandémicos fazem-se sentir especialmente em consequência do recuo da globalização e desestruturação das cadeias de valor globais, com eventual regresso a matrizes produtivas do passado associadas a mercados de proximidade; o potencial de soluções de agricultura regenerativa e o reforço das cadeias curtas poderão promover uma associação eficaz com a descarbonização e estimular ciclos mais prolongados de utilização dos recursos naturais e produtivos; necessidade de conciliar com a proteção, valorização e boa gestão das estruturas agroecológi-</p>

Desafios estratégicos	Elementos de diagnóstico	Necessidades e linhas de aposta
	<p>rial, com peso na atração de investimento exógeno de grupos económicos-em-presariais com capacidade de investimento e de penetração nos mercados externos. Esta posição está fragilizada pelos efeitos resultantes da interrupção de segmentos e de fluxos de atividade cruciais a estes clusters estratégicos e ao turismo (geradas pela crise pandémica), criando um quadro de incerteza complexo face às capacidades reais de retomar gradualmente as dinâmicas de atividade e face às condições de reorganização das cadeias de valor globalizadas</p>	<p>cas e dos recursos naturais de forma a garantir o crescimento sustentável; melhorar a relação e interação entre os recursos de conhecimento e de inovação e o tecido empresarial, especialmente incidindo em questões como a qualidade e diferenciação de produtos, o desempenho ambiental das empresas, a disseminação de práticas sustentáveis de exploração agrícola, pecuária e florestal; equacionar a criação de uma plataforma logística agroalimentar na região, com localização a definir em função das redes de transporte e a possibilidade de integração com outras plataformas logísticas da região.</p> <p>ii) a valorização económica dos recursos heterogéneos de vocação turística: estratégia de valorização de recursos com potencial de aproveitamento turístico que reforça a coesão territorial e projeta a região / o destino de forma competitiva; os feitos da crise pandémica fizeram-se sentir não apenas no fluxos de visitantes e turistas, mas também na alteração de preferências dos consumidores nas suas escolhas de viagem e de visitação; o modelo turístico do Alentejo e Ribatejo é favorável neste contexto pós crise pandémica, em função das amenidades urbanas e paisagísticas, da baixa densidade e possibilidade de distanciamento social e adaptação rápidas das estruturas turísticas às condições de certificação sanitária; o potencial compósito dos recursos da região deve continuar a motivar a criação de produtos e experiências turísticos enriquecidos e qualificados com capacidade de prolongar a estadia na região, mobilizando a investigação e conhecimentos disponíveis e reforçando a capacidade da sua incorporação; é essencial manter condições de equilíbrio entre a atividade turística e as populações, potenciando a sustentabilidade do destino</p> <p>iii) a dinamização das atividades da economia do mar: o enorme potencial da frente atlântica da região decorre das atividades tradicionais e de novas atividades emergentes de produção de energia, biotecnologia e química, investigação e exploração de novas alternativas nos domínios da alimentação, medicina, transportes e saúde, incluindo aquicultura de espécies inovadoras; os recursos e atividades de I&D associadas aos sistemas científico e tecnológico nacional e regional, têm permitido desenvolver conhecimento sobre recursos da plataforma continental e outros fundos marinhos com potencial de aplicação económica com valor acrescentado local, a par de soluções de prevenção dos riscos e adaptação às alterações climáticas; são várias as oportunidades na interação conhecimento e inovação vs iniciativa empreendedora: setor tradicional da pesca e aquicultura; atividades emergentes e sustentabilidade; aproveitamento</p>

Desafios estratégicos	Elementos de diagnóstico	Necessidades e linhas de aposta
		<p>das aptidões e áreas potenciais em águas de transição (estuários do Sado e Mira, por ex.).</p> <p>iv) valorização económica dos recursos endógenos: dinamização de atividades tradicionais com incorporação de novas soluções de modernidade para aproveitamento de recursos e potencialidades locais, com dupla perspetiva de diversificação económica e social e complementaridade entre territórios, através de animação de empreendedorismo de base local e pequena escala; experiência dos PROVERE; aproveitar o novo impulso da EREI na interação de mobilização de recursos, conhecimento e capacidade de iniciativa e promover a sua articulação com a estratégia e dinâmicas de valorização turística, especialmente nos territórios de menor densidade; explorar rede de centros de competências sediados nos territórios rurais (recursos silvestres, plantas aromáticas, agricultura biológica, montado, combate À desertificação.</p> <p>Estes desafios alinham-se com o PNPOT que aponta um conjunto de medidas que abrangem a valorização dos ativos territoriais, a promoção da economia do mar e o desenvolvimento de ecossistemas de base territorial, e com potencial de coesão interna das sub-regiões.</p>
<p>Reforço do sistema urbano regional e da sua (inter) conectividade na estrutura sustentável e eficiente do território</p>	<p>A trajetória demográfica de regressão prolongada coloca o sistema urbana regional perante um dilema: a região no contexto de transição e desafio demográfico não pode aspirar a desenvolver centros urbanos de maior dimensão que ponham em risco a coesão territorial, com a perda irreversível e desvitalização de determinados territórios.</p> <p>As operações dos PEDU e PARU do anterior período não se revelaram tão robustas quanto seria desejável para a qualificação urbana.</p>	<p>Equacionar as dimensões da regeneração urbana, da mobilidade sustentável, da eficiência energética, e as prioridades inscritas nas Agendas Temáticas nacionais e na política de coesão europeia em intervenções mais integradas que evoluam dentro dos paradigmas associados às cidades inteligentes enquanto componentes estratégicas de ordenamento e desenvolvimento regional.</p> <p>É essencial promover um sistema urbano declinado em vários subsistemas territoriais e policêntricos. A robustez funcional dos centros urbanos deve assentar na qualificação, especialização e complementaridade de funções com uma escala de convivialidade ajustada às características do território regional. A pequena e média dimensão dos centros urbanos apresenta um potencial significativo de harmonia com a excelência ambiental e a qualidade paisagística do território, para além do potencial que detém em matéria de sustentabilidade do modelo de ocupação do território e da sua capacidade de diferenciação no âmbito das dinâmicas de atração de investimento, de emprego e de novos residentes.</p> <p>É fundamental estimular relacionamento entre diferentes territórios através de projetos colaborativos entre áreas com densidade demográfica diferente, entre os centros das cidades e as áreas urbanas periféricas e entre as cidades e os</p>

Desafios estratégicos	Elementos de diagnóstico	Necessidades e linhas de aposta
		<p>seus hinterlands rurais. (Caso da CEC de Évora como boa prática de relacionamento entre centros urbanos regionais e respetiva envolvente territorial). Soluções de acessibilidade e de mobilidade que garantam equidade territorial no acesso aos serviços, que pressupõe rentabilizar recursos e afirmar os ativos e as especializações sub-regionais de modo a contribuir para a qualidade de vida e o bem-estar das populações e a sustentabilidade social.</p> <p>Impõe-se uma nova geração de políticas urbanas que promovam a requalificação e centralidade dos aglomerados, incluindo a mobilização de tecnologias inovadoras. Será desejável a transformação de pequenas cidades em comunidades Energéticas autossustentáveis em energia. Promover intervenções que estimulem a adoção de um novo paradigma de gestão de recursos acelerando a transição para a economia circular, aproveitando conhecimento disponível nas instituições de investigação e tecnologia.</p> <p>Fundamental uma estratégia de mobilidade intra e inter urbana sustentável que assegure a articulação do sistema urbano com um sistema de transportes eficiente e a complementaridade entre o sistema urbano e o espaço rural</p>
<p>Reforço das condições de governação e Ação coletiva</p>	<p>Mantém-se as dificuldades de articulação entre os níveis central, regional e local da Administração do Estado e entre os instrumentos das políticas setoriais e do território.</p> <p>Subsistem condicionantes administrativas e regulamentares, sobreposições de competências na gestão dos recursos estratégicos do território que limitam a eficácia e a eficiência da implementação de políticas e afetação de recursos.</p> <p>A heterogeneidade das atribuições e competências dos diversos níveis da Administração Pública a par da diversidade de instrumentos de política e financiamento e da necessidade de estabelecer parcerias de iniciativa e de projeto, continuam a exigir soluções e mecanismos de articulação e de coordenação.</p> <p>O panorama geral mostra níveis desiguais de consolidação e eficácia de desempenho das atribuições e competências, tais como são exemplo: estruturação complexa do sistema regional de Transferência de Tecnologia; reduzida procura de serviços de inovação por parte das empresas; trajetória de perda de capacidade de intervenção das ADL na execução de instrumentos de financiamento; redução dos recursos para animação territorial e apoio a destinatários alvo das ajudas ao desenvolvimento rural e à promoção da coesão social e económica nos territórios de menor densidade, insuficiência de coordenação estratégica e operacional em domínios de regulação, do planeamento setorial associado à territorialização das políticas públicas (tendência de estreitamento de núcleos</p>	<p>Desafio geral de incrementar a governação colaborativa e de reforçar o trabalho em domínios agregadores da Estratégia Regional: integra componentes como a formação / qualificação de recurso técnicos e a criação de espaços formais e informais de colaboração; para além da preparação dos agentes regionais para os processos colaborativos pretende-se criar melhores condições para o sucesso das abordagens territoriais integradas e intersectoriais.</p> <p>No reforço da ação coletiva regional destaca-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estruturação e implementação de um modelo regional e governação colaborativo em domínios agregadores da globalidade da intervenção dos atores regionais, nomeadamente na gestão e implementação de programas de ação intermunicipais, • Conceção e gestão de instrumentos integrada de promoção externa e captação de investimento direto estrangeiro • Promoção da notoriedade do Alentejo através de instrumentos de comunicação e marketing que integrem a diferenciação sub-regional numa imagem global • Conceção de um Plano Integrado de Cooperação inter-regiões • Conceção e implementação de modelo permanente de formação /capacitação de atores regionais para modelos de governação inovadores e colaborativos

Desafios estratégicos	Elementos de diagnóstico	Necessidades e linhas de aposta
	<p>técnicos e ausência de rejuvenescimento de quadros); operacionalidade difícil das instâncias de coordenação institucional, sem regularidade de intervenção em áreas chave em que têm competências (Conselho Coordenação intersectorial, Conselho Regional de Inovação, ...).</p> <p>Processos ainda em curso de transferências de competências para as CIM e os Municípios que acentuam necessidades de reorganização de atribuições e funções, de capacitação técnica e de gestão.</p>	
VISÃO ESTRATÉGICA	Um território com capital simbólico e identidade distintivos, dotado de amenidades, de recursos naturais e produtivos, de conhecimento e competências, aberto para o mundo e capaz de se afirmar como espaço de referência para investir, trabalhar, viver e visitar	
<p>Perante o adensamento assinalável de fatores de incerteza para uma região com elevados níveis de abertura à economia mundial durante a próxima década, torna-se essencial monitorizar um conjunto de variáveis com margens de ajustamento diferenciado por parte do sistema de atores regionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Condições de valorização de mercado das produções regionais (especialmente bens transacionáveis e fluxos de visitantes e turistas), em função da reorganização e redistribuição de redes de trocas comerciais; • Reestruturação do complexo de Sines (encerramento da central a carvão e atividades portuárias conexas, novos investimentos na área das energias limpas), novas valias associadas ao corredor ferroviário +para a Europa e amplitude dos respetivos efeitos sobre o alargamento da base territorial da competitividade; • Capacidade de financiamento e ritmo de execução das intervenção de conectividade previstas no âmbito do Programa Nacional de Investimentos 2030 – ferrovia e ligações viárias, • Trajetória de concretização do processo de transferência de competências para as CIM e Municípios e efeitos nomeadamente na afirmação de autonomia das políticas públicas intermunicipais na atração de investimento e de residentes, • Elegibilidade efetiva de intervenções de qualificação do território (SIG, equipamentos coletivos, habitação, ...); • Capacidade de conceção, financiamento e gestão intervenções por parte de beneficiários regionais em áreas que são prioridade para os Objetivos de Política de Coesão – ex. economia circular, mitigação e adaptação às alterações climáticas, mobilidade urbana sustentável, ... 	
<p>No horizonte desta Estratégia são admitidas diversas oportunidades para a região que reconfigurem alguns dos Desafios</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação de sistemas agroalimentares locais em torno de atividades de pequena agricultura, produções e serviços agro-rurais, circuitos curtos de comercialização, organização de compras públicas e equiparadas e apoio técnico aos produtores; • Relocalização e atividades transformadoras relacionadas com as fileiras agropecuárias, de base florestal ou outras, que beneficiem da proximidade novas acessibilidades rodoferroviárias e de infraestruturas logísticas, de novos padrões de abastecimento e de novas formas de integração urbano-rural, entre outras; • Organização em rede de produções primárias de baixa densidade, com ligação a plataformas logísticas e transporte; • Reposicionamento da região como destino turístico de baixo risco sanitário e não massificado, gerando oportunidades de alojamento e 	

Desafios estratégicos	Elementos de diagnóstico	Necessidades e linhas de aposta
estratégicos enunciados	<p>serviços turísticos na baixa densidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Captação de novos residentes portadores de modelos de trabalho e de estudo à distância, suportados por redes de comunicação móvel e outras TIC; • Alargamento da cobertura de comunicações e de conectividade digital com acessibilidade generalizada a fontes de dados; • Investimentos públicos numa economia mais resiliente com reorientação para atividades ligadas a alimentação, à saúde, à energia, etc.; • Oportunidades de “desurbanização” baseada em fluxos para territórios menos densos e que produzam/ apresentem argumentos próprios em termos de acessos, mobilidade, amenidades, identidade cultural e atividades de animação diferenciada e lazer, serviços inovadores de apoio à famílias e de SIG, associados a qualidade de vida par a quem opta pelo trabalho à distância; • Provisão de SIG baseados na digitalização, associada a abordagens inovadoras ao nível da provisão e acesso e ao nível da preparação das populações e comunidades para o seu pleno usufruto; • Intervenção qualificante de municípios ou outros agentes em matéria de qualificação e gestão de espaços de acolhimento empresarial e equipamentos de proximidade, reforçando a coesão territorial; • Fomento das atividades e serviços da “economia digital”, com melhoria da conectividade e acessibilidade a serviços de interesse público por parte das pessoas, famílias e empresas; • Fomento da cooperação transfronteiriça e gestão de fluxos de trabalhadores e de produtos entre os territórios vizinhos e na construção de espaços dotados de condições seguras em apoio à cooperação empresarial e a serviços apoio logístico complementar (frio, qualidade e segurança alimentar, ...) • Dinamização das modalidades de aprendizagem ao longo da vida, com prioridade para reconversão de competências dos trabalhadores atingidos pelo desemprego e outros ativos empregados; • Otimização de rede de equipamentos de saúde, com reforço das capacidades e competências das unidades locais, assegurando cobertura equitativa dos mais desfavorecidos e isolados; • Robustecimento das respostas aos problemas sociais, articulando mecanismos de iniciativa central e local e domiciliário, contribuindo para ganhos de coesão social e melhoria das condições de vida, • Estruturação de respostas de proteção a grupos vulneráveis baseadas em intervenções de empreendedorismo e de emprego social; • Melhoria das condições socioeconómicas das populações, ao nível da habitação, condições de trabalho, formação profissional, saúde e higiene, nutrição alimentar e igualdade de oportunidades; • Melhoria das condições de habitabilidade e acesso à habitação, atenuando situações de carência e de precaridade geradoras de problemas sanitários e de contágios; • Dinamização de políticas locais de habitação que proporcionem alojamento condigno e em condições acessíveis para famílias, através da recuperação de edifícios e do parque habitacional devoluto dos centros urbanos, da animação do mercado de arrendamento, de nova construção a custos acessíveis, ... 	

Matriz de objetivos estratégicos e de objetivos específicos

Desafios Estratégicos Regionais	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Agendas Temáticas (Portugal)	Objetivos de Política (EU)
Revitalização demográfica pela competitividade territorial no acesso e qualidade no emprego, pela excelência dos serviços de suporte e oferta de amenidades e bem-estar.	1 Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada de investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família.	<p>1.1 Incremento das condições de acesso aos Serviços de Interesse Geral (SIG).</p> <p>1.2 Dinamização de soluções de habitação ajustada aos diversos segmentos de procura, combinada com a requalificação das amenidades dos territórios.</p> <p>1.3 Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados, ...).</p>	AT1 As pessoas Primeiro.	OP4 Uma Europa mais social.
Sustentabilidade Territorial e Valorização do Capital natural, no quadro das alterações climáticas.	2. Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a economia circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água.	<p>2.1 Dinamização da Bio economia sustentável e circular nas cadeias de valor estratégico regional</p> <p>2.2 Reforço das reservas e da capacidade de gestão da água (abastecimento público e mitigação dos efeitos das alterações climáticas).</p> <p>2.3 Produção e uso de fontes sustentáveis de energia, incorporando conhecimento e inovação na transição energética.</p>		
Consolidação do Sistema Regional de Inovação e ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo.	3 Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências.	3.1 Revitalização do SRTT e das suas âncoras (infraestruturas e redes de C&T).3.2 Reorganização da oferta educativa profissional e superior de suporte à especialização regional.	AT2 – Inovação, digitalização e Qualificação como motores do Desenvolvimento.	

Desafios Estratégicos Regionais	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Agendas Temáticas (Portugal)	Objetivos de Política (EU)
<p>Valorização económica de recursos e ativos regionais, com alargamento da base territorial da competitividade.</p>	<p>4 Mobilizar, de modo intenso, integrado e alargado, recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial.</p>	<p>4.1 Qualificação e dinamização em redes das Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística. 4.2 Melhoria da conectividade e das condições de suporte para a digitalização da economia e da sociedade. 4.3 Captação de investimento orientada para os setores regionais emergentes, no enquadramento das escolhas da EREI Alentejo 2030.</p>	<p>AT2 – Inovação, digitalização e Qualificação como motores do Desenvolvimento.</p>	
<p>Reforço do sistema urbano regional e da sua (inter) conectividade na estrutura sustentável e eficiente do território.</p>	<p>5 Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da região, fator de competitividade e de coesão.</p>	<p>5.1 Promoção de intervenções de requalificação e regeneração das economias urbanas. 5.2 Qualificação, especialização e complementaridade dos centros urbanos regionais.</p>		
<p>Reforço das condições de governação e Ação coletiva.</p>	<p>6 Reforçar as condições de Governação e da Ação coletiva.</p>	<p>6.1 Conceção e implementação de um modelo regional de governação colaborativa em domínios estruturantes do desenvolvimento regional. 6.2 Capacitação técnica das instituições e das pessoas para a gestão de projetos e parcerias.</p>		

Plano de Ação

Plano de Ação		Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
<p>PA1 Provisão e Acessos a Serviços de Interesse Geral</p>	<p>Provisão de equipamentos e de Serviços de Interesse Geral de forma integrada como parte das políticas de desenvolvimento local e regional. Intervenção pública que garanta colmatar lacunas das respostas de mercado não satisfatórias.</p> <p>Contemplar revisão /atualização dos mapeamentos existentes, identificando necessidades de qualificação dos equipamentos, apetrechamento técnico e de valências e melhoria dos níveis de cobertura, atendendo às soluções de acesso que as tecnologias digitais permitem complementarmente.</p> <p>Interessa aproveitar a proximidade que algumas sub-regiões tem face á AML em termos das dimensões de procura potenciais a satisfazer, a ampliar em função das deslocações de residentes para os territórios do interior que a crise pandémica gerou.</p> <p>Articulação com:</p> <p>Trabalhos de revistação das EIDT e orientações do PROT em relação à estruturação do sistema urbano regional.</p> <p>OP <i>Uma Europa mais social</i>, implementação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais – Prioridades de Investimento relativas: melhoria dos sistemas de saúde, educação e formação, promoção da inclusão ativa e reforço do acesso, territorialmente equitativo e atempado, a outros serviços de qualidade sustentáveis.</p>	<p>1 Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada de investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família</p>	<p>1.1 Incremento das condições de acesso aos Serviços de Interesse Geral (SIG)</p> <p>1.2 Dinamização de soluções de habitação ajustada aos diversos segmentos de procura, combinada com a requalificação das amenidades dos territórios</p> <p>1.3 Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados, ...)</p>
<p>PA2 sustentabilidade Territorial, Património Natural e Ação climática</p>	<p>Intervenções qualificadas orientadas para a melhoria das funções ecossistémicas e produtivas dos solos e o uso eficiente, sustentável e inteligente dos recursos, com destaque para a água. Importa considerar intervenções previstas no PNI 2030 em matéria de revitalização do regadio existente (reabilitação e modernização de infraestruturas hidráulicas) e de aumento da área regada.</p> <p>A incorporação do capital natural e dos serviços de ecossistema incentiva a construção de centros regionais focados na criação de novas cadeias de valor, estimula a adoção de modelos sustentáveis de gestão empresarial e parâmetros específicos na avaliação e monitorização de projetos a apoiar pelas políticas publicas e recentra a prioridade dos processos de formação, capacitação e comunicação com vista a alteração dos comportamentos dos agentes territoriais e da comunidades de acolhimento, abrindo perspetivas para a patrimonialização e reconhecimento mundial das paisagens e dos sistemas alimentares sustentáveis, tradicionais e multifuncionais.</p> <p>Articulações com:</p> <p>Plano de Ação Sustentabilidade Territorial e Transição Climática</p> <p>Pacto Ecológico Europeu para uma transição ecológica e inclusiva para uma Europa climaticamente neutra em 2050</p>	<p>2. Promover modelos de afetação de recursos e de investimento para dinamizar a transição energética, a economia circular, as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas e o uso eficiente da água</p>	<p>2.1 Dinamização da Bio economia sustentável e circular nas cadeias de valor estratégico regional</p> <p>2.2 Reforço das reservas e da capacidade de gestão da água (abastecimento público e mitigação dos efeitos das alterações climáticas)</p> <p>2.3 Produção e uso de fontes sustentáveis de energia, incorporando conhecimento e inovação na transição energética</p>

Plano de Ação		Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
	<p>OP <i>Uma Europa mais Verde e hipocarbónica</i> - Prioridades de Investimento relativas: ao ciclo urbano da água; à gestão de resíduos; à proteção do litoral; aos passivos ambientais (investimentos previstos no PNI, 2030); à promoção da eficiência energética e das energias renováveis, da mitigação e adaptação às alterações climáticas; e à prevenção dos riscos</p> <p>Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PEN-SAARP 2030)</p>		
PA3 Conhecimento e Inovação	<p>Os constrangimentos que o desempenho do SRI reflete, ao nível da produção de conhecimento, da transferência de tecnologia e da inovação empresarial, exigem reforço de dinamização da atuação das instituições de ensino superior e das unidades de I&D regionais através de plataformas que privilegiem as opções da EREI Alentejo 2030.</p> <p>Prioridade para a revisão e atualização do <i>Mapeamento de Infraestruturas tecnológicas</i> (CCDR Alentejo, 2017), numa ótica de valorização dos investimentos existentes – PACT, Rede de incubadoras, centros tecnológicos e de competências, grupos operacionais, etc., cruzando com atividades tradicionais ou emergentes.</p> <p>Articulação com:</p> <p>OP <i>Uma Europa mais Inteligente</i> - Prioridades de investimento relativas a: melhoria das capacidades de investigação e de inovação; adoção de tecnologias avançadas; digitalização da economia e dos serviços; desenvolvimento de competências dos domínios de especialização inteligente.</p>	<p>3 Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências</p>	<p>3.1 Revitalização do SRTT e das suas âncoras (infraestruturas e redes de C&T) 3.2 Reorganização da oferta educativa profissional e superior de suporte à especialização regional</p>
PA4. Infraestruturas económicas e de suporte logístico e Empreendedorismo	<p>Abrange um conjunto heterogéneo de infraestruturas de acolhimento empresarial que apresentam carências: necessidades de ordenamento, acessibilidade e qualificação física e necessidades de serviços de apoio à operação das empresas e gestão de espaços.</p> <p>Prioridade para atualização do <i>Mapeamento dos Investimentos em Infraestruturas de Apoio à Atividade Empresarial</i> (CCDR Alentejo 2016), numa ótica de melhoria da competitividade dos instrumentos de acolhimento empresarial.</p> <p>Prioridade também para a atualização e processamento de informação sobre tipologias de Infraestruturas / equipamentos de apoio ao empreendedorismo, quer de iniciativa municipal quer de outras, bem como sobre constrangimentos que tem existido na utilização dos apoios-viveiros de empresas, incubadoras, centros de acolhimento de PME, etc.</p> <p>Articulação com:</p> <p>Intervenção prevista no PNI 2030 com prioridade para o Alentejo, incluindo a construção de “missing links” e a Fase II da Valorização de Áreas Empresariais.</p> <p>É desejável que esta área de intervenção estructure a intervenção as CIM e dos Municípios em matéria de captação de investimentos empresariais, seja na ótica do alargamento da base territorial da competitividade, seja na ótica da valorização dos recursos endógenos, de forma coerente com as perspetivas das EIDT.</p>	<p>4 Mobilizar, de modo intenso, integrado e alargado, recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial</p>	<p>4.1 Qualificação e dinamização em redes das Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística 4.2 Melhoria da conectividade e das condições de suporte para a digitalização da economia e da sociedade 4.3 Captação de investimento orientada para os setores regionais emergentes, no enquadramento das escolhas da EREI Alentejo 2030</p>

Plano de Ação		Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
	OP <i>Uma Europa mais Inteligente</i> - Prioridades de investimento relativas: reforço do crescimento e competitividade das PME		
PA5 Qualificação, Emprego e Inclusão social	<p>Constrangimentos em matéria de mercado regional de emprego e reconhecimento da necessidade de ajustamento das competências face às necessidades do tecido económico-empresarial (já existente ou que se venha a atrair). As respostas a oferecer às pessoas, profissionais e organizações devem enquadrar-se em novos modelos de aprendizagem de competências adaptativas de banda larga ou mais específicas.</p> <p>Foco do Plano de ação deverá incidir na capacitação e atores – pessoas, profissionais empregados e desempregados e organizações privadas, públicas e sociais, para gestão de momento de transformação complexa, de (re)construção de contextos, de requalificação de competências e de inovação e criatividade na construção de soluções adequadas.</p> <p>Plano de Ação deve ser flexível e abranger soluções regionais adequadas e específicas que respondam às necessidades de desenvolvimento futuro das organizações e do mercado de trabalho regional; essencial a concertação entre os agentes produtores de qualificações – IES,, Escolas, Centros de Formação, CIM, ERT, ... e a procura de qualificações – pessoas, famílias e empresas.</p> <p>Estimular parcerias flexíveis que operacionalizem modalidades de cooperação que permitam melhorar a qualidade de desempenho: ao nível da articulação dos produtores de qualificações; ao nível das empresas e outras organizações parceiras da procura de qualificações; ao nível do enquadramento de parcerias com organizações da economia social.</p> <p>Articulação com: <i>Uma Europa mais Social</i> - Prioridades de investimentos relativas a: melhoria do acesso aos postos de trabalho, modernização as instituições e serviços de apoio ao mercado de trabalho, melhoria dos sistemas de educação e formação e promoção da igualdade de acesso e da aprendizagem ao longo da vida</p>	1 Atenuar os efeitos do constrangimento demográfico através de uma estratégia integrada de investimento-emprego e pela excelência dos serviços de acolhimento e de suporte à família	<p>1.1 Incremento das condições de acesso aos Serviços de Interesse Geral (SIG)</p> <p>1.2 Dinamização de soluções de habitação ajustada aos diversos segmentos de procura, combinada com a requalificação das amenidades dos territórios</p> <p>1.3 Melhoria da rede regional de equipamentos de saúde (valências especializadas, unidades de cuidados continuados, ...)</p>
		3 Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a região combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências	3.1 Revitalização do SRTT e das suas âncoras (infraestruturas e redes de C&T)3.2 Reorganização da oferta educativa profissional e superior de suporte à especialização regional
		4 Mobilizar, de modo intenso, integrado e alargado, recursos e ativos estratégicos de todo o território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial	<p>4.1 Qualificação e dinamização em redes das Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística</p> <p>4.2 Melhoria da conectividade e das condições de suporte para a digitalização da economia e da sociedade</p> <p>4.3 Captação de investimento orientada para os setores regionais emergentes, no enquadramento das escolhas da EREI Alentejo 2030</p>
PA6 Cooperação territorial	Os programas de cooperação territorial do Alentejo com a Andaluzia e o Algarve e com a Extremadura, nos últimos ciclos de programação, não têm colmatado a existência de assimetrias entre as componentes territoriais dos financiamentos e a experiência e capacitação das entidades beneficiárias, as quais se devem procurar corrigir.		

	Plano de Ação	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
	<p>A CE exige a integração (“embedding”) da cooperação territorial nos programas, incluindo o PO Regional; deve ocorrer nas vertentes da Cooperação Transfronteiriça e da Estratégia Atlântica.</p> <p>O Plano de Ação para o Atlântico 2.0 (“Uma Nova Abordagem da Estratégia Marítima para a Região Atlântica”) inclui Pilares de intervenção com relevância para o Alentejo: I. Os Portos do Atlântico, enquanto portas de entrada e placas giratórias da Economia Azul; II. Competências azuis do futuro e Literacia Oceânica; III. Energias Renováveis marinhas; IV. Um Oceano Saudável e Zonas Costeiras Resilientes.</p> <p>Prioridades para a cooperação territorial: eliminação dos custos de contexto fronteiriço, melhoria das condições de vida dos cidadãos das várias regiões, incluindo através de otimização de recursos e utilização partilhada de infraestruturas, equipamentos e serviços de interesse geral.</p> <p>Apostas estratégicas do <i>Border Orientation Paper Spain-Portugal 2021-2027</i>: i) Crescimento, Competitividade e Conetividade (inovação, iniciativa empresarial e empreendedorismo, digitalização e ligação de conetividade, sobretudo, ferroviárias); ii) Economia Verde de Baixo Carbono (transição energética, economia circular, adaptação climática e gestão de riscos, áreas naturais e biodiversidade); iii) Emprego, Educação, Saúde e Inclusão.</p> <p>Duas linhas de abordagem do Plano de ação: a) abordagem dentro do espírito, finalidades e conteúdos das estratégias de especialização inteligente EREI, compreendendo a mobilização de recursos em áreas temáticas de interesse comum para os dois lados da fronteira: turismo, agroalimentar, economia do mar, energias sustentáveis, economia circular, ...; b) abordagem dentro da matriz heterogénea dos Serviços de Interesse Geral.</p>		
PA7 Governança e Capacitação	<p>O Plano de Ação deverá integrar dimensões operacionais que contribuam para a criação de organizações qualificantes, entre as quais: o desenvolvimento de serviços partilhados; o reforço da capacidade técnica das CIM e dos Municípios, orientada para a coordenação das intervenções intermunicipais; desenvolvimento de novas competências ajustadas à gestão e acompanhamento de novas tipologias de projetos a promover pelos municípios; capacitação de agentes de desenvolvimento local e animação económica dos territórios – Gal e outras ADL; e ainda, capacitação das juntas de freguesia e das ONG tendo em vista melhor aproveitamento das condições de proximidade aos cidadãos em termos de serviços públicos e de fortalecimento do capital social local.</p> <p>Articulação com: Estratégia para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023</p>	<p>6 Reforçar as condições de Governança e da Ação coletiva</p>	<p>6.1 Conceção e implementação de um modelo regional de governação colaborativa em domínios estruturantes do desenvolvimento regional 6.2 Capacitação técnica das instituições e das pessoas para a gestão de projetos e parcerias</p>

	Plano de Ação	Objetivos estratégicos	Objetivos específicos
<p>PA8 Água</p>	<p>A conceção estratégica em conjunto com a região do Algarve de uma ITI – Intervenção Territorial Integrada em torno dos desafios da Água pretende responder ao incentivo de desenvolvimento de ações conjuntas com regiões vizinhas que o OP5 motivou; incidindo nos territórios das NUT III do Baixo Alentejo, Litoral Alentejano e Algarve.</p> <p>Esta ITI deverá promover ações concertadas de: aumento da resiliência dos ecossistemas aos efeitos das alterações climáticas, associando a proteção e valorização dos corredores ecológico, a redução ou minimização de vulnerabilidades e riscos resultantes de fenómenos extremos e a promoção de intervenções e atividades económicas sustentáveis, pela gestão eficiente no uso da água; pela otimização e eficiência nos sistemas de captação e distribuição; pela promoção da reutilização de águas residuais, assegurando o bom estado ecológico das massas de água.</p> <p>Tipologias de ação: conhecimento e investigação aplicada; desenvolvimento de projetos conjuntos entre empresas e centros de I&D; implementação de modelos de previsão, gestão e monitorização da qualidade da água, dos solos, dos ecossistemas e da biodiversidade; ações tendentes à difusão de novas técnicas, práticas e culturas; ações de conservação e valorização de corredores ecológicos.</p> <p>É desejável que a ITI Água contribua para : promover e atrair investimento inovador e demonstrador, coincidente com as especificidades e as atividades predominantes dos territórios; valorizar e densificar as cadeias de valor dos recursos e/ou produtos locais, através da incorporação de fatores de inovação que estimulem a promoção e atraiam novos residentes qualificados e empreendedores, com capacidade de reverter os processos de perda gradual registados.</p> <p>O Plano de Ação poderá alargar o âmbito da intervenção, para além do ITI Água, nomeadamente em articulação com o Plano de ação da Sustentabilidade Territorial e Ação Climática, em territórios contíguos e num espectro alargado de ações.</p> <p>Articulação com OP <i>Uma Europa mais Verde e hipocarbónica</i>.</p>	<p>5 Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da região, fator de competitividade e de coesão</p>	<p>5.1 Promoção de intervenções de requalificação e regeneração das economias urbanas 5.2 Qualificação, especialização e complementaridade dos centros urbanos regionais</p>